Órgão Central
do Partido Comunista
Português

Avante!

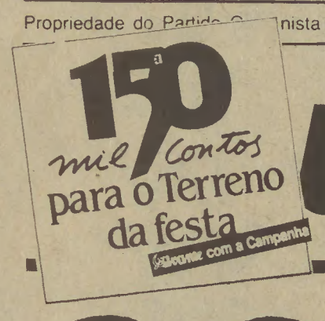
Proletários
de todos os países
UNI-VOS!

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 60 – Série VII – N.º 859~~860~~
12 7 de Junho de 1990
Preço: 80$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa



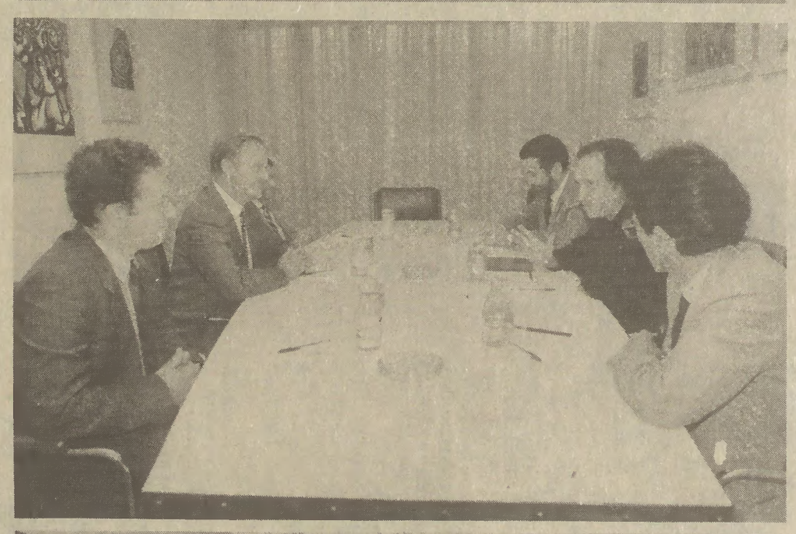
Ultrapassados os 50 mil contos!

Pág. 4/**Semana**

GOVERNO DERROTADO
LEI ELEITORAL NÃO PASSOU

Pág. 1/**Semana**

Encontros



No prosseguimento dos encontros que o PCP tem mantido com diversas forças políticas, realizaram-se na última semana encontros com a UDP, MDP e PPM. Mário Tomé, Carlos Santos e Luís Fazendas foram os elementos da delegação da UDP, recebida por Carlos Carvalhas, Vítor Dias e Agostinho Lopes. Do MDP estiveram presentes Hernâni Mourão, Orlando de Oliveira e Silveira Ramos, que se reuniram com Domingos Abrantes, Aurélio Santos e Francisco Lopes. Carlos Brito e Aurélio Santos receberam, por sua vez, a delegação do PPM, chefiada por Cardoso da Silva. Todos os encontros realizaram-se na sede do PCP na Soeiro Pereira Gomes.

Campanha de informação do XIII Congresso

Banca de distribuição de materiais sobre o Congresso junto à fábrica da Tabaqueira em Albarraque

Dezenas de iniciativas concretizaram em todo o País a campanha de informação do XIII Congresso

Greves

Governo recorre à requisição civil nos aeroportos enquanto se agravam conflitos sociais em numerosos sectores

Pág. 3/**Semana**

Em Foco

11 razões de peso para dizer NÃO! ao alargamento do Campo de Tiro de Alcochete

Jovens da CEE

Jovens participantes no encontro «Os direitos sociais da juventude na CEE» promovido pela JCP em Almada tiveram uma entrevista no CT da Soeiro Pereira Gomes com o secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas

Editorial

Avante!

Ano 60 – Série VII
N.º 860
12 de Junho de 1990
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Unidos como os dedos da mão

Em todo o Partido, em formas diversas segundo as condições específicas e o estado actual de cada uma das suas organizações e sectores de actividade se está processando a discussão dos documentos fundamentais do XIII Congresso (extraordinário) do PCP — a Resolução Política e o Manifesto, se está fazendo o balanço dos trabalhos e tirando as necessárias conclusões para pôr em prática as suas decisões.

Pouco a pouco o Partido vai sendo ganho para a ingente batalha do esclarecimento político interno e público; para a apreensão das novas realidades; para a urgente tomada de consciência do papel dos comunistas nas diversas frentes de acção e no ataque e solução dos complexos problemas da hora actual.

E dos debates ressalta a importância do Congresso na clarificação política das grandes questões da actualidade, das profundas alterações produzidas no panorama político nacional e internacional, das respostas do Partido aos desafios do presente e do futuro, da própria situação interna do Partido.

Algumas vertentes ganham particular relevo para uma resposta cabal e global do PCP à nova situação em desenvolvimento:

— Uma linha política ajustada às novas realidades;

— Uma firme posição de princípio na frente ideológica tendo em conta as novas condições da luta revolucionária;

— Uma firme coesão interna que mais do que nunca não excluí, antes pressupõe, o debate de ideias, o respeito pelas diferenças de opinião, a vivacidade do debate interno e simultaneamente, unidos como os dedos da mão, com uma só vontade, empreender a luta, dar provas de grande abertura e dinamismo na frente política e na frente de massas, materializar na acção a linha do Partido.

Uma imperativa realidade se impõe no momento actual às forças da Democracia, do Socialismo, do Progresso Social e da Paz: está nas vascas do parto uma nova época da vida da Humanidade.

Estamos no dealbar de uma nova partilha política, de uma nova reestruturação económica, de uma nova disposição militar, de uma fase qualitativamente nova da revolução científica e técnica no mundo.

Também no nosso país se operam e se estão operando modificações profundas no plano institucional e político, no plano económico e social, na correlação de forças, modificações que exigem uma nova postura no movimento popular e democrático em Portugal.

Pôr os pés na terra; seriar as tarefas políticas e sociais principais dos comunistas portugueses na hora actual; dispor as suas forças para o combate democrático nas novas condições, é uma indeclinável exigência do trabalho político e organizativo do PCP no momento que vivemos.

Se é verdade que no vasto panorama em que nos situamos e movemos há importantes zonas de refluxo desfavoráveis, há também incontestáveis e decisivos factores favoráveis de retomada do avanço do movimento operário e popular, do despertar das consciências para o necessário enfrentamento das novas realidades.

Os comunistas portugueses acumularam um rico património de experiência e luta que é um poderoso manancial de reservas para enfrentarem e superarem os obstáculos da marcha para diante.

Há duas formas de comportamento, duas maneiras de enfrentar o refluxo quando as condições desfavoráveis a isso obrigam: ou recuar em debandada ou, pelo contrário fazê-lo organizadamente, reagrupando forças, preparando tenazmente as condições favoráveis para retomar o avanço.

E quando o avanço é possível, quando os resultados favoráveis começam a concretizar-se, então sem triunfalismos mas com determinação, seguir avante para novas posições e novos sucessos.

Uma certeza podem ter os amigos e também os inimigos do PCP: os comunistas portugueses, se perante situações de refluxo, jamais o farão em debandada, desordenadamente, mas pelo contrário agrupando e unindo a cada passo as suas forças, reforçando as suas ligações com os trabalhadores e as massas populares no seu sentido mais amplo, aprofundando as suas raízes no povo.

E com os pés na terra, seriando as nossas tarefas, saberemos trilhar na hora actual os novos caminhos do movimento revolucionário e da luta do nosso Povo.

Paradoxalmente as eleições legislativas de 1991, a um ano de distância, surgem nos horizontes do movimento popular e democrático português como tarefa política mais importante e imediata, ao mesmo tempo que a batalha diária pela elevação das condições de vida do povo se assume como a tarefa social permanente e essencial do nosso movimento operário e popular.

No quadro político esboçado e analisado pelo XIII Congresso (extraordinário) do PCP as eleições legislativas de 1991 em Portugal vão realizar-se como tudo parece indicar e pelas razões que atrás apontámos, numa conjuntura interna e internacional de características singulares.

O ano que até lá vai decorrer afigura-se como um ano crucial da história da Humanidade, ao passo que na área estrita do nosso todo nacional se apresenta como um ano de importância decisiva para os destinos imediatos e mesmo a mais longo prazo da democracia portuguesa instaurada com o 25 de Abril.

O período que delas nos separa é o de um espaço temporal ainda necessariamente cheio de indefinições — embora muita coisa comece a definir-se — é um espaço de uma complexa proposição a várias incógnitas que urge equacionar neste tempo histórico de uma nova época na hora do parto, no nosso caso nacional o de um processo de mudanças no quadro económico, social e político cujo sentido e expressão última só a correlação de forças e a sua dinâmica na sociedade portuguesa podem determinar em concreto.

Dos fracos, dos desanimados, dos descrentes não reza a História. Com confiança e determinação encaremos aquela mais importante tarefa política dos tempos imediatos e a tarefa social permanente e fundamental dos comunistas como uma batalha a travar e a vencer.

Compreende-se porquê o cavaquismo governante centra as suas maiores atenções e o seu principal esforço político na tentativa de recuperar das derrotas sofridas e da perda de apoio político, social e eleitoral e desse modo reeditar a sua maioria absoluta nas eleições legislativas de 1991. A esse objectivo central subordina o essencial da acção do governo, a ele atribui os recursos materiais e financeiros do aparelho de Estado, do «saco azul» governamental e governamentalizado, e a demagogia eleitoralista que o domínio do Executivo e a inerente influência política coloca ao seu dispor.

Compreende-se que Cavaco Silva, o seu governo e o seu partido atribuam uma importância decisiva às eleições de 91 para os novos avanços e a consolidação dos resultados já alcançados na via da reconstituição acelerada do capitalismo monopolista e da sua forma superior — o capitalismo monopolista de Estado.

O cavaquismo, legitimado institucionalmente pelas eleições legislativas de 1987, dá-se conta da sua perda de legitimidade política,

da redução da sua base de apoio eleitoral e teme a possibilidade de uma alternativa democrática vitoriosa nas eleições de 1991.

Por isso, a correria das inaugurações «corta-a-fita», dos convívios «ecológicos» com as criancinhas, das operações de «taça» nas grandes pugnas desportivas, as grandes promessas que depois ingressam no rol dos esquecimentos. Mas principalmente nas «piedosas» dádivas paternalistas «esmoleres» saídas do tal «saco-azul» a sectores populacionais a quem a política de direita mais tem agravado as condições de vida.

É o caso da concessão recente do 14º mês aos reformados e pensionistas e a promessa do aumento das pensões e reformas até ao fim do ano, silenciando o facto de a maioria absoluta do PSD — que votou há menos de 1 ano os aumentos de 56% nas remunerações dos titulares dos cargos políticos e agora hipocritamente vem propor a anulação das actualizações daquelas volumosas postas - e que normalmente, através dos aumentos do custo de vida, das rendas de casa, dos custos da saúde, tem roubado os escudos que dá a mais à maioria dos mais carenciados, silenciando que em Outubro impediu com a sua maioria o agendamento de um projecto de lei do PCP sobre a mesma concessão do 14º mês e em Novembro uma proposta dos grupos parlamentares do PCP, PS, PEV e PRD para anulação dos escandalosos aumentos das referidas remunerações dos titulares de cargos políticos.

Os esforços que Cavaco Silva, o seu governo e o seu partido desenvolvem actualmente para se assegurarem da reedição da maioria absoluta através de uma cobertura da lei para levarem a cabo uma farsa eleitoral nas legislativas de 1991, para cobrirem a fraude que projectam dos resultados eleitorais, para violarem a democraticidade do voto dos cidadãos, esses esforços, agora parcialmente derrotados na votação da proposta de lei eleitoral do PSD na Assembleia da República, mostram — com as tentativas de impor o referendo para além dos limites constitucionais — os intentos cavaquistas de suprimir regras básicas da nossa democracia política, de criarem uma armadura legal antidemocrática para perpetuar a direita no poder, de se precaverem contra a eventualidade real de ser travado e invertido o processo da contra-revolução.

É a esta luz que a proposta do PCP de uma alternativa democrática à direita governante e a plataforma política do Congresso de Maio devem ser compreendidas em toda a sua actualidade e necessidade.

Resumo

6
Quarta-feira

Os maquinistas da CP anunciam um novo período de greve parcial com início dia 15 ■ Chega a Lisboa o primeiro-ministro dinamarquês, Poul Schluter, para uma visita oficial de dois dias ■ A JCP apresenta em conferência de imprensa os objectivos do seminário que promove no próximo fim-de-semana em Almada, subordinado aos direitos dos jovens dos países da CEE ■ A Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos declaram uma greve dos trabalhadores da RN para os próximos dias 12 e 13 ■ Activistas e dirigentes do Sindicato de Hotelaria entregam na sede da Associação dos Hóteis do Centro e Sul, em Lisboal cinco mil postais de protesto pela áctuação do patronato nas negociações em curso ■ Cavaco Silva afirma no final de um encontro com o primeiro-ministro da Irlanda que Portugal é candidato a sede da Agência Europeia do Ambiente para a poluição marítima ■ João Camilo, deputado do PCP, denuncia que o Ministério da Saúde já tem um défice orçamental de 24 milhões de contos, o que provocará um aumento a curto prazo das taxas moderadoras ■ O ex-líder do PRD afirma que vai recandidatar-se ao cargo de presidente do partido ■ O PS acusa formalmente o PSD de mentir aos portugueses a respeito da lei eleitoral ■ Inicia-se o processo burocrático para a união monetária alemã, tendo o governo da RDA distribuído os formulários necessários para a partir de dia 1 de Julho a população poder trocar os seus marcos pelos da RFA ■ O governo francês aprova um projecto-de-lei que prevê a proibição da publicidade ao tabaco e às bebidas alcoólicas.

7
Quinta-feira

A proposta de nova lei eleitoral é debatida e globalmente rejeitada por todos os partidos da oposição na Assembleia da República ■ O dirigente e deputado do PCP, Octávio Teixeira entrega ao Tribunal Constitucional um documento requerendo a declaração de inconstitucionalidade da lei-quadro das privatizações ■ O presidente da Câmara Municipal da Amadora defende a criação de uma autarquia que congregue os vários municípios da Área Metropolitana de Lisboa, no decorrer de um encontro promovido no âmbito da Semana do Ambiente ■ Inicia-se una paralisação no Serviço de Transportes Colectivos do Porto que se prolonga até domingo ■ A Associação de Apoio à Reforma Agrária (CRARA) realiza na Casa do Alentejo um plenário para apreciação e votação do relatório de contas e debate da actual situação da Reforma Agrária ■ O Conselho de Ministros decide autorizar os ministros das Obras Públicas, transportes e Segurança Social a proceder à requisição civil, por 60 dias, dos técnicos de telecomunicações aeronáuticas da ANA, EP, em greve desde o dia 4 ■ Os países do Tratado de Varsóvia, encontram-se reunidos em Moscovo decidindo reavaliar as funções da aliança e convocar uma cimeira extraordinária a realizar no final do ano ■ O ministro soviético do Interior afirma que os conflitos interétnicos da Kirguízia e Uzbequeistão podem degenerar numa guerra entre repúblicas.

8
Sexta-feira

O PCP e o MDP reúnem delegações para examinar as condições para uma alternativa democrática ■ O Ministério das Finanças promove no auditório do Montepio Geral, em Lisboa, um seminário internacional subordinado ao tema Portugal e a transição para a União Económica e Monetária ■ A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços inicia hoje, em Lisboa, o seu IV Congresso ■ O candidato da UDP à Presidência da República, Carlos Marques, é recebido em Belém por Mário Soares ■ A comissão Nacional de Homenagem ao General Humberto Delgado, juntamente com a Câmara Municipal de Lisboa e a Direcção-Geral da Aviação Civil descerram uma lápide comemorativa do 32.º aniversário das eleições presidenciais de 1958 ■ Os trabalhadores da função pública decidem em plenário cumprir dois dias de greve nacional, a 22 e 25 de Junho ■ Decorre o primeiro dia das eleições gerais na Checoslováquia ■ Margaret Thatcher e Mikhail Gorbatchov efectuam conversações em Moscovo ■ O vice-presidente do ANC, Nelson Mandela, insiste em Genebra na necessidade de prosseguir a luta pelo fim do *apartaheid* na África do Sul ■ O primeiro-ministro cambodjano, Hum Sen encontra-se em Moscovo com o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Eduard Chevardnadze.

9
Sábado

A Comissão Executiva do PS elege o novo secretariado, a comissão política e o presidente do partido ■ Confrontos étnicos provocaram mais de cem mortos nos últimos seis dias, segundo noticia a agência TASS ■ A Hungria e a Polónia, anunciam os respectivos chefes de Governo, vão coordenar a sua política em relação à Europa Ocidental, ao Pacto de Varsóvia e à União Soviética ■ Os deputados e senadores romenos reúnem-se separadamente para escolher as comissões de validação, encarregadas de verificar a legalidade do escrutínio ■ O governo federal e os primeiros-ministros das dez províncias canadianas chegam a um acordo de princípio para evitar a secessão da província francófona do Quebec ■ O governo da Libéria anuncia oficialmente que vai iniciar na próxima semana conversações com a Frente Patriótica Nacional na embaixada dos EUA na Serra Leoa ■ O Chanceler alemão-federal, Helmut Khol, declara em Bonn, que a chamada conferência 2+4 sobre os aspectos externos da unificação alemã poderá concluir os seus trabalhos até ao Outono ■ O ministro da Defesa da RDA, Rainer Eppelmann, revela em entrevista que a estrutura militar do Tratado de Varsóvia deverá ser abolida até final deste ano.

10
Domingo

O secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas, desloca-se ao Montijo para participar no convívio alentejano, organizado pela respectiva Comissão Concelhia ■ Assinala-se em todo o País o dia de Portugal, de Camões e das Comunidades ■ Mais de três mil candidatos representativos de 37 partidos e três coligações concorrem às eleições da nova Assembleia Nacional Búlgara ■ Também no Peru se realizam eleições presidenciais, cuja disputa se efectua entre o escritor Mário Vargas Llosa e o engenheiro agrónomo Albrto Fujimori ■ Os resultados oficiais das eleições gerais na Checoslováquia confirmam a maioria absoluta de deputados para o Forum Cívico ■ Um jornal norte-americano descobre que os serviços secretos dos Estados Unidos foram responsáveis pelo fornecimento aos sul-africanos dos dados para capturar Nelson Mandela em 1962 ■ O Presidente da República Popular de Moçambique, Joaquim Chissano, confirma em Maputo que a Renamo aceitou de facto o Malawi como país de negociações com as autoridades moçambicanas ■ O módulo tecnológico «Kristal» acopla à estação espacial soviética MIR

■ A cantora negra sul-africana Miriam Makeba visita o seu país natal depois de 31 anos de exílio ■ Os Rolling Stones dão um grande concerto no estádio de Alvalade.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
EDITORIAL «AVANTE!», SA
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
1200 Lisboa
Capital social: 15 000 000$00
CRC matrícula: 47059
NIF – 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. **Serviços Centrais:**
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA
Das 22 às 2 horas – Tel. 90 00 44

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
Tel. 67 01 93
Porto – Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra
Tel. 28394

Composto e Impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Maio: 20 440 *exemplares*

Semana

Avante!

Ano 60 – Série VII
N.º 860
12 de Junho de 1990
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Lei eleitoral

Batota não passou!

Alvo da contestação enérgica dos partidos da oposição logo que foram conhecidas as suas linhas gerais há semanas atrás, a Lei Eleitoral para a Assembleia da República proposta pelo Governo não conheceu melhor veredicto, quinta-feira passada, quando foi submetida em plenário ao exame dos deputados.

E se é certo que o desfecho deste primeiro «round» não constitui surpresa, nem por isso deixou de ser um facto politicamente relevante o exemplar chumbo imposto pelos partidos da oposição a «uma alteração batoteira da lei eleitoral», para utilizar uma expressão de Carlos Brito, cujo único objectivo era assegurar ao PSD a manutenção artificial de uma hegemonia que o eleitorado claramente lhe vai negando.

Resultado do acordo estabelecido entre o PS e o PSD na revisão constitucional, a única coisa que passou, na votação na especialidade, contra os votos dos parlamentares comunistas, foi a redução do número de deputados, dos actuais 250 para 230.

Quanto ao resto, o mínimo que se pode dizer é que o Governo e a sua maioria tiveram de meter no saco todas as propostas que não se coibiriam de apresentar no sentido de viciar despudoradamente o jogo eleitoral, de nada valendo os argumentos aduzidos pelo ministro Manuel Pereira, sustentando alegados propósitos de garantia da proporcionalidade e representatividade do sistema e de maior identificação do eleito e do eleitor.

Chegou mesmo a dizer candidamente que nenhuma outra razão movia o Governo que não fosse a do «desajustamento dos quadros normativos eleitorais» e que nenhumas «contas» ou «estudos» haviam precedido a elaboração da proposta de lei, pelo que eram injustas, garantiu, as «obscuras intenções» que a oposição lhe atribuira.

«Tudo palavras, só palavras», comentaria na sua intervenção o líder parlamentar comunista, Carlos Brito, ao demonstrar quanto é grande o fosso que as separa da realidade.

Uma realidade que analisaria de forma circunstanciada, começando por lembrar as verdadeiras razões que inspiraram o Executivo, desde logo com o início do fim do seu «estado de graças» que constituiu o acto eleitoral para o Parlamento Europeu, a que se seguir a «severa derrota nas eleições para as autarquias locais» para mais recentemente culminar em dificuldades várias, e que as mais notórias são a «remodelação inconsistente, a demissão de Ministros e Secretários de Estado, a perda de credibilidade em áreas significativas da população, a redução da base social e política de apoio».

Uma análise que de resto seria compartilhada pelos restantes partidos da oposição, nenhum deles encontrando qualquer vestígio de virtude no modelo proposto pelo Executivo de Cavaco Silva.

«Para o PSD a lei eleitoral não é uma questão de Estado», afirmou Jorge Lacão. «É mais, prosaicamente uma questão do «Estado laranja — da sua sobrevivência e da sobrevivência do clientelismo que lhe anda à roda», observou ainda para logo concluir que essa «é a verdadeira motivação do Governo — a da sua permanência no Poder».

Severo nas suas críticas foi também, por sua vez, Basílio Horta, ao afirmar em nome do CDS que o Governo «no seu afã cego de se manter no poder a qualquer preço, pois sabe que disso poderá depender a própria sobrevivência do PSD, não olha a meios para atingir os seus objectivos e já não se detém sequer na barreira que o simples respeito das regras da convivência democrática deveria respeitar».

Os cinco inconfessados objectivos de uma proposta antidemocrática

«A proposta governamental de alteração da lei eleitoral, apresentada agora a cerca de um ano das eleições, está concebida não para dar expressão à vontade do eleitorado, mas para ludibriá-la; é uma proposta urdina não para corresponder ao sentido da votação popular, mas para contrariá-la; é uma proposta claramente inconstitucional para violar por múltiplas formas a regra de representação proporcional». Com estas palavras caracterizou Carlos Brito, a dado passo da sua intervenção, o conteúdo da proposta elaborada pelo Governo.

Qualificando-a de «flagrantemente antidemocrática», o líder parlamentar da bancada comunista deteve-se depois, numa breve síntese, a desmontar a alegada melhoria da «eficácia do nosso sistema político» invocada pelo Executivo, comprovando que se trata, tão só, de uma «batota eleitoral», cujos objectivos enunciou nas suas linhas gerais:

1. A «perpetuação do PSD no Governo; não seria tão pouco a facilitação abstracta da formação de maiorias de Governo, o que já seria eticamente antidemocrático com os métodos denunciados; seria um fato feito por medida e adaptado ao corpo eleitoral do PSD;
2. A acentuação da bipolarização com a característica singular de um dos planos ser «eternamente» poder e o outro «eternamente» o primeiro partido de oposição;
3. A drástica redução da representação parlamentar do PCP;
4. O esmagamento dos partidos de menor expressão parlamentar, com a ameaça de exclusão definitiva de S. Bento e a hegemonização de toda a direita pelo PSD;
5. O impedimento prático do acesso a novos partidos à Assembleia da República com a criação de facto de barreiras de entre mais de 5% e 21% nos círculos regionais e de cerca de 3% no círculo nacional, abaixo das quais se não elege, enquanto que até agora era possível eleger no círculo de Lisboa, apenas com 1,2%.

Lei das Privatizações

PCP requer apreciação de inconstitucionalidades

Uma delegação do Grupo Parlamentar do PCP, constituída pelos deputados Octávio Teixeira e José Manuel Maia, entregou quinta-feira passada no Tribunal Constitucional um requerimento para apreciação de inconstitucionalidades da Lei Quadro das Privatizações, com fundamento em violação do disposto nos artigos 85.º e 296.º da Constituição da República.

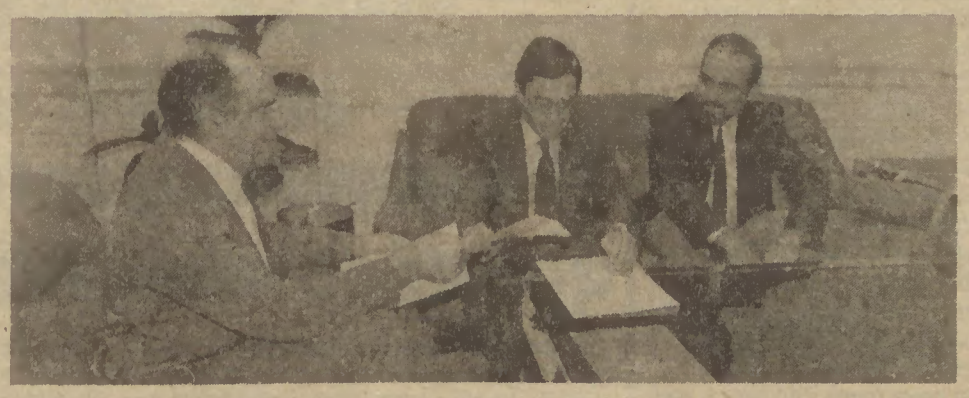
De acordo com declarações proferidas por aqueles deputados aos jornalistas, a Lei em causa omite critérios materiais de escolha e garantias de independência das entidades avaliadoras de bens a reprivatizar (artigo 5.º/1) e mantém a validade de concursos de pré-qualificação realizados em distinto quadro constitucional (artigo 5.º/2).

Por outro lado, acentuaram, numa matéria de reserva parlamentar absolutamente indelegável, a lei confere ao Governo «uma verdadeira autorização legislativa constitucionalmente proscrita» que lhe permite, entre outras coisas, optar pela quebra da regra do concurso público constitucionalmente preferencial, definir as regras do concurso público e da venda directa ou reservar aos trabalhadores e outros benefícios uma percentagem do capital a reprivatizar.

Igualmente inaceitável, do ponto de vista da bancada comunista, é o facto de o diploma a remeter no seu artigo 13.º a definição de directrizes legislativas para o diploma regulador da reprivatização de cada empresa, sem consagrar um número essencial de opções que «representem a tradução legislativa suficiente, parlamentarmente assumida, das regras constitucionais».

O facto de a Lei regular de forma remissiva o regime de reprivatização do direito de exploração de bens nacionalizados e de facultar a «convolação» dos processos operados nos termos da Lei 84/88, conferindo ao Governo poderes extraordinários de definição regimes transitórios que excedem o quadro instituído pelas normas constitucionais aplicáveis, constituem outros tantos aspectos negativos que urge eliminar, segundo o Grupo Parlamentar do PCP.

Ao facultar a privatização até 49 por cento de empresas que exerçam a sua actividade principal em sectores básicos nos quais deve ser vedada a actividade a empresas privadas o diploma em causa está ainda, neste domínio, a violar a Lei Fundamental, pelo que, na perspectiva dos deputados comunistas, importa declarar inconstitucionais as referidas normas com força obrigatória geral.



Octávio Teixeira e José Manuel Maia entregam a um representante do Tribunal Constitucional o documento requerendo a declaração de inconstitucionalidade de várias normas da Lei-Quadro das Privatizações

Rodney Arismendi

A REVOLUÇÃO LATINO-AMERICANA

à VENDA

aTalhe deFOICE

Uma noite ao luar

A notícia contava como a senhora Howe, mulher do vice-primeiro-ministro britânico Geoffrey Howe, se instalou no bairro das gares de Euston e King's Kross com o seu cão, «Summit», para dormir uma noite ao relento à semelhança dos pobres verdadeiros que enxameiam o Reino de Sua Magestade Britânica, isto em conjunto com numerosas personalidades políticas e do mundo do espectáculo da Grã-Bretanha que resolveram aderir a uma operação denominada «uma noite no duro» promovida pela Associação St. Mungo em prol dos «sem abrigo» e que renderá à volta de 120 000 contos, o que é obra para uma recolha de fundos assente numa dormida ao luar, mesmo que interpretada pelo «jet-set» britânico onde também esteve, por exemplo, o líder do Partido Liberal, Paddy Ashdown (que escolheu um passeio perto da abadia de Westminster e parece ter dormido bem), o bispo de Stepney ou o reverendo James Thompson (que se queixou de o seu abrigo de cartão ser demasiado estreito), mas factos são factos e se meio milhão de libras ganhos por ricos, a fingir simplesmente de pobres, é já em si a confirmação de que não são ricos por acaso, a tal ponto que nem precisam, como o rei Midas, de tocar em nada para nascer oiro — basta deitarem-se na rua à espera que o dinheiro chova — a deliberação de toda esta gente rica em dar aos pobres a sério o produto da sua pobreza a brincar demonstra em definitivo que o capitalismo é a redenção do mundo e sua lógica uma elipse — que digo?!... — um arco íris tão *rainbow* e de planetária abrangência que só ele tem verdadeiramente direito a assumir que «nada do que é humano me é estranho» pois agora até partilha a desumanidade que produz deitando-se uma noite com ela e ficando todos a ganhar — para os pobres, meio milhão de libras de solidariedade social, para os ricos, meio milhão de hectares nas colunas sociais — o que mais uma vez comprova as vantagens da iniciativa privada e a justiça intrínseca da livre concorrência, com cada um a deitar-se onde pode e a ganhar o que calha e vice-versa, e essa é que é essa neste mundo de muros e ricos que já tombam nas mesmas calçadas de igual contentamento, será daqui que há-de erguer-se o verdadeiro Admirável Mundo Novo sem os pessimismos do Huxley e com umas noitadas ao luar protagonizadas pelos ricos do planeta nos próximos três ou quatro séculos, vai ser limpinho e não há-de haver pobreza que se levante quanto tanta riqueza se deite, temos aqui a síntese perfeita a demonstrar que a emancipação do homem e a justiça universal não se vão afinal concretizar com o poder a ser derrubado na rua, como dantes o capitalismo temia, mas a deitar-se voluntariamente nela, como agora o capitalismo provou, mas a velha Albion que não julgue merecer os louros todos da descoberta, porque há anos que o Governo português de Cavaco Silva — embora sem o espectáculo da britânica «noite no duro», que isto é gente menos excêntrica — prova que é a deitar umas coisas à rua que o poder reequilibra a sociedade, administra a justiça e promove o progresso, seja através de uns dinheiritos a distribuir por uns milhões de reformados em vésperas de eleições, seja abrindo umas estradas que se não chegam para as necessidades sempre chegam a algum lado, seja ainda a construir, demolir, vender ou comprar uma data de coisas que ninguém vê mas que só visto, o que não esgota o rol lusitano mas ilustra o princípio britânico agora demonstrado de que as desigualdades sociais estão inexoravelmente condenadas por acções de rua protagonizadas pelo poder *himself*, o que, além do mais, constitui a mais fabulosa inversão teórica jamais ocorrida neste planeta à beira-galáxia plantado. Percebido isto, aos pobres deste mundo só resta aguardar tranquilamente debaixo das pontes e nos desvãos da sociedade que a nova revolução siga o seu rumo e cumpra o projecto, com o aliciante de uma noite destas ser sempre possível terem como companheiro de abrigo de cartão a mulher de um ministro ou, no mínimo, o seu cão. Em qualquer dos casos, e como confessavam os vagabundos britânicos que partilharam o prodígio, «pelo menos nessas noites não seremos expulsos pela polícia».

■ *H.C.*

Assembleia da República

Uma «modernidade» assente na exploração

As mais recentes medidas do Governo no plano social inserem-se numa pré-campanha eleitoral cujo intuito é tentar melhorar a todo o custo a degradada imagem de quem vê posta em causa a sua legitimidade e apoio social e político.
Ao chamar a atenção para esta caça ao voto já iniciada pelos responsáveis do partido do Governo, na declaração política que proferiu na semana finda, em nome da bancada comunista, Miguel Urbano Rodrigues quis em primeiro lugar, socorrendo-se de exemplos concretos, evidenciar a contradição existente entre a linguagem eleiçoeira do Governo e a sua política global.

É que, como lembrou, apesar do uso e abuso das palavras modernidade e modernização por parte do Primeiro-Ministro e da sua equipa, a verdade é que os resultados de cinco anos de Governo PSD demonstram ser «desumanizante» o seu ideal de modernidade, uma vez que assenta, enfatizou, «num projecto de sociedade no qual a exploração dos trabalhadores e a redução dos seus direitos emergem como fenómenos rotineiros».

Detendo-se a analisar o fascínio que o liberalismo exerce sobre o Executivo de Cavaco Silva e que o leva a adoptar «uma atitude de embevecimento quase religioso perante a filosofia da privatização selvagem», Miguel Urbano lembrou os maus resultados obtidos nos países que recentemente seguiram esse caminho, assinalando que «na própria Grã-Bretanha, mãe do liberalismo, a fúria privatizadora da senhora Thatcher está a ser alvo de críticas cada vez mais contundentes», enquanto na Argentina «os seus efeitos são catastróficos» e no Canadá «assustam o povo».

Depois de destacar a acção destruidora do Governo no domínio da propriedade social, nomeadamente nos sectores industrial e bancário, a uma escala que praticamente liquida também a Reforma Agrária, o deputado comunista alertou para aquilo que em sua opinião constituiu já a «arrancada para a privatização de funções sociais que são historicamente da responsabilidade do Estado».

«O Governo está impaciente por desencadear a ofensiva geral para a privatização crescente e galopante da Saúde, da Segurança Social do Ensino», observou, lamentando a este respeito que no nosso País «sejam mal conhecidas as consequências calamitosas da política de vandalismo social executada em países onde a ideologia da falsa modernidade levou à privatização das Caixas de Previdência».

Fundamentando a afirmação, Miguel Urbano citou a propósito os países com o nível de desenvolvimento idêntico ao nosso onde essas funções do Estado foram privatizadas, recordando que nesses casos «as camadas mais favorecidas acumularam benefícios e aqueles que recebem o salário mínimo deixaram na prática de ter acesso a qualquer tipo de assistência médica».

«Quase sempre nesses casos — sublinhou — os processos de privatização desenvolveram-se numa atmosfera de escândalos e negociatas. Gente ligada ao Poder tem acumulado fortunas colossais, num regabofe em que as vítimas são o Estado e o povo.»

Em defesa do ambiente

PCP avança com medidas concretas

O pedido de urgência, ao abrigo dos termos regimentais, para a realização de um debate sobre o projecto da sua autoria que define as condições mínimas exigidas aos navios que transportam mercadorias perigosas ou poluentes nas águas portuguesas, constituiu uma das iniciativas com que o Grupo Parlamentar do PCP quis assinalar, no próprio Dia Mundial do Ambiente, a comemoração desta data.

Trata-se no fundamental, de um diploma que adopta no seu articulado um conjunto de medidas orientadas prioritariamente para uma política de prevenção, já que é esse o caminho que na perspectiva dos parlamentares comunistas poderá evitar que se repitam — numa costa como a nossa diariamente sujeita à ameaça da poluição marítima — desastres ecológicos idênticos aos de Porto Santo, Costa Vicentina e Sines.

Este projecto de lei faz parte aliás de um conjunto de três iniciativas legislativas recentemente apresentadas na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar comunista, todas elas elaboradas com o intuito de preencher justamente algumas das mais graves lacunas legais em matéria de ambiente.

Para lá do já citado, estão neste caso a Lei Quadro das Áreas Protegidas e o projecto-de-lei relativo à Avaliação do Impacto Ambiental, qualquer dos dois visando dotar o País, como assinalou na conferência de imprensa a deputada Ilda Figueiredo, de dois instrumentos fundamentais da política de ambiente.

Ilda Figueiredo, que estava acompanhada por Lino de Carvalho, Lourdes Hespanhol e Ana Serrano, chamou a atenção para alguns aspectos inovadores contidos nos diplomas, relacionados designadamente com o nível de participação das autarquias locais, das associações da defesa do Ambiente e das regiões administrativas (logo que estas sejam criadas), nos quais estão ainda previstas medidas de incentivo à participação da população na defesa do ambiente.

Defesa do ambiente que, apesar das propaladas preocupações que normalmente recebiam os discursos oficiais, para até ao momento não ter encontrado correspondência nas opções políticas que neste domínio têm vindo a ser tomadas pelo Governo.

Desde logo, como foi lembrado no encontro com os jornalistas, porque se ignoram as associações de ambiente, as autarquias locais e os técnicos e especialistas, enquanto, por outro lado, se publica «legislação imprecisa e contraditória sobre o regime de bens do domínio hídrico do Estado», limitando-se na prática as competências dos municípios sobre a gestão dos recursos hídricos e a utilização do solo, e, sobretudo, e se adia sistematicamente para novos diplomas legais a definição dos princípios consagrados na Lei de Bases do Ambiente.

«Com uma visão economicista do desenvolvimento — acusaram os parlamentares comunistas — o Governo não consegue, nem sequer, elaborar uma estratégia do desenvolvimento económico e social que respeite a conservação da natureza, utilize de forma equilibrada e racional os recurss naturais, mantendo os ecossistemas que suportam a vida».

PSD governamentaliza questões relativas à CEE

A maioria PSD rejeitou sexta-feira um projecto de deliberação do PCP que encarregava a Comissão de Assuntos Europeus de preparar, organizar e promover um encontro com os deputados portugueses no Parlamento Europeu, tendo em vista a troca de informações e apreciação conjunta da fase actual do processo de integração nas Comunidades Europeias, das perspectivas para o seu desenvolvimento futuro e dos interesses de Portugal.

Reagindo a esta posição da maioria governamental, que recusou simultaneamente na mesma votação dois outros projectos de idêntico teor apresentados pelo PSD e pelo PRD, o Grupo Parlamentar comunista considerou que se trata de um gesto que vem comprovar uma vez mais o conceito e prática governamentalizadora que anima o PSD no tratamento de questões da maior relevância para o País, a tal ponto que impede mesmo, em última análise, a sua discussão na sede própria — a Assembleia da República.

O projecto do PCP, recorde-se, propunha a constituição de uma comissão eventual integrada por deputados das comissões permanentes (Assuntos Europeus; Economia, Finanças e Plano; Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias; e Trabalho, Segurança Social e Família), a qual deveria preparar a intervenção da Assembleia no encontro entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais dos Estados membros, a realizar em Outubro próximo.

Trabalhadores

Recurso à greve em vários sectores

Agir de modo a que todos os trabalhadores participem na semana pelas 40 horas é objectivo da maioria dos sindicatos. Greves anunciadas nos transportes e previstas noutros sectores, incluindo a Função Pública

Organizações locais e sectoriais da CGTP anunciam acções e formas de luta para os próximos dias, que se apresentam como preparação e apoio à semana pelas quarenta horas, marcada pela Central para os últimos dias deste mês. Ao mesmo tempo, os sindicatos da Administração Pública previam sexta-feira passada a ida para a greve, se o Governo não desse satisfação a algumas das reivindicações mais urgentes do pessoal do sector. Para 12 e 13 do corrente continuava marcada no último fim-de-semana a greve na Rodoviária Nacional, enquanto que se agravava o conflito na CP (marcação de novas paralisações dos maquinistas) e os técnicos de comunicações aeronáuticas em serviço nos aeroportos eram requesitados pelo Governo, numa acção que os sindicatos consideraram muito negativa e passível de novo recurso a formas de luta

A Federação e Quadros, num comunicado sobre a requisão civil, afirmava quinta-feira passada que a atitude do Governo indicia a «sua incapacidade em promover as condições necessárias para a resolução dos conflitos de trabalho pela via do diálogo e da paz social».

Na base de todos os conflitos estão questões relacionadas de um modo ou de outro com os salários e o seu nível que continua a ser considerado muito baixo, comparativamente em alguns sectores (os mais bem pagos) com o nível europeu. Noutros (os mais afectados pela política do Governo) nem essa comparação se faz, porque não é possível — é ver, por exemplo, o caso dos assalariados rurais, bem como dos mineiros, de grande parte do sector da metalurgia, metalomecânica, minas, da construção civil.

Os sindicatos e outras organizações representativas têm apoiado publicamente as quatro grandes reivindicações apresentadas pela CGTP, designadamente na altura das comemorações do 1.º de Maio:

- Pela redução do horário de trabalho para o máximo de 40 horas semanais;
- Pela melhoria dos salários, exigindo aumentos da ordem dos 16/18 por cento;
- Pela melhoria da protecção social;
- Pela defesa dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.

Estes traços gerais abrangem a grande maioria dos trabalhadores portugueses.

Por conseguinte, é de esperar que, independemente da adesão a este ou àquele sindicato ou outra organização sindical, os grandes sectores da indústria, do comércio e serviços, e da agricultura adiram em massa às formas de luta que forem adoptadas em plenários e outras reuniões organizadas a nível de local de trabalho, ou por sectores.

Por outro lado, como assinala por exemplo o Sindicato dos trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, é necessário ter em conta que um dos pontos estratégicos do Governo é «**negociar com os sindicatos durante o período de férias dos trabalhadores**».

Como não é de pôr de parte a hipótese de que o grande patronato, se puder, fará o mesmo, devem os trabalhadores atender a estas e outras preocupações sindicais e não deixar, por alguma inércia ou alheamento, que o Governo concretize as suas aspirações a consagrar os **baixos salários** e a discriminação salarial como pontos assentes de uma política social geradora de conflitos e de recurso ao autoritarismo, obrigando ao recurso constante à greve e a outras formas de paralisação.

Vila Real

Altamente positiva a semana de esclarecimento dos trabalhadores rurais

O sindicato verificou situações que exigem a imediata aplicação das leis e do contrato de trabalho na região duriense

Mais de 80 por cento dos trabalhadores agrícolas do distrito de Vila Real não recebe o salário das férias nem o respectivo subsídio, revela a associação sindical do sector.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Vila Real, que efectuou uma semana de esclarecimento nas aldeias, verifica-se também que é «bastante acentuado» o número de crianças menores 14 anos a trabalhar na vinha.

A campanha de esclarecimento e mobilização sindical, prevista para durar até domingo passado, já tinha abrangido em 4 do corrente mais de trinta aldeias da região duriense, faltando apenas nesta última data os concelhos de Alijó e Sabrosa.

De acordo com o mesmo Sindicato, que considera a sua campanha «altamente positiva», há proprietários que não fazem os descontos correctos para a Segurança Social, pelo que se exige uma fiscalização correcta e eficaz.

Com as visitas às aldeias, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Vila Real conseguiu mais filiados e delegados sindicais, tendo procedido ao levantamento dos problemas sociais na Região Demarcada do Douro.

O Sindicato acrescenta que «a generalidade dos trabalhadores agrícolas» está contra a política do Governo. A «contestação mais sentida», afirma, é o facto de continuar sem extensão, isto é, sem ser aplicado a toda a região do Douro, o contrato colectivo de trabalho (CCT) do concelho de Vila Real.

Em 4 do corrente, já tinham sido distribuídas pelo Sindicato cerca de 1700 cartas sobre os direitos dos trabalhadores agrícolas.

As principais reivindicações incluem o 13.º mês, 30 dias de férias anuais com subsídio, melhoria salarial e mais garantia de emprego para os assalariados rurais.

«Indeterminação» na EPAC

O conselho de gerência da EPAC, empresa pública de cereais, alegando «significativa indeterminação quanto ao futuro» daquela grande unidade do comércio, recusou-se a concluir o processo de revisão do **acordo de empresa** (AE). A atitude do CG justifica, segundo a federação sindical do sector (Fepces), alguma «apreensão» acerca dos direitos dos trabalhadores e dos postos de trabalho.

A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, que acompanha nessa «apreensão» a CT, revela a existência do «anunciado processo de transformação da EPAC em sociedade anónima (SA)» e a sua divisão em três empresas.

Em negociação estavam, quanto à revisão do AE, variadas matérias, como o horário máximo semanal de 40 horas, um novo regime de acessos e a fixação de novos valores para determinadas regalias sociais.

A lei e um acórdão do tribunal garantem os direitos laborais. Mas aquela Federação lança um alerta ao pessoal da EPAC para que **não se encoste à sombra da lei**.

Por seu turno, a Fepces afirma que actuará conforme as circunstâncias se apresentam e venham a evoluir.

CT pronuncia-se sobre greve na Televisão

A greve ao trabalho suplementar a as paralisações parciais — formas de luta adoptadas recentemente pelos repórteres de imagem da televisão (RTP) — foram motivo de uma manifestação pública de apoio da comissão de trabalhadores (CT) daquela empresa pública.

Num comunicado de quinta-feira passada, a CT, que não indica expressamente os motivos concretos da paralisação, considera «justas as reivindicações» desses profissionais que trabalham na Direcção de Informação da RTP, que, como se sabe, é o departamento responsável pelo serviço noticioso da televisão.

No seu breve comunicado de 7 do corrente, a CT considera «extrema a situação a que se chegou».

Irresponsabilidade

Ao congratular-se pela forma como os repórteres de imagem «têm sabido defender a sua dignidade, numa permanente abertura a diálogo», a CT da RTP acusa o conselho de gerência de, aparentemente, «ignorar uma situação que está a causar graves prejuízos à empresa na área da informação» E isso, ainda segundo a CT, «devido à irresponsabilidade com que todo este processo foi conduzido por parte dos reponsáveis da RTP, que prometeram aquilo que não tinha intenção de cumprir», conclui a CT da RTP.

Encerramento na Torralta

Contra o encerramento dos escritórios centrais da Torralta em Lisboa pronunciou-se sexta-feira passada o plenário dos trabalhadores — atitude que foi apoiada pela comissão executiva do conselho nacional da Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal (Feshot).

O encerramento pretendido pela administração da Torralta «põe em causa a garantia de cerca de 100 postos de trabalho», afirma aquela comissão executiva, que marcou para hoje, 12, às 13 e 30 uma conferência de Imprensa.

Os trabalhadores e as suas organizações representativas procuram «medidas que obriguem a administração a recuar nas suas pretensões de encerramento dos serviços de Lisboa», refere a Feshot.

ASP/PSP Sem vencedores nem vencidos

O presidente da comissão instaladora da Associação Socio-Profissional da PSP, José Manuel dos Santos Carreira, depois de apurados os resultados da votação para os corpos gerentes nacionais e distritais da ASP/PSP, refere num discurso distribuído à comunicação social que os votantes a nível de todo o País foram 70 por cento dos associados inscritos e que, no distrito de Lisboa, onde se apresentaram duas listas a sufrágio, essa percentagem atingiu os 92 por cento. Depois de esclarecer que não se realizaram eleições na Horta, em Évora e em Ponta Delgada, o presidente da ASP/PSP disse que «dos resultados desta votação (...), ao nível das ASP/PSP, não houve vencedores nem vencidos». A concluir o seu discurso, José Carreira acrescentou: «Os próximos tempos são momento fundamental para organizar e estruturar a Associação, para a dotar de boa funcionalidade; e todos devemos estar empenhados nesta grandiosa e nobre tarefa com plena entrega e disponibilidade e espírito de reconciliação. Entretanto, tudo faremos para que a Polícia ascenda ao lugar de prestígio que lhe cabe, enquanto instituição ao serviço da Comunidade e empenhada na defesa dos valores mais caros aos cidadãos».

CGTP em Copenhaga

A CGTP faz-se representar na Conferência sobre a Dimensão Humana da Cooperação na Europa. Segundo o departamento de informação da Central (DIF), trata-se de «uma importante reunião sindical no quadro da sessão de 1990» daquela Conferência, que toma como ponto de partida, do ponto de vista sindical, a Acta Final de Helsínquia e as conclusões das Conferências que se lhe seguiram em Madrid e em Viena. A reunião, onde a CGTP se faz representar por Fernando Loureiro, membro da sua comissão executiva, decorrerá paralelamente à sessão governamental, em Copenhaga.

PCP

VILA REAL: comunistas falam das riquezas do distrito

Chegar, extrair e sair de mala aviada...

Questões da actualidade regional e a actividade do PCP, no quadro da reorganização em curso no distrito, à luz das conclusões do XIII Congresso (Ext.), estiveram em foco na recente reunião da comissão Distrital de Vila Real do PCP. Vejamos, em síntese, algumas das conclusões ali tomadas.

Assim, aqueles comunistas transmontanos manifestam a sua preocupação com a crescente e ilegítima manipulação que o PSD está a fazer de órgãos públicos no distrito, como a direcção do Hospital Distrital e do Parque Natural do Alvão. O PSD reentra em período de demagogia e propaganda eleitoral servindo-se para tal do Governo e abrindo «as goelas do poder», refere a Distrital do PCP.

Em numerosas empresas vivem-se situações de instabilidade social e de desrespeito pela lei. Anuncia-se o encerramento definitivo das minas da Borralha e corte de subsídios aos mineiros, são despedidos trabalhadores com contratos a prazo, como nas minas de Jales, não se cumprem as tabelas salariais, regalias e feriados, como na Têxtil Flaviense e em quintas do Douro com assalariados agrícolas.

Na agricultura assiste-se a uma maior dinâmica e grande entusiasmo dos compartes dos baldios com a eleição de novos conselhos directivos (Torneiros, Quintã, Serrãos — Boticas) e tocam os sinos a rebate chamando os compartes para a luta em Agunchos/Formoselos, impedindo a saída ilegal de madeiras. O novo projecto-lei do PSD, embora recuando, persiste em colocar impedimentos à acção dos compartes, dando maior intervenção ao governador civil, a par de outros perigos, com os quais ameaçam o futuro dos povos e dos baldios.

Persistem grandes preocupações quanto à situação sanitária dos gados, com a proliferação de numerosas doenças e atrasos enormes no pagamento de indemnizações, assim como deficiências na atribuição de indemnizações compensatórias.

O PCP manifesta apreensão quanto à 2.ª fase do PDRIT (Plano de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes). Estando destinados 80 milhões de contos (dos quais 50 por cento são para a componente agrícola), não existe uma informação suficiente e receia-se uma vez mais que os pequenos e médios agricultores sejam marginalizados.

Finalmente, a Distrital do PCP acusa: «Grandes empresários e grupos monopolistas tratam a região apenas com uma política de rapina: levam a riqueza e não investem na região — são exemplos gritantes as águas minerais e minero-medicinais (Pedras Salgadas e outras), a extracção dos minérios (Jales, Borralha, Vale das Gatas), os granitos e rochas ornamentais (zona de Vila Pouca), etc. O mesmo tipo de actuação têm ainda as grandes empresas e multinacionais no Douro com o chamado vinho do Porto, e as empresas de celulose que aqui plantam e daqui levam o eucalipto».

A riqueza da região — sublinham os comunistas — **não se traduz num desenvolvimento económico, criação de postos de trabalho e bem-estar das populações, mas sai para fora, indo enriquecer alguns em prejuízo do distrito.**

AVEIRO

Assembleia da organização distrital em Dezembro...

Além da divulgação interna e pública das conclusões do Congresso, é igualmente importante que as organizações do Partido no distrito analisem as conclusões que lhes competem levar à prática e desenvolvam as medidas correspondentes para que, também ao nível do distrito, o PCP seja «um Partido para o nosso tempo». Neste quadro, visando renovar, unir e fortalecer o Partido na região, foi decidida a convocação, para o mês de Dezembro, da Assembleia da Organização Distrital de Aveiro do PCP, que procederá à apreciação da realidade distrital, ao balanço do trabalho realizado, à definição de caminhos para a intervenção do Partido na região e à eleição da Comissão Distrital de Aveiro do PCP.

A revelação está no apontamento de conclusões da recente reunião daquele organismo do PCP. Entretanto, sobre a situação política e social naquela parcela do País, os comunistas aveirenses chamam a atenção para um significativo conjunto de questões. A saber:

- **O significado que assume a proposta de nova Lei Eleitoral do PSD no quadro da ofensiva contra o regime democrático, pela grave violação do princípio da proporcionalidade.**

Particularmente em relação ao distrito de Aveiro, a proposta de divisão em dois círculos eleitorais — norte e sul — constitui mais uma medida tendente a acentuar a divisão do distrito, antes de estar definida a regionalização.

Não se pode deixar de chamar a atenção para a perigosa hesitação inicial do Partido Socialista em relação a este projecto de lei, para o qual o PS abriu caminho ao aprovar, com o PSD, a redução para 230 do número de deputados à Assembleia da República, aquando da revisão da Constituição.

- **As movimentações das populações vizinhas da Linha do Norte, que já assumiram a forma de cortes da circulação ferroviária, contra o encerramento de passagens de nível utilizadas há décadas, em muitos casos para acesso aos terrenos agrícolas.**

Constatando que tais encerramentos resultam de protocolos assinados entre a CP e as autarquias respectivas, a CDA do PCP não pode deixar de assinalar a natureza negativa da gestão na generalidade das autarquias do PSD, do CDS e mesmo do PS, de costas viradas para as populações. Porque nunca auscultam as populações respectivas sobre os problemas que lhes dizem directamente respeito, criam as situações de conflito como as que agora surgem e pelas quais devem ser responsabilizados.

- **A crescente aspiração dos trabalhadores do distrito à redução dos horários de trabalho, aspiração que se vem transformando em disposição para a acção e que terá certamente reflexo na Semana de Luta para a Redução do Horário de Trabalho promovida pela CGTP no final do corrente mês.**

A CDA do PCP exorta os militantes do Partido ao maior empenhamento nas acções que visem preparar e mobilizar para o sucesso desta jornada de luta.

- **A estranha coincidência entre a recente adesão de Salvador Caetano ao PSD e a ainda mais recente visita do ministro Mira Amaral à Toyota (Ovar) durante a qual foram anunciados investimentos de 30 milhões de contos.**

... e da concelhia já no dia 23

Vai realizar-se no próximo doa **23 de Junho** a II Assembleia da Organização Concelhia de Aveiro, a qual tem em vista fazer **a apreciação do quadro económico, social e político do concelho, analisar a situação da organização do Partido, aprovar um programa de acção e eleger a nova Comissão Concelhia.**

Tendo por fim a eleição de delegados à Assembleia e a discussão do projecto de Resolução Política apresentado pela actual Comissão Concelhia, foi convocada uma reunião de militantes residentes nas freguesias de **Esgueira, Glória** e **Vera Cruz.**

Avante! com a campanha

150 mil contos para o Terreno da festa — Avantes com a Campanha

ORGANIZAÇÃO		Percentagem
Distrital de	VILA REAL	28,1
»	BRAGANÇA	18,3
»	BRAGA	45
»	VIANA DO CASTELO	31,62
Regional do	PORTO	10,23
»	CASTELO BRANCO	32,24
»	GUARDA	9,92
»	COIMBRA	10,95
»	AVEIRO	41
»	VISEU	18,36
Regional de	SANTARÉM	15,37
»	LEIRIA	6,66
»	LISBOA	19,60
»	SETÚBAL	8,33
Distrital de	ÉVORA	17,82
»	BEJA	7,42
»	PORTALEGRE	8,48
Regional de	FARO	31,02
»	AÇORES	9,98
»	MADEIRA	10,33
JCP		2,3
EMIGRAÇÃO		60,38
CENTRAL E DIVERSOS		47,64

Total realizado até 7/6/90 — 51 519 692$90

Ultrapassados os 50 000 contos!

Ultrapassando as dificuldades próprias de uma iniciativa desta envergadura, apostando vivamente na criatividade e no empenhamento individual e colectivo, a campanha dos 150 mil contos, para os terrenos da Festa do «Avante!», segue em frente, e nem será optimismo exagerado se dissermos mesmo, pelos dados disponíveis, que entrou numa nova fase. E olhando para os números a notícia não podia ser melhor: **foram ultrapassados os 50 mil contos!**

E tão interessante como esse número — um terço da campanha está concretizado — são alguns aspectos complementares, exemplos avulso de um esforço dinâmico que avança, naturalmente em ritmos diferentes, de norte a sul do País, dos Açores à Madeira, entre os jovens comunistas, também na emigração.

Há uma Organização Regional do PCP que em 15 dias recolheu um montante igual ao obtido em todo o período anterior, desde o início da campanha.

Temos organizações de âmbito regional, distrital e concelhio à beira das respectivas metas.

Continuam a surgir casos de militares e eleitos de outros partidos que, de forma significativa, ajudam a campanha dos 150 mil, conscientes que assim, estão solidariamente a consolidar um acontecimento político-cultural sem paralelo no nosso País.

A campanha dos 150 mil tem pernas para andar. Militantes e organizações do PCP, democratas, amigos da Festa, todos têm uma palavra a dizer. A promoção dos títulos de comparticipação, as festas, os convívios, as ofertas de objectos valiosos e obras de arte, as feiras de velharias, as edições especiais de determinados artigos, tudo tem o seu lugar no desenvolvimento de uma campanha que garantirá o futuro da mais fraterna e bela Festa do Portugal de Abril.

A 7 de Junho a campanha totalizava **51 519 692$90.** Aqui fica o gráfico com a situação de cada organização no ataque às metas.

Comunistas comentam a actuação do novo ministro da Saúde

Economicista, hospitalocêntrica e eleitoralista

Arlindo da Cunha pode ser um «bom leitor de *dossiers*», mas isso não basta. O ministro que Cavaco Silva há cinco meses nomeou para substituir Leonor Beleza revela um «completo desconhecimento de tudo o que à saúde diz respeito»,, mostra-se «totalmente dependente da orientação do Primeiro-Ministro na área económica» e a sua actuação parte de «uma visão estreitamente economicista, hospitalocêntrica e eleitoralista» da política de saúde. Esta apreciação foi divulgada pelos médicos **João Camilo**, deputado na AR, **Orlando Leitão** e **Paulo Fidalgo**, membros da comissão para as questões da saúde junto do CC do PCP, na semana passada.

A conferência de imprensa seguiu-se a uma reunião da comissão em que foi feita uma análise do sector e das medidas que é necessário tomar, confrontando a política do novo ministro, nomeadamente, com as «8 medidas» antes propostas pelo PCP.

Barco sem timoneiro

O Ministério da Saúde é hoje, segundo a análise feita pela comissão para esta área junto do CC do PCP, um barco sem timoneiro, vogando ao sabor da política económica decidida pelo Primeiro-Ministro, sem um projecto coerente e responsável de política de saúde e sujeito às pressões dos *lobbies* constituídos no sector.

O ministro Arlindo Carvalho, para além da ignorância que sempre manifestou em relação aos problemas da saúde, revelou não ser sequer o bom gestor de recursos humanos, como a propaganda governamental o apresentava, mas antes «um inábil e incompetente serventuário das ideias de Cavaco Silva acerca dos serviços de saúde, que encara, dentro da sua visão economicista estreita, como empresas a rentabilizar».

A falta de previsão da opção em massa dos médicos pela exclusividade, bem como a incompleta e incorrecta aplicação das novas grelhas salariais e horários dos trabalhadores da saúde, levaram a dramáticas consequências no atendimento dos doentes nas urgências e serviços de atendimento permanente.

O habitual caos dos bancos dos hospitais centrais sofreu um brusco e drástico agravamento, sem que se vejam medidas de promoção, incentivo e beneficiação dos cuidados de saúde primários.

Ao fim de cinco meses, o défice orçamental do Ministério é — segundo o próprio ministro — de 24 milhões de contos. «Tudo leva a crer que baterá todos os recordes de incompetência e falta de previsão» — comentam os membros da comissão para as questões de saúde junto do Comité Central, recordando que os sucessivos alertas lançados pelo PCP, por altura da discussão do orçamento, foram sobranceiramente ignorados.

«Quem quer saúde paga a quem?»

O Governo afirmava então que o orçamento era suficiente, dada a muito melhor e mais rigorosa gestão. O PCP referiu aos jornalistas, agora, alguns elementos que mostram que, afinal, o orçamento era curto.

A maior parte dos hospitais não paga aos fornecedores, há dificuldade generalizada de tesouraria e corta-se nos recursos assistenciais à população. Ou, mais grave ainda, em muitos casos recusa-se e dificulta-se o acesso dos utentes aos cuidados de saúde.

Entretanto, desde que o PSD está no Governo e no Ministério, a Direcção-Geral dos Serviços Financeiros não publica as contas do Serviço Nacional de Saúde, o que vai contra a lei e manifesta uma total falta de transparência.

A actualização dos preços dos serviços hospitalares — alertam os especialistas do PCP — **pode indiciar o aumento a curto prazo das *taxas moderadoras*.**

Quanto à política de *responsabilização* do sector privado, ela está já a revelar-se como «mais um grande escândalo de negócios pouco claros a que o Ministério PSD da Saúde nos vem habituando».

Na conferência de imprensa foram referidos alguns factos significativos:

- é nomeado director do Hospital de Santa Cruz um dos principais accionistas e animador do Instituto do Coração, que vai assim **negociar consigo próprio** a cedência de terrenos do Hospital ao Instituto e os acordos de convenção;
- a Clipóvoa já conseguiu o estabelecimento de convenções com o Ministério, numa altura em que as dificuldades eram muitas e após a actualização dos preços dos serviços pelo Governo;
- o ministro anuncia a experiência de *privatização* de centros de saúde que nada tem a ver com a melhoria e alargamento dos cuidados de saúde de primários, mas sim com a criação de locais de consulta para despachar as filas de espera, na pior tradição das Caixas. Em vez de se caminhar para o centro de saúde comunitário, despeja-se os doentes em consultórios a funcionar com o médico liberal isolado, como acontecia no princípio do século.

Pressões e compadrio

É neste contexto que o PCP comenta a proposta governamental de Lei de Bases para o sector: «enxertada pelas pressões da Ordem dos Médicos e do CDS, marca passo na AR, tudo levando a crer que aguarde os últimos retoques para se tornar, não numa orientação séria e coerente para a política nacional de saúde, mas sim uma salada de formulações e habilidades à medida dos desejos e perspectivas dos *lobbies* do sector».

Isto mostra que, «cada vez mais isolado, o Governo teima em acentuar o compadrio, o clientelismo e a negociata numa área tão sensível e tão decisiva para o bem-estar dos cidadãos e das comunidades».

Novidades... do antigamente

O recurso pelo Governo às convenções, transferindo doentes dos serviços públicos para médicos privados, não é inovação nenhuma e faz imediatamente vir à memória as velhas listas dos médicos convencionados das antigas Caixas — afirmou João Camilo na Conferência de Imprensa.

Além de ser um recurso a fórmulas antigas, esta medida representa, da parte do Governo, uma fuga às responsabilidades — considerou o deputado do PCP. Recordou, a propósito, que na área da Administração Regional de Saúde de Setúbal há um grave défice de médicos (121) e enfermeiros (145, só para cuidados primários). As convenções não só não resolvem este problema da melhor maneira, como saem mais caras ao Estado.

Para Paulo Fidalgo a atitude do Governo face às convenções com médicos fora dos serviços públicos de saúde é «desastrosa» mesmo de um ponto de vista estritamente técnico. O Governo não se prepara para utilizar a convenção como medida adicional para resolver problemas localizados (o que poderia suceder para dar resposta, por exemplo, à actual falta de domicílios no Barreiro).

Assim, o que vai suceder é — numa política de retrocesso, como referiu — a substituição da medicina em equipa, nos centros de saúde, pela individual, na base de médicos isolados. Com a possibilidade do recurso a médicos privados à conta dos serviços públicos — disse aquele médico comunista — haverá, **sem resultados para a melhoria do panorama da Saúde no país**, uma procura desproporcionada, transferindo para a porta dos médicos as bichas dos centros; idêntico fenómeno se irá passar quanto aos meios de diagnóstico e terapêutica.

Orlando Leitão lembrou que a filosofia que está na base desta política de saúde já mostrou nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha o que vale quando aplicada à prática.

Ainda com Reagan na presidência, os EUA avançaram com a privatização dos serviços de saúde para conter as despesas. Mas, de 1980 a 1986, as despesas com a saúde nos EUA duplicaram; também aumentou a desconfiança dos doentes em relação a quem os trata (o que se reflectiu no grande aumento dos prémios dos seguros de riscos profissionais); e aumentou a burocracia, já que um terço das despesas a mais foram para custos administrativos.

3.º Encontro Nacional de Saúde em Março de 1991

O PCP vai realizar em meados de Março de 1991 o seu 3.º Encontro Nacional de Saúde, iniciando ainda este mês os trabalhos preparatórios — anunciou João Camilo na conferência de imprensa.

Como em realizações anteriores, na fase preparatória (elaboração de documentos e projectos) e nos debates e sessões do Encontro participarão técnicos de saúde que não são membros do PCP.

«Mais do que apontar ou denunciar os graves atentados do Governo à saúde dos portugueses, o PCP continuará, numa posição clara e responsável, a avançar propostas e alternativas que, dentro do seu projecto de Reforma Geral dos Serviços de Saúde, respondam às necessidades e anseios da população» — afirmou o deputado comunista.

Nacional

Linha de Sintra
Utentes querem vida melhor

O acidente que envolveu dois comboios no apeadeiro da Cruz da Pedra, com a morte de duas pessoas e um total de quase 300 feridos, e os últimos incidentes verificados na estação da Amadora, onde a Polícia de Choque carregou sobre a população que protestava contra uma alegada agressão supostamente feita por funcionários da CP sobre um jovem, foram motivo próximo para a realização de uma conferência de imprensa da Comissão de Utentes da Linha de Sintra para divulgação de um comunicado que põe em dúvida os resultados do inquérito às causas do acidente do passado dia 28, ao colocar a pergunta: «como é possível que antes da nomeação da própria comissão de inquérito entidades responsáveis possam indiciar os resultados», nomeadamente alegando «**falha humana**, justificação *standart*, ao longo dos anos, para todos os acidentes ferroviários?». No mesmo comunicado os utentes da Linha de Sintra exigem também o «apuramento de responsabilidades nos incidentes verificados na estação da Amadora, e em particular, o papel da Polícia de Intervenção».

A Comissão de Utentes da Linha de Sintra solicitou entrevistas a diversas entidades, nomeadamente ao Ministro dos Transportes, ao Conselho de Gerência da CP e à Assembleia da República, propondo-se apresentar um *dossier* à Presidência da República sobre a situação vivida naquela via e a solicitação à AR e às instâncias comunitárias para que estas entidades processem os mecanismos necessários à verificação dos padrões de segurança na circulação de comboios, defendendo-se que os sinistrados do acidente deverão pedir indemnizações à CP.

«O acidente chocou-nos mas não nos surpreendeu como não deve ter surpreendido muitos dos responsáveis pela situação de degradação a que se chegou na Linha de Sintra», afirma a comissão de utentes, que acrescenta que «desastre também é viajar-se diariamente nesta linha, quando se sujeitam crianças, jovens, adultos, idosos, grávidas e deficientes a uma total falta de segurança», onde «a dignidade humana é aviltada na sequência de comportamentos indignos de pessoas civilizadas, mas possíveis e compreensíveis dada toda a carga psicológica a que todos estamos sujeitos».

Material envelhecido

Lembrando que o material em circulação «é o mais antigo da empresa e muito dele já devia ter sido abatido» o comunicado considera que «quanto aos padrões europeus de qualidade, capacidade, comodidade, segurança e preço, só ao último nos equiparemos».

«Perguntamos como é que se justifica que, estando dois comboios parados no apeadeiro da Cruz da Pedra, saia um comboio de Benfica com sinal verde?» questionam os utentes da Linha de Sintra. Comentando o facto de o Gabinete do Ministro dos Transportes e alguns responsáveis da CP terem afirmado existir uma relação directa entre o acidente de há duas semanas e a ocupação da linha feita essa manhã por utentes da estação de Campolide (a estação seguinte à do apeadeiro da Cruz da Pedra), pergunta-se se «sempre que os comboios param - o que acontece várias vezes ao dia, há razão para dois mortos e 300 feridos?» questionando-se também se não será a própria CP a responsável por esse corte de linha ao alterar os horários da linha da Cintura «no dia anterior, que por acaso era domingo» e ao não permitir aos passageiros dessa linha a comunicação com o Chefe de Estação, no desejo de pedir informações, impossibilitados de o fazer por dois seguranças ao serviço da empresa.

A automatização imediata do controlo de velocidade dos comboios, melhor segurança e conforto e ainda inquéritos realmente rigorosos e isentos aos acontecimentos na Cruz da Pedra e na Amadora foram algumas das reivindicações apresentadas na conferência de imprensa da Comissão de Utentes da Linha de Sintra

Onde está a isenção?

Sobre o inquérito e a comissão que o executou, perguntam os utentes da Linha de Sintra «onde está a isenção de tal inquérito? Quem nomeia a composição dessa comissão? Quem representa os utentes e os trabalhadores?», questionando a quem se deve imputar, afinal, a alegada falha humana, «quando não têm sido tomadas medidas técnicas para minorar as probabilidades de ocorrência destas faltas».

Sobre este assunto, refere-se neste comunicado que o Sistema Automático de Controlo de Velocidade (CONVEL), preconizado há vários anos, «só tinha prevista a sua implementação para 1994» quando segundo declarações do próprio ministro dos Transportes, após o acidente, «é afinal possível iniciar a sua instalação ainda esta semana».

À CP e ao ministro dos transportes pergunta-se ainda quais os reais custos materiais e sociais para o utente da Linha de Sintra e para a economia nacional da actual situação ali vivida.

Quanto a reinvidicações, a Comissão de Utentes reafirma as que haviam sido por si anunciadas «desde a primeira hora»: cumprimento rigoroso dos horários; não supressão de comboios e carruagens; aumento do número dos comboios nas horas de ponta; justificação das faltas por atrasos; maior segurança que permita reduzir os acidentes, os actos de vandalismo, os roubos, etc; maior respeito pelos utentes, informando prontamente sobre a situação de atrasos; em situação de greve ou de outras que levem ao deficiente funcionamento da via, transportes alternativos eficientes em número e qualidade; prevenção atempada dos problemas que irão ocorrer dentro de alguns meses com o alargamento do troço rodoviário entre Queluz e Cacém, com a consequente sobrecarga para os comboios».

Para apresentar a posição da CDU sobre o PROTAL estiveram na conferência de imprensa, entre outros, Luís Catarino, presidente da Assembleia Municipal de Portimão; José de Deus Rodrigues, presidente da Câmara Municipal de Vila do Bispo, e Manuel Marreiros, presidente da Câmara Municipal de Aljezur

«Coxo e de muletas»
— *diz a CDU sobre plano governamental de ordenamento do Algarve*

A Coordenadora Regional do Algarve da CDU divulgou em conferência de imprensa, a semana passada, a sua posição sobre a elaboração, anunciada pelo Governo, do Plano Regional de Ordenamento do Território para o Algarve (PROTAL), considerando que ao afastar «a hipótese de uma intervenção global» na região, o plano do Governo nasce «coxo e é de muletas que se apresenta ao debate público» que agora se inicia.

Não cumprindo os objectivos definidos no decreto-lei que deu origem à elaboração dos Planos de Ordenamento do Território, já que se limita a área abrangida ao espaço litoral algarvio e especificam-se objectivos que invadem «descaradamente» as competências dos municípios, a CDU do Algarve pergunta qual o currículo dos técnicos que elaboraram este plano e qual a real ligação da Comissão Coordenadora da Região do Algarve (CCRA) à região, já que é esta a entidade promotora dos trabalhos do PROTAL e que a CDU qualifica como «organismo desconcentrado da Admnistração Central»?

«Visão centralista da Administração», bem como «regulamentista do planeamento», irregularidades formais e de conteúdo, são outras das acusações feitas nesta conferência de imprensa, cujos participantes defendem a criação da Região Admnistrativa do Algarve, competindo então a esta decidir sobre um verdadeiro ordenamento do território e não apenas de «uma forma de controlo do crescimento urbano».

A CDU do Algarve vai desenvolver todos os esforços necessários para verificar a constitucionalidade do PROTAL e mostra-se igualmente disponível para com outras forças políticas, designadamente o PS, encontrar formas de conjugação no sentido de melhor assegurar a defesa dos interesses da região.

Interjovem e JCP querem derrotar política do Governo

Críticas ao Governo, cuja política qualificam de «contrária aos interesses do povo português» resultando num agravamento da situação social da juventude portuguesa, foram duas das conclusões de um encontro, a semana passada, entre delegações da JCP e da Interjovem.
As duas organizações analisaram a situação social da Juventude Portuguesa, a política do Governo PSD/Cavaco Silva e as perspectivas de resolução dos problemas juvenis.

Estiveram presentes na reunião, pela JCP, Manuel Gouveia e Jorge Amador, do Secretariado da Direcção Nacional, e pela Interjovem Maria da Luz e Fausto Fonseca, do Secretariado do Conselho Nacional.

As duas organizações consideraram como grave a situação social da Juventude Portuguesa e, em particular, a dos jovens trabalhadores, realçando a precarização do emprego, a inexistência de uma efectiva política de formação profissional, a não aplicação dos direitos dos jovens trabalhadores, a não aplicação do estatuto dos TE's e a inexistência de uma efectiva protecção social aos jovens desempregados como aspectos mais preocupantes desta situação social. Paralelamente, as duas organizações apontam a elitização do Ensino, a degradação das condições de ensino e a falta de habitação acessível a jovens e jovens casais, como aspectos igualmente graves da actual situação social da Juventude Portuguesa.

Sobre a política do Governo, as duas organizações caracterizam-na como contrária aos interesses do povo português e em particular dos trabalhadores, denunciando o carácter demagógico e superficial das suas medidas na área da juventude.

Acusam ainda o Governo de autênticos crimes contra o interesse nacional, nomeadamente no que respeita à utilização dos fundos comunitários para a Formação Profissional.

Sobre a existência do Ministério da Juventude e da Secretaria de Estado da Juventude, as duas organizações denunciam o seu carácter puramente demagógico e eleitoralista, já que em muito pouco contribuíram para a resolução dos efectivos problemas juvenis, apostando ao invés em projectos ou medidas profusamente propagandeadas mas restritas e superficiais e não resolvendo, nem tentanto resolver, os problemas de fundo que afectam os jovens portugueses. Acusam ainda o Governo de promover uma política contrária ao efectivo desenvolvimento de Portugal, ao serviço do capital e de interesses económicos alheios ao interesse do nosso povo.

Assim, as duas organizações consideram que, para a resolução dos problemas juvenis e para encontrar resposta aos seus vastos anseios, se torna imperioso derrotar esta política e este Governo, construindo uma alternativa democrática em 1991, que efectue uma verdadeira política de resolução dos problemas juvenis, ao serviço do nosso povo e do efectivo desenvolvimento do nosso país.

CEE

«Vacas loucas» Um acordo preocupante

O Conselho de Ministros da Agricultura da CEE chegou na passada quinta-feira a acordo sobre a polémica questão das exportações de carne de vaca da Inglaterra, impondo «rigorosas medidas de controlo» das mesmas mas não as proibindo. Um acordo de princípio que não foi fácil de alcançar e que não elimina as preocupações dos consumidores face aos perigos potenciais de contaminação para a saúde pública.

Na reunião de Bruxelas, os ministros foram confrontados com duas questões: por um lado, os pareceres dos especialistas continuam a não dar garantias de que a doença das «vacas loucas» (encefalopatia esponjiforme bovina) não seja transmissível ao homem; por outro lado, as pressões do forte parceiro comunitário que é a Inglaterra, que não se cansou de evocar os princípios básicos do mercado interno (livre circulação de mercadorias), postos em causa com a atitude dos Estados membros ao não acatarem as deliberações da Comissão, para quem não se justificam as proibições à importação de carne do Reino Unido.

Ao fim de várias horas de acesos debates, as divergências foram ultrapassadas. Mantém-se a proibição total das importações de miudezas e outros produtos de bovinos, qualquer que seja a sua idade, tais como cérebro, espinal medula, baço, intestinos, pâncreas, amígdalas, testículos, ovários e outros tecidos linfáticos; os bovinos com idade inferior a seis meses só podem ser importados acompanhados de certificados de garantia; os países importadores deverão exercer uma cerrada vigilância e controlo da carne e dos animais, etc.

A pergunta que se coloca é se tais medidas serão suficientes para evitar riscos para a saúde pública. Como garantir que os tais certificados não venham a ser alvo de fraudes? Como saber se a doença, que afecta certos tecidos, não afecta as restantes partes do corpo dos animais? E mesmo que os exportadores sejam totalmente escrupulosos no cumprimento das normas de segurança, como ter a certeza que os mecanismos de importação vão funcionar sem falhas? Quem garante que animais (ou carne) afectados não entrarão no circuito comercial, na ganância de lucros maiores, a baixo preço?

Mas o que ficou claro em todo este processo é que o peso dos parceiros comunitários é decisivo na resolução das questões, mesmo quando o que está em causa é a saúde pública. Basta recordar o facto de Portugal continuar a não poder exportar carne suína para a Comunidade, devido à existência de surtos de peste suína africana no País, apesar de se saber que esta doença não oferece riscos para o homem. Dois pesos e duas medidas, na «fraternidade» dos Doze.

É claro que se compreende o dilema britânico, que arrecada anualmente, com as exportações de carne bovina para a Comunidade, qualquer coisa como 500 milhões de dólares. Mas será esta razão suficiente para correr o risco de contaminação pública?

Desconhecem-se quais os «argumentos de peso» utilizados na reunião de Bruxelas para levar a França, a RFA e a Itália a levantarem as proibições às importações de bovinos da Grã-Bretanha, mas num momento em que estão em jogo importantes interesses, designadamente com a implementação da união económica e monetária e da misteriosa união política, a reunificação alemã, o repensar do papel dos blocos militares, alterações económicas e políticas no mundo, é legítimo supor que valeu tudo.

Conselho das Comunidades não adopta medidas contra o racismo

Por oposição da Inglaterra, o Conselho das Comunidades Europeias não adoptou nenhuma medida de carácter comunitário para o combate contra o racismo e a xenofobia, remetendo para a competência dos Estados membros a tomada de eventuais decisões sobre a matéria. Reunindo no final do mês, o Conselho aprovou uma resolução que, embora reconhecendo a escalada do racismo e da xenofobia na Comunidade, se limita a «tomar nota» das exposições do Parlamento Europeu e da Comissão sobre o assunto e a fazer uma série de «recomendações» de medida a serem desenvolvidas a «nível nacional, regional e local».

A resolução não escamoteia a gravidade do fenómeno do racismo na Europa, recordando mesmo que em 1986 foi adoptada pelo Conselho e pela Comissão uma declaração em que se «condena vigorosamente todas as manifestações de intolerância, de hostilidade e da utilização da força contra uma pessoa ou grupo de pessoas devido a diferenças raciais, religiosas, culturais, sociais ou nacionais» e se «considera indispensável a tomada de todas as medidas necessárias para garantir a concretização da sua vontade comum de salvaguarda da personalidade e da dignidade de cada membro da sociedade e de recusar qualquer forma de segregação contra estrangeiros». O que torna ainda mais incompreensível a posição da Inglaterra de impedir a adopção de medidas a nível comunitário, como se nesta questão do racismo - a que os britânicos não são alheios - a palavra de ordem fosse a de «salve-se quem puder»!

Apesar de tudo, registe-se o facto de o Conselho «aconselhar» os Estados membros a adoptarem medidas de carácter normativo ou institucional tais como a ratificação (nos casos em que tal não foi ainda feito) das normas internacionais que contribuem para a luta contra todas as formas de discriminação racial; o respeito pelos direitos cívicos e políticos; a aplicação de leis para prevenir ou refrear os actos de discriminação; a criação de condições a nível nacional, regional e local para a boa integração de comunidades diferentes.

A resolução aconselha ainda o reconhecimento, às organizações interessadas na luta contra o racismo e a xenofobia, do direito de intentar ou apoiar acções na justiça, embora, um tanto paradoxalmente, condicione essa medida aos casos em que tal é compatível com o sistema de direito do Estado membro em causa. Ou seja, uma vez mais, o lema é o de que cada um procede em sua «casa» como muito bem entende. Uma filosofia difícil de entender à luz das tão proclamadas boas intenções da Europa dos cidadãos.

O papel da informação

O Conselho convida ainda os Estados membros a desenvolverem uma política preventiva de informação e educação, chamando a atenção para o papel que os *mass media* podem desenvolver na eliminação dos preconceitos raciais e na promoção de relações harmoniosas entre as diferentes comunidades que vivem na Europa.

No que respeita à educação e à juventude, o Conselho espera que sejam desenvolvidas acções que, entre outras coisas, promovam a dimensão europeia da educação, de forma a desenvolver o espírito cívico e os valores do pluralismo e da tolerância; contribuam para melhorar a escolarização dos filhos dos trabalhadores migrantes; favoreçam a formação cívica e profissional dos professores, em particular nas zonas de forte concentração de emigrantes; encorajem o conhecimento das línguas e das culturas de origem.

Finalmente, a resolução sublinha a importância de todas as formas de cooperação entre a Comunidade e o Conselho da Europa e reconhece a importância da actividade das Nações Unidas na luta contra a discriminação racial.

Sintomático nesta tomada de posição, em tudo semelhante a um «lavar de mãos» do Conselho sobre o problema do racismo e da xenofobia, não haver qualquer referência às questões de ordem económica, política e social que estão na sua origem.

Visita de Nelson Mandela e presidência irlandesa dominam sessão do PE

Uma sessão solene com Nelson Mandela, o líder histórico do Congresso Nacional Africano (ANC), e o balanço dos seis meses de presidência irlandesa da Comunidade, são os acontecimentos que vão dominar a sessão plenária do Parlamento Europeu, a decorrer esta semana.

Entre outras matérias em debate, destaca-se a apresentação do relatório Salisch sobre o trabalho precário, que referimos a semana passada, e do relatório de Joaquim Miranda sobre o acordo de pescas CEE/Gronelândia, também já divulgado no «Avante!».

Amanhã, dia 13, Nelson Mandela discursará durante uma sessão solene do PE convocada para o efeito, na sua qualidade de primeiro laureado com o Prémio Sakharov, que lhe foi conferido em 1988, quando ainda se encontrava preso na África do Sul. A recepção constituiu uma homenagem ao líder histórico do ANC e um reconhecimento da justa luta do povo sul-africano contra o *apartheid*, sendo de esperar que a intervenção de Mandela ajude os eurodeputados a definir a posição a adoptar face à África do Sul, num momento em que alguns países comunitários começam a defender o levantamento das sanções impostas àquele país. Uma oportunidade para lembrar que Nelson Mandela está em liberdade mas que o *apartheid* ainda não foi liquidado.

Ainda no mesmo dia, o presidente do Conselho fará um balanço dos seis meses de presidência irlandesa, embora desconhecendo ainda as conclusões do Conselho Europeu, cuja reunião está marcada para os dias 25 e 26, em Dublin; na agenda do dia está também inscrita a discussão do relatório Duverger sobre as relações com os Parlamentos nacionais. Uma matéria delicada que estará cada vez mais em foco à medida que se aproximam as sessões entre parlamentos nacionais e europeu, previstas para Setembro/Outubro próximos, em Roma. Recorde-se, a propósito, que os deputados do PCP têm criticado o Governo português por marginalizar a Assembleia da República da generalidade das questões relacionadas com a integração europeia, bem como o facto de não poucas vezes deputados do PSD em Estrasburgo tomarem posições distintas das preconizadas pelo executivo a nível interno.

Para ontem estava agendado o debate sobre a aplicação das regras de concorrência aos transportes aéreos, o transporte marítimo de mercadorias, perigos e licenças de condução na Europa, enquanto hoje, a ser cumprida a ordem de trabalhos, as atenções estarão concentradas na análise das relações com os países da AELE (Associação do Comércio Livre) e no debate sobre o direito de estadia, essencial para a livre circulação de pessoas com a concretização do mercado único e estreitamente ligado com a questão da imigração. Esta última matéria interessa particularmente a Portugal, cujos trabalhadores emigrantes têm vindo a ser alvo de ordens de expulsão, designadamente por parte das autoridades francesas.

Também do maior interesse para Portugal é o relatório do deputado do PCP, Joaquim Miranda, sobre o acordo de pesca CEE/Gronelândia; a não ser alterado, aquele acordo representa para a indústria pesqueira nacional uma drástica redução nas suas capacidades de aprovisionamento, já que Portugal, tal como a Espanha, fica impossibilitado de pescar na Gronelândia, nos termos do 2º Protocolo sobre as condições de pesca entre este e a Comunidade.

Três iniciativas do Grupo Coligação de Esquerda

O Grupo Coligação de Esquerda, no Parlamento Europeu, apresenta na sessão a decorrer em Estrasburgo uma declaração sobre a recomendação recentemente adoptada pelos Doze sobre o racismo. O presidente do Grupo, René Piquet, manifesta o seu espanto e apreensão pelo facto da recomendação do Conselho não fazer uma única referência aos emigrantes de países terceiros que, até prova em contrário, são as primeiras vítimas dos ataques e humilhações racistas.

O Grupo tomou ainda a iniciativa de entregar uma proposta de resolução de urgência em que se manifesta preocupação pela próxima adopção, por cinco Estados membros, dos acordos ditos de Schengen e as suas consequências sobre o direito de asilo.

Também por iniciativa da Coligação de Esquerda será posta uma questão oral solicitando um debate no Parlamento Europeu sobre a África do Sul e afirmando a necessidade de se manterem as sanções contra aquele país.

Acidentes ferroviários

O secretário-geral adjunto do PCP e deputado no PE, Carlos Carvalhas, questionou a Comissão das Comunidades a propósito dos acidentes ferroviários recentemente ocorridos em Portugal, nomeadamente o do passado dia 28, resultantes do «não cumprimento das regras mínimas de segurança, da superlotação das suas carruagens, da utilização de material obsoleto em funcionamento há já alguns anos, da degradação das linhas férreas e respectiva sinalização, com absoluto incumprimento das directivas comunitárias referentes à segurança dos utentes dos transportes públicos». Carlos Carvalhas pergunta se a Comissão tem conhecimento desta situação e se está previsto financiamento comunitário destinado à modernização e reestruturação da rede de transportes ferroviários em Portugal, em particular nas zonas suburbanas de Lisboa e do Porto.

O mesmo deputado apresentou ainda outra questão, ao Conselho das Comunidades, sobre o motivo da não apresentação de um protesto pela morte de vários estudantes pelas forças de segurança do Zaire, tendo em conta as disposições contidas na IV Convenção de Lomé. Segundo a imprensa os Doze, no quadro da cooperação política, pediram, através do embaixador da Itália no Zaire, um inquérito às autoridades zairenses pelo que designam, pudicamente, por «incidentes na Universidade de Lubumbashi».

Internacional

ÁFRICA

A revolta

De Monróvia, o presidente liberiano, general Samuel Doe, escreveu ao presidente George Bush e à ONU, a pedir ajuda para deter o avanço de forças rebeldes comandadas por Charles Taylor, a pretexto de que essas forças seriam apoiadas pela Líbia. Entretanto o que é facto é que tudo indica que as forças de Taylor se encontram a escassas dezenas de quilómetros da capital.

A ofensiva armada contra o actual governo liberiano, iniciada em Dezembro, já fez mais de mil mortos, e ao longo destes meses as forças armadas não conseguiram deter o avanço dos rebeldes.

A situação de instabilidade que hoje se vive na Libéria não é de forma alguma exclusiva deste país. Um pouco por todo o continente africano, e reflectindo embora realidades diferenciadas, registam-se movimentos mais ou menos importantes de contestação. Costa do Marfim, Senegal, Gabão, Camarões, Zâmbia, Zaire, são outros tantos países onde se registam acções militares de contestação, ou se vivem movimentos populares significativos, abarcando mesmo as classes médias, com destaque para os estudantes.

Na base destes movimentos, uma realidade internacional particularmente aberta à afirmação de exigências de democratização. E uma profunda crise económica, que varre dolorosamente o continente, marcada pela queda dos preços das matérias-primas, a dívida externa e os reduzidíssimos investimentos de capital estrangeiro.

Democratização e crise económica são exigências e realidades dificilmente conciliáveis, mais ainda em países em que tal crise se desenvolve no quadro de uma já profunda pauperização.

Economia Situação catastrófica

É em África que está concentrada a maioria dos países mais pobres do mundo. O rendimento anual atinge apenas os 700 dólares *per capita*. Só em dez países (na sua maioria produtores de petróleo) esta média é ultrapassada. Em contrapartida, em 24 o rendimento anual é inferior a 400 dólares, e nalguns fica abaixo dos 200. Além disso, estes rendimentos diminuiram mesmo, na década de 80, em mais de 30 países.

No concreto, enquanto os rendimentos, e em particular a produção total de alimentos, declinava, e a população aumentava, a África viu-se constrangida a destinar os seus fundos ao pagamento da dívida e à importação de alimentos. Uma situação que só por si impede a realização dos investimentos necessários à exploração dos enormes recursos do continente.

A dívida pesa particularmente para os africanos, porque representa mais do triplo do total do rendimento obtido com as exportações (1,5 por cento nos outros países subdesenvolvidos). Só o serviço anual da dívida leva um terço dos recursos em divisas obtidos com as exportações (menos de um quinto no restante mundo subdesenvolvido). Em 52 países africanos, apenas 7 detêm uma dívida externa inferior ao valor do dobro das suas exportações.

A actual situação económica internacional e a tendência para a baixa de preços dos produtos primários e alta dos produtos industriais, proteccionismo a condicionar os mercados dos países capitalistas, desaceleração económica — tem graves consequências na generalidade dos países sub-desenvolvidos e em particular em África, pois a quase totalidade das exportações do continente são produtos primários, cujos preços sofreram uma grande queda na última década.

Tal como em relação à América Latina, o fluxo de capitais foi interrompido. Desde 1984 que o FMI e a Banca privada recebem mais dinheiro do que aquele que emprestam a África.

Na verdade, a situação que se impõe aos países em desenvolvimento, pela força da lógica que ainda preside às relações económicas internacionais, gera um círculo vicioso de dependências e miséria.

Um exemplo. Países como a Costa do Marfim tentaram criar indústrias de transformação, no caso fabricando chocolate, para não se limitar a exportar a respectiva matéria-prima — o cacau. Mas este esforço foi abafado pelos grandes grupos, como a Nestlé, que dominam este mercado. Entretanto, caiem os preços do cacau no mercado internacional, com as previsíveis consequências para o país.

A lógica de tal funcionamento leva a um maior endividamente, ao recurso aos empréstimos, contraindo dívidas de facto impagáveis. Neste quadro, o Fundo Monetário Internacional (FMI), ou o Banco Mundial, impõem aos países endividados (e hoje de facto fornecedores líquidos de capital!) as políticas de «ajustamento estrutural», cujas consequências humanas são terríveis.

Em alguns destes países, em consequência de tais políticas de austeridade, os orçamentos da saúde foram reduzidos para metade, o que leva ao aumento da desnutrição, dos casos de raquitismo e da mortalidade infantil.

Um círculo vicioso de miséria, agravado ainda pelas políticas (e a corrupção) dos próprios governos africanos. Em que a conquista das liberdades democráticas ou a implementação de processos progressistas se torna particularmente difícil.

Neste quadro — e em paralelo com um claro processo de desanuviamento internacional — as lutas que percorrem muitos países africanos são um dado importante e significativo na cena política internacional. A exigir com força particular uma nova política económica a nível mundial.

Japão também tem as suas mafias

Um Japão modelo de prosperidade e de elevada eficácia económica é a imagem de marca deste país asiático. O que não obsta a que, nomeadamente no próprio domínio financeiro e socioeconómico, não sejam poucos os problemas vividos pelos japoneses.

O Japão veio nestes últimos dias para as páginas dos jornais em consequência da prisão de elementos de um grupo de extrema-direita, que de facto funcionam como uma verdadeira máfia, «negociando» financiamentos com empresas japonesas. «Negócio» que se desenvolve paredes-meias com o crime político.

No caso concreto das duas recentes prisões, trata-se de Masamitu Fukuda e Masami Yumura, acusados de pertencer ao grupo Seikijuku, suspeito de ter organizado em Janeiro o atentado contra o presidente da Câmara de Nagasaki, Hitoshi Motoshima, vítima do ódio da extrema-direita japonesa por denunciar a responsabilidade do imperador Hirohito na guerra.

Estes mesmos homens, utilizando um processo comum às máfias japonesas, haviam ameaçado a firma de aparelhagem electrónica «Kyocera» de desenvolverem uma campanha contra os seus produtos no caso desta não aceitar o «negócio» proposto.

Este modelo de chantagem é prática divulgada no Japão, sendo conhecidos muitos casos de empresas que aceitam «voluntariamente» pagar contribuições aos grupos da extrema-direita (840 com uns 120 mil membros), para evitar campanhas nocivas à sua reputação comercial.

Déficit e desemprego

Um dos problemas mais salientes da economia japonesa é o déficit crónico do orçamento e a dívida de Estado.

Para tentar liquidar esse déficit e reduzir a dívida, o Estado atribui ao pagamento da dívida a maior fatia do orçamento, ou seja, mais de um quinto, o que é muito mais que as somas atribuídas aos programas sociais e o dobro das despesas previstas com a ciência e educação.

Um outro problema — que tão-pouco se pode desligar deste — o crescimento das despesas militares.

Desde o pós-guerra até 1986, estas despesas nunca ultrapassaram 1% do Produto Nacional Bruto (PNB), o que permitiu a canalização de investimentos para os sectores mais rentáveis da indústria, para a investigação e o aperfeiçoamento e redução de custos e preços da produção civil.

Entretanto, entre 1981 e 1985, estas despesas aumentaram de 45%, o que não pode deixar de pesar gravemente nas prioridades orçamentais e no equilíbrio da economia.

A reorientação económica está a ter reflexos negativos ao nível do emprego. Segundo as estatísticas oficiais, o desemprego atinge hoje 3% da população activa. O Instituto Nomura (centro de investigação do grande comércio japonês) prevê uma subida da taxa de desemprego, em 1990, para 4 a 5% da população activa. Entretanto, e simultaneamente, o país precisa de 600 000 novos programadores.

Note-se que a semana de trabalho dos japoneses continua a ser de 6 dias. Os operários japoneses trabalham em média 2200 horas (1800 a 1900 na Europa Ocidental). Uma situação em que de forma particularmente clara se poderia caminhar para reduções de horários de trabalho, com efeitos positivos sobre o desemprego — possibilidade que o patronato japonês tem vindo a recusar.

AVANTE!

«A França encontra-se paralisada por uma greve de mais de 10 milhões de trabalhadores. Pararam as fábricas e as minas. Cessou o trabalho nos portos. Não circulam os comboios, aviões, táxis e outros meios de transporte.

Os estudantes deram início a esta grandiosa vaga de lutas. Houve greves na Universidade de Paris. O movimento estendeu-se a outras universidades de França. A greve de solidariedade dos trabalhadores à luta dos estudantes e as manifestações de um milhão de pessoas em Paris iniciaram um dos mais poderosos movimentos grevísticos da classe operária francesa.

Em torno das suas reivindicações imediatas e de consignas políticas, os trabalhadores da França souberam dar provas de uma elevada consciência de classe e de uma combatividade exemplar, souberam coordenar e elevar as greves e manifestações de rua a um tal nível que forçaram o poder degaulista e os monopólios a considerável recuo.

A unidade dos trabalhadores foi um dos factores decisivos deste potente movimento grevístico. Unidade forjada nas fábricas e nas acções diárias. Unidade defendida e praticada pelo Partido Comunista Francês, com as outras forças de esquerda. Unidade sindical, conseguida à custa de um prolongado e persistente esforço.

(«França - 10 milhões de trabalhadores e estudantes em greve» - «Avante!», VI série, nº 392, Junho de 1968)

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Ditaduras fascistas, militares e reaccionárias subsistem em numerosos países; muitas dezenas de partidos comunistas são forçados à clandestinidade e vítimas de criminosas perseguições.

Constantemente nos chegam notícias de violências e de crimes e apelos à solidariedade internacional.

Na **Grécia** e em **Espanha** a ditadura dos coronéis e a de Franco insistem na repressão violenta do movimento operário e democrático, prendendo e mantendo nas prisões milhares de adversários políticos.

No **Brasil** continua o terror contra as organizações progressistas e revolucionárias, em particular os comunistas, efectuando-se milhares de prisões, torturando-se selvaticamente os presos, utilizando-se correntemente o assassinato político.

Na **República Dominicana**, onde a luta popular vitoriosa foi esmagada pela intervenção militar norte-americana em 1965, o governo de Balaguer mantém o terror.

No **Paraguai**, na **Guatemala**, no **Haiti** e noutros países da América Latina os trabalhadores, os democratas, os militantes revolucionários são sujeitos às mais arbitrárias perseguições, sendo o assassinato político uma arma preferencial das camarilhas governantes.

No **Iraque** continuam as prisões de militantes comunistas e revolucionários, que são submetidos a torturas cruéis, atingindo os mais denodados lutadores anti-imperialistas e causando imensos danos à causa dos povos árabes.

No **Irão**, a polícia política (Savak) monta monstruosas provocações, prendendo e torturando com selvajaria centenas de militantes do Partido Tudeh.

Na **Indonésia** o governo mantém presos milhares de patriotas e continua utilizando um sangrento terror. (...)»

(«Solidariedade internacional contra o terror...» - «Avante!», VI série, nº 430, Junho de 1971)

Em Foco

Avante!

Ano 60 – Série VII
N.º 860
12 de Junho de 1990
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

11 razões de peso para dizer NÃO! ao alargamento do Campo de Tiro de Alcochete

Eleitos do Poder Local democrático na primeira linha da luta contra o alargamento do Campo de Tiro de Alcochete

Estamos convencidos que o Campo de Tiro de Alcochete (CTA) e outros projectos belicistas que se anunciam são definitivamente maus. Lutaremos contra eles convictamente, mesmo que avancem as obras, mesmo que elas se concretizem. Precisamos do apoio e da solidariedade activa de todas as pessoas, independentemente dos diversos conceitos ideológicos e filosóficos que perfilhem. São palavras do presidente da Câmara Municipal de Alcochete, **Miguel Boieiro.** Palavras firmes, que suscitaram o apoio do IV Encontro Nacional do movimento ZLAN (municípios livres de armas nucleares), realizado nos dois primeiros dias deste mês de Junho na cidade da Covilhã.

Palavras que dispensam comentários e que surgiram numa intervenção bem elaborada que aquele eleito do Poder Local democrático dedicou exclusivamente ao Campo de Tiro de Alcochete, dando particular relevo aos motivos que sustentam o vigoroso **não!** daquela autarquia, de outras autarquias vizinhas, de muitas outras de norte a sul do País, que também já se manifestaram abertamente contra o alargamento do CTA.

Chamamos a atenção dos nossos leitores para a explicação e o alerta que sobressaem das palavras de Miguel Boieiro, porta-voz de uma população que aposta na defesa do seu futuro.

Miguel Boieiro (*)

Campo de Tiro de Alcochete

11 razões de peso para dizer NÃO

• Uma luta para garantir o futuro, uma luta que não é apenas das populações locais

A questão do Campo de Tiro de Alcochete (CTA) apresenta-se-nos hoje como um dos problemas nacionais de maior relevância, quer o abordemos sob a perspectiva técnico-militar, quer sob a óptica ambiental, que àcerca da protecção civil, ou mesmo à luz das competências e prerrogativas do Poder Local. A ligação do problema à temática da Paz não deve, no entanto, ser escamoteada, nem minimizada.
Peça obrigatória em colóquios, seminários e congressos de todos os tipos, o Campo de Tiro tem merecido títulos de caixa alta e honras de primeira página, em jornais regionais e nacionais e até internacionais de vários quadrantes.
A obstinação do poder militar ao insistir no alargamento do CTA, que passaria de 2 mil hectares para cerca de 8 mil, quadruplicando assim, a sua actual área, é perfeitamente insólita, irracional, contra-natura, desajustada da realidade social do nosso País, e altamente inconveniente para o clima global de desanuviamento mundo contemporâneo.

Esclarecimentos à Comunicação Social no dia do «cordão humano» (22 de Abril), ponto alto da luta contra o alargamento do Campo de Tiro de Alcochete

Prepotência

O que é espantoso, dado que vivemos em democracia, sistema em que a opinião pública não deixa de ser determinante para a evolução dos processos, é a insistência dos «lobbies» militares.

Insistência que tem sido feita ao arrepio dos mais abalizados pareceres, pois ninguém está minimamente de acordo com o famigerado projecto, salvo os «falcões» empoleirados nos galhos mais altos da floresta castrense.

Em vão, temos tentado que desçam até nós, que dialoguem, que nos expliquem a «bondade» do empreendimento, que aceitem o debate.

Infelizmente, nem resposta nos dão, desprezando irresponsavelmente, os representantes das populações. Tudo se tem passado na mais inconcebível má fé, através do secretismo e da política do facto consumado, através da prepotência mais revoltante que se possa imaginar. E dizemos revoltante, porque ela aparece envolta em profunda hipocrisia, tentando convencer os incautos que o alargamento se processa apenas por razões de segurança da população e de defesa do meio ambiente.

Imagine-se maior desfaçatez, quando toda a gente sabe (porque de resto veio publicado em Diário da República), que o CTA serve, entre outras coisas, para os militares alemães procederem aos seus ensaios balísticos, aos testes com novos armamentos, aos exercícios com as aeronaves estacionadas na Base de Beja, serve, em suma, para as experiências militares consideradas perigosas e inconvenientes em território alemão e cujos impactes não são ainda suficientemente conhecidos. Quando toda a gente sabe, que a CTA foi apresentado na célebre feira do armamento que decorreu na FIL em 1987, feira só destinada a profissionais, como espaço ideal oferecido aos belicistas e aos fabricantes de armas dos chamados países amigos, para aqui se exercitarem. Veja-se que negócio mais sujo, que até leva a apregoar como grande vantagem a situação geográfica do CTA a escassos três minutos de voo da cidade de Lisboa...

Até o famoso despacho de expropriação de terrenos, emitido em Julho de 1987 por um ministro demissionário, não hesita em afirmar que o alargemento se destina ao incentivo da indústria de armamento. Armamento para quê? Para fomentar a destruição, a tristeza e a morte? **Não, muito obrigado!**

As razões da «nossa oposição»

As razões porque lutamos contra a ampliação do CTA, são de tal maneira intuitivas que ninguém de boa-fé, terá dúvidas sobre os malefícios do projecto. Importa, contudo, elencarmos um conjunto de motivos de directa e flagrante, a nossa oposição:

1 — Tremenda insegurança de pessoas e bens

Neste momento, ainda sem o alargamento concretizado, os acidentes já são enormes. É frequente as bombas errarem os alvos e virem enterrar-se em terrenos agrícolas, assustando pessoas e animais. Há dois anos que por pouco não atingiram uma casa de habitação em Pegões. As paredes rachadas e os vidros partidos em consequência dos estrondos, são o pão nosso de cada dia. Rurais recusam-se a trabalhar em propriedades adjacentes ao CTA, por surgirem amiude engenhos por despoletar. O facto de terem caído aviões, por várias vezes, na cidade do Montijo, provenientes da Base Aérea n.º 6 com perda de vidas humanas, traumatizou ainda mais as populações.

2 — Crescente aumento de perturbações a nível psíquico e do sistema nervoso, assim como surdez e outras enfermidades provocadas, especialmente nos residentes perto das zonas de rebentamento.

É o caso da **Aldeia Nova da Aroeira**, sita no concelho de Palmela, onde se detectam muitas situações de surdez. Na escola local, a professora tem que interromper frequentemente as aulas devido à passagem das aeronaves. O rendimento escolar das crianças é profundamente afectado pela presença «estimulante» dos ensurdecedores exercícios militares.

«Que as aves vivam em paz» (imagem do cordão humano de 22 de Abril)

3 — Perigo de incêndio

Como é evidente, repetem-se os jogos não só nos terrenos do Campo de Tiro, mas igualmente nas propriedades adjacentes. As corporações de bombeiros da região são chamadas com frequência, a acudir aos sinistros mais graves. A intensificação dos exercícios provocará, sem dúvida, acréscimos no número de incêndios.

4 — Incidências negativas na actividade pecuária

O ruído provoca perturbações em todos os seres vivos, sendo desusado o número de nado-mortos e abortos nas explorações suinícolas e bovinas. O crescimento do gado é notoriamente mais lento. As vacas leiteiras reduzem a produção de leite. Enfim, verifica-se já uma enorme quantidade de prejuízos no sector, que se fossem contabilizados, representariam muitos milhares de contos.

5 — Inutilização de bons solos com aptidão para a agricultura intensiva

A zona do CTA, está toda ela integrada no esquema geral de rega dos terraços sul do Tejo, com aptidão comprovada para o regadio, pois existem na região, águas subterrâneas e artesianas em abundância. Os terrenos envolvidos são dos mais adequados ao cultivo de espécie hortofrutícolas e é uma pena, direi mais, um verdadeiro crime, afectar solos tão bons a fins militares.

6 — Perigo de contaminação e introdução de níveis de toxidade nos lençóis aquíferos

A intensidade de rebentamentos no solo e no subsolo pode permitir a penetração de substâncias tóxicas que integram as munições, como metais pesados e outras, nos lençóis freáticos. Ora estes vão alimentar numerosos furos que abastecem explorações agrícolas e povoações. Aliás, devemos referir que a zona constitui a maior reserva de água suberrânea da península de Setúbal, pelo que há que cuidar criteriosamente de tão importante manancial.

7 — Danos na flora natural

As obras de ampliação do CTA já levaram ao derrube de muitas centenas de sobreiros, especialmente para a implantação de uma extensa pista de ensaios de viaturas militares. Lembre-se que o «Quercus suber» é uma espécie arbórea relativamente abundante em Portugal, mas rara no mundo. É por isso uma árvore que goza de especial protecção legal. A concretização das obras levará seguramente à destruição de uma boa floresta de sobro, constituindo um péssimo exemplo que o Estado dá aos cidadãos.

8 — O CTA é um entrave ao desenvolvimento económico.

Atendendo a que uma parte do CTA se localiza na península de Setúbal, como conciliar o seu alargamento com a Operação Integrada de Desenvolvimento da Península, levada a cabo pelo Governo com o apoio comunitário? O próprio PIDDS, Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito, iniciativa da Associação dos Municípios de Setúbal, ficará seriamente afectado.

Que justificação terão os apoios do FEOGA proporcionados aos agricultores da região, para investirem na modernização das suas culturas, se os seus terrenos irão sofrer os efeitos da ampliação da unidade militar?

Por onde irá passar a conduta primária de gás natural que ligará o terminal de Setúbal ao norte do País? A quantos quilómetros terá de ser afastada do CTA, para se obter um razoável índice de segurança? E o futuro aeroporto internacional de Lisboa? Será que a opção OTA se torna preferível, única e exclusivamente, porque Rio Frio é incompatível com o Campo de Tiro?

9 — Desvalorização da imagem da região

Basta o facto de se falar num Campo de Tiro em Alcochete, para desencorajar potenciais investidores. As potencialidades turísticas da

Como refere o presidente do Município de Alcochete, a iniciativa do «cordão humano», realizado em 22 de Abril, ligando a cidade do Montijo à vila de Alcochete, teve «um sucesso espectacular»

região com inúmeros atractivos naturais, riqueza histórica e paisagística e um dos estuários mais atraentes da Europa, ficam seriamente afectadas com a perspectiva de insegurança e de desastre que uma unidade de exercícios militares incute.

10 — Reserva Natural do Estuário do Tejo

O Campo de Tiro situa-se nas proximidades dum importantíssimo espaço ecológico. A zona de **reserva integral** está a escassos 2 ou 3 quilómetros da porta de armas do CTA. A Reserva Natural do Estuário do Tejo é considerada uma das dez mais importantes zonas húmidas da Europa e Portugal inscreveu-se na Convenção de Ramsar, obrigando-se a defendê-la e a preservá-la. Ela constitui um santuário privilegiado de aves migratórias, umas provenientes do norte da Europa, outras no norte de África. A reserva está integrada na rota de migração do Paleártico Ocidental, acoitando em determinadas épocas do ano, perto de uma centena de milhares de aves. Algumas, como a «Recurvirostra avosseta», ou alfaite, detém aqui, na estação invernante, mais de 60% de toda a sua população europeia.

Por todas estas razões, a RNET não constitui apenas um património regional ou nacional. Ela é uma riqueza internacional, cabendo-nos o privilégio, mas também a responsabilidade, de a defender cuidadosamente.

Ora, a verdade é que a existência de voos rasantes que já hoje se verificam e as perspectivas de ampliação do CTA violam frontalmente, não só a Convenção de Ramsar mas também importantes directivas comunitárias e do Conselho da Europa.

11 — Projecto antagónico aos ideais da paz

Por último, «the last, but not the least», como diriam os ingleses, o CTA não deixa de se configurar como um projecto contrário ao progresso da paz e do desanuviamento. Numa altura crucial da evolução da Humanidade, em que se estão a dar passos significativos na senda do desarmamento e da cooperação internacional, em que se caminha no sentido da resolução pacífica de todos os conflitos, como compreender que em Portugal, país democrático e estabilizado geográfica e politicamente, se projecte instalar uma unidade de risco de grande dimensão, das maiores da Europa?

Este paradoxo tem que ser acentuado, pois fragiliza qualquer justificação apresentada pelos militares e põe a nu toda a insensatez que continua a prevalecer nas questões do belicismo, ao arrepio dos discursos dos «leaders» cada vez mais humanistas e conciliadores.

Como se depreende, os cidadãos são sensíveis às motivações expostas, pelo que não será de espantar a adesão entusiástica à multiplicidade de acções e de formas de protesto que têm sido desencadeadas ao longo dos últimos anos. Queremos dar particular realce à realização, no passado dia 22 de Abril, de um cordão humano ligando a cidade do Montijo à vila de Alcochete um percurso de 6 quilómetros.

Pelo ineditismo da iniciativa, pela adesão que se verificou e pela excelente cobertura dos órgãos de comunicação social, podemos considerá-la como um sucesso espectacular. Calcule-se, que a própria televisão, habitualmente tão avessa ao assunto, divulgou a notícia no próprio dia no noticiário de maior audiência, enquanto as rádios locais transmitiram em directo todas as peripécias do acontecimento e jornais como «O Dia», «O Correio da Manhã», «o diário», «O Diário de Notícias» e «O Público» colocaram-no logo na primeira página. A juventude fez-se notar com toda a sua exuberância, sendo de destacar o grande contributo dado por oito bandas de música rock que, conjuntamente com ranchos folclóricos e outros, animaram o evento, recusando quaisquer contrapartidas financeiras.

Direito de «segredo»...

Sem dúvida que a iniciativa deveria ter produzido algum efeito a nível de poder central. Talvez como consequência disso, passados dias, o Ministro da Defesa apressou-se a informar que não autorizaria uma maior utilização do CTA por parte dos militares alemães, que o que fora concedido, já era o suficiente. A acrescentou, não permitir quaisquer exercícios a efectuar por forças de outros países. Mas se assim for, deixa de ter sentido o alargamento. Para quê afectar mais 6 mil hectares a fins bélicos? Não é melhor irem-se embora e deixarem-nos todos em paz?

Recentemente, tivemos o gosto de participar num seminário subordinado ao tema «o direito de informação sobre o ambiente» que decorreu na Assembleia da República e foi organizado pelo Instituto Nacional de Ambiente com o apoio da Comissão das Comunidades Europeias. Presentes estiveram eminentes personalidades nacionais e internacionais do âmbito da ecologia, que abordaram, em especial, a forma de aplicar uma célebre directiva comunitária que afirma peremptoriamente o direito inalienável dos cidadãos a serem informados sobre a questões ambientais. Tudo bem, tudo maravilhoso. Só que a citada norma legislativa contém, lá mais para o fim do seu articulado, um parágrafo discreto ressalvando que o direito à informação fica prejudicado se colidir com as questões militares. E aqui é que está o busílis. Ao direito de informação contra-ôe-se o direito de segredo. Como este não é definido, ninguém sabe onde começa e onde acaba, fica ao critério dos militares a sua demarcação e aplicabilidade. E pronto, lá caímos numa perfeita hipocrisia. Teoricamente concedem-nos uma benesse, na prática negam-nos os direitos a exercê-la.

Entretanto, o seu enunciado preenche as campanhas publicitárias e serve para encher a boca dos governantes. O caso do CTA é neste aspecto paradigmático, o Governo Português, defende-se do tribunal comunitário argumentando com o direito de segredo da defesa militar, mas na realidade o que se passa é que a questão não é de defesa, mas sim dum grande negócio que vai encher o bolso de alguns, à custa da insegurança das populações e dos valores da paz e da ecologia.

> «Precisamos do apoio e da solidariedade activa de todas as pessoas, independentemente dos diversos conceitos ideológicos e filosóficos que perfilhem. Uma das melhores formas para conseguirmos esse apoio será através da divulgação clara dos nossos pontos de vista e da argumentação irrefutável que produzimos. É preciso que o tema do Campo de Tiro esteja permanentemente na comunicação social, que seja assunto das conversas quotidianas como é o futebol ou o estado do tempo, que baste o simples título para que as pessoas movam a cabeça em sinal de desaprovação. Porque esta batalha particularmente difícil que ora travamos, não é apenas dos autarcas ou das gentes duma limitada região, ela insere-se numa problemática vastíssima à escala universal e pertence a todos os militantes da paz que ardorosamente lutam pelo desarmamento, pela cooperação internacional e pela fraternidade entre os povos de todo o Mundo.» ■

A Defesa e o Ambiente

E no tocante à informação a prestar aos cidadãos e aos seus representes, o que há a dizer é que, bem mais do que sonegar essa informação, tem se recorrido à mentira, ao logro e ao embuste. A prática do Ministério da Defesa neste lamentável processo tem sido e continua a ser, manifestamente desleal e desrespeitara dos direitos e das vontades das populações.

Revela-se indigna num estado democrático que, aproveita todos os pretextos, para arvoar a bandeira dos direitos humanos e da democracia.

A confusão instalada no Ministério do Ambiente, organismo mais próprio duma república das bananas do que dum Estado que se orgulha de integrar a CEE, é verdadeiramente indiscritível.

Por um lado, o próprio Secretário de Estado coloca-se nitidamente contra o alargamento do CTA, posição que é secundada por todos os grupos ecologistas, inclusive pelos que são patrocinados e sustentada pelo Governo. Por outro lado, o ministro do Ambiente subscreve comunicados em conjunto com o ministro da Defesa dizendo que o Campo de Tiro é a coisa melhor do mundo. Por outro lado, ainda, os representantes do ambiente emitem declarações de voto frontalmente contra as conclusões dum famoso e triste relatório elaborado por uma comissão governamental tripartida.

Os militares borrifam-se na opinião expressa dos técnicos e mandam avançar com as obras. E os do ambiente, ficam-se.

Temos um Ministério frouxou e inábil, ou será que esta pasta governamental não é mais que uma excrescência folclórica apenas destinada a dar uma aparência de modernidade ao Executivo? ■

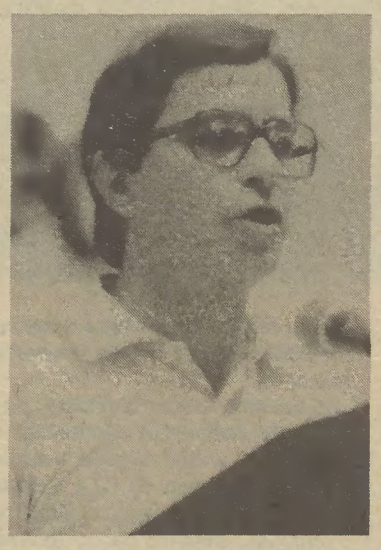
*** Presidente da Câmara Municipal de Alcochete**

Jovens: uma presença saliente na luta contra um alargamento que é insólito, irracional, contra-natura, desajustado da realidade social do nosso país e altamente inconveniente para o clima global de desanuviamento do Mundo contemporâneo, como sublinha Miguel Boleiro, presidente da CM de Alcochete

Intervenções

OCTAVIO TEIXEIRA

O Sector Público e as privatizações



Camaradas

A reconstituição do capitalismo monopolista é o objectivo estratégico do amplo projecto de reprivatizações já anunciado, e juridicamente possível por efeito da revisão constitucional. Como consta expressamente de múltiplas declarações oficiais e da própria Lei Quadro das Privatizações, o objectivo estratégico prosseguido pelo Governo é a recriação de fortes grupos económicos privados através da aquisição de empresas do sector público, ou seja, pela centralização de capital, tendente a permitir-lhes uma muito mais elevada concentração da produção e do capital e a restauração do capital financeiro, características fundamentais do capitalismo monopolista.

Do meu ponto de vista, esse objectivo estratégico seria, só por si, razão suficiente para que o nosso Partido se opusesse clara e frontalmente ao processo de privatizações em curso. Mas é inegável que existem outras e ponderosas razões - que relevam da defesa do interesse e soberania nacionais e ultrapassam razões ideológicas - a justificarem e a exigirem a oposição do Partido ao objectivo de fortalecimento dos grupos económicos privados à custa do desmantelamento do Sector Empresarial do Estado.

Duas dessas razões me parecem centrais, e integram igualmente a Proposta de Resolução Política submetida à apreciação dos delegados ao Congresso.

Em primeiro lugar, a análise objectiva da realidade dos grupos económicos privados portugueses mostra que tais grupos não têm dimensão e capacidade financeira para, só por si, adquirirem o SEE, sequer o núcleo central das principais empresas do sector público. Aí estão, como exemplos demonstrativos, os resultados das privatizações parciais da Aliança Seguradora e do Banco Totta & Açores. E se isto se passou em privatizações **parciais** de empresas de dimensão **relativamente pequena**, parece-me não restarem dúvidas de que mais claramente se passará com reprivatizações a 100% de empresas com a dimensão do Banco Português do Atlântico, da Petrogal, da Cimpor, do Banco Espírito Santo, da Império ou da Portucel. Isto é, nas condições objectivas do País que somos, o processo de privatização do SEE não conduz, sequer, à formação de fortes grupos privados portugueses capazes de resistir ao poder e domínio do capital estrangeiro. Pelo contrário, conduz à aceleração do processo de associação, em posição subalterna, dos grupos privados portugueses com o capital estrangeiro, e à entrega ao capital transnacional de unidades fundamentais da nossa estrutura económica e de sectores estratégicos da economia nacional, num processo de desnacionalização da economia portuguesa.

A segunda razão essencial tem a ver com o futuro do desenvolvimento económico do nosso País. A próxima criação do Mercado Único Comunitário exige uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentado que, no quadro da internacionalização da economia e das interdependências inevitáveis, permita a correcção das actuais estruturas e especialização produtivas e promova a eliminação das principais vulnerabilidades da economia portuguesa.

A concretização dessa estratégia nacional só é possível revitalizando o SEE, o único conglomerado de empresas existente em Portugal com dimensão industrial e financeira capaz de fazer frente às transnacionais, de permitir o desenvolvimento de áreas estratégicas e o aproveitamento integrado de recursos internos de acordo com uma orientação conforme aos interesses nacionais. Pelo seu peso objectivo no sistema produtivo e pela sua posição específica na malha das relações económicas nacionais, o SEE é essencial para a modernização e desenvolvimento da economia nacional, para que Portugal possa resistir com êxito a uma divisão internacional do trabalho desfavorável e para impedir que a economia nacional se transforme num mero instrumento de acumulação das multinacionais e num apêndice regional das economias dos países capitalistas mais desenvolvidos.

Por isso, o processo de privatizações em curso é contrário a uma estratégia de desenvolvimento que corrija as actuais deficiências estruturais e reduza as principais vulnerabilidades da economia portuguesa.

Camaradas

A defesa que fazemos do SEE insere-se numa visão progressista de desenvolvimento económico, de participação mais vantajosa na divisão internacional do trabalho, de progresso social e do primado da soberania nacional. E inscreve-se nos nossos princípios programáticos de uma organização económica mista em que os sectores público, privado e social da economia não se opõem, antes se complementam.

Pugnamos pela manutenção no sector público das empresas que integram o actual SEE, mas não defendemos o que hoje está. Não queremos que o SEE continue a ser um conjunto desarticulado de empresas, definhando na estreita dependência e ao arbítrio de tutelas ministeriais sectoriais. Pretendemos que o SEE seja um todo orgânico, sujeito a uma orientação estratégica global que potencie as virtualidades resultantes da posição das suas empresas na estrutura económica. E queremos que no quadro da orientação e direcção estratégicas, às empresas e grupos de empresas do SEE seja garantido um elevado grau de autonomia de gestão e de independência face às tutelas administrativas.

Rejeitamos que a orientação e gestão das empresas do SEE seja transferida para o sector capitalista, quer pela via do capital social quer pela concessão da exploração. Mas julgo necessário, numa perspectiva de complementaridade e de dinamização, que cada uma das suas empresas ou conglomerados de empresas possa concretizar, de forma transparente e equitativa, acordos e empreendimentos comuns com empresas, cooperativas ou grupos privados, visando o mais racional aproveitamento dos recursos nacionais, a garantia da soberania nacional em áreas estratégicas, o desenvolvimento tecnológico, a conquista de mercados externos e o reforço da capacidade de internacionalização das empresas portuguesas.

Propomos um SEE dinâmico, com as suas empresas orientadas pela eficácia e racionalidade económica e empresarial, e inscrevendo nos seus objectivos centrais a participação dos trabalhadores na sua orientação e gestão e a prossecução de uma crescente e exemplar melhoria das condições de trabalho e de vida dos seus trabalhadores.

Em suma, camaradas, por razões do interesse nacional, combatemos o nefasto processo de privatizações em curso, e defendemos uma profunda e coerente reestruturação do SEE, inserida numa estratégia eficaz de desenvolvimento económico, visando manter uma posição nacional dominante em sectores estratégicos, reforçar as complementaridades entre os sectores público, privado e social e a capacidade nacional de decisão económica, e promover a participação efectiva e interessada dos trabalhadores na vida das empresas.

Só assim será possível defender o interesse e a soberania nacionais e garantir o progresso económico e social do País e do Povo.

HELDA FIGUEIREDO

Política de ambiente

Camaradas

As questões ambientais assumem cada vez maior importância em Portugal e no Mundo devendo tornar-se um problema político com projecções e exigências ao nível económico, financeiro, científico e tecnológico, implicando opções e políticas coerentes, estudo sérios e informação adequada para a necessária participação esclarecida e empenhada dos cidadãos.

Em Portugal, aliado à consagração constitucional do direito a um ambiente de vida humano sadio e ecologicamente equilibrado e do dever de o defender, tem-se desenvolvido uma crescente sensibilização da população aos problemas ambientais e à defesa de um mínimo de qualidade de vida, expressa particularmente nos movimentos populares de contestação e denúncia dos múltiplos atentados ecológicos que se estão a verificar no País e de que são exemplo a eucaliptização selvagem, a poluição marítima, a exploração industrial de pedreiras em zonas urbanas, a poluição pelos efluentes industriais das principais bacias hidrográficas, a exploração de areeiros em zonas estuarinas, a poluição sonora e atmosférica em zonas urbanas e industriais, o alargamento do Campo de Tiro de Alcochete.

Foi a crescente sensibilização da população aos problemas ambientais que obrigou o Governo a tentar mostrar alguma atenção ao Ambiente no domínio das palavras e na criação do Ministério do Ambiente, enquanto toda a actuação, continua ineficaz, contraditória e, em muitos casos, directamente lesiva dos interesses que diz defender. Por exemplo, a Lei de Bases do Ambiente, aprovada há 3 anos pela Assembleia da República, continua por regulamentar em aspectos essenciais. Faltam instrumentos básicos para uma política preventiva do ambiente, como «A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza», que o Governo deveria ter entregue à Assembleia da República há mais de 2 anos. Falta o «Livro Branco sobre o Ambiente em Portugal». Faltam leis fundamentais, como a lei-quadro das áreas protegidas e regulamentação dos estudos de impacte ambiental, o que já custou a Portugal o congelamento de 10 milhões de contos da CEE para a Via do Infante no Algarve. A par do discurso neoliberal persiste a obsessão centralizadora e burocratizante do Governo que privilegie a multiplicação de proibições e actos avulsos, com a agravante de reforçar a discricionariedade e o arbítrio, com possibilidades reforçadas de uma política de favores e desfavores, de cedência às pressões dos «lobbies» das celuloses, das químicas, das pedreiras.

Em vez de normas claras na actuação de todos os Ministérios e em todo o País de acções preventivas e positivas e descentralizadas que envolvessem os vários níveis de administração, incluindo as autarquias locais, as asssociações de defesa do ambiente, as Escolas e Universidades, o Governo opta pela descoordenação entre as políticas industrial, agrícola, de obras públicas, do ordenamento e do ambiente e não dota a administração dos meios técnicos e humanos necessários para as acções de controlo e fiscalização das normas avulsas que vão sendo publicadas, o que se traduz no seu incumprimento generalizado.

Só a crescente sensibilização popular e do movimento associativo, aliada às acções de intervenção do poder local, tem impedido uma maior degradação ambiental.

É neste quadro que o PCP tem desenvolvido uma intervenção significativa, quer na Assembleia da República quer nas autarquias locais e no Parlamento Europeu na defesa do ambiente e da melhoria da qualidade de vida da população.

Nas autarquias, o PCP e os seus aliados têm realizado uma acção notável, designadamente na área do saneamento básico e da ocupação racional do território.

Hoje, nos municípios que a CDU administra há mais tempo, o abastecimento de água e o seu tratamento, a recolha e o tratamento de lixos atingiram índices sem paralelo noutras autarquias, sendo dada particular atenção a todos os aspectos da política do ambiente, incluindo a educação ambiental.

Na Assembleia da República, a par da denúncia dos múltiplos atentados ecológicos, o PCP tem tido um importante papel na elaboração de legislação ambiental, seja no aprofundamento da consagração constitucional do direito do ambiente e na vertente da participação, da informação e da acção popular, seja na elaboração da Lei de Bases do Ambiente e da Lei das Associações de Defesa do Ambiente, seja na apresentação recente de 3 importantes projectos de lei sobre:

— Avaliação do impacte ambiental;
— Transportes marítimos de mercadorias perigosas ou poluentes;
— Lei-Quadro das Áreas Protegidas.

É de salientar que nestas duas últimas áreas fomos o primeiro Partido a apresentar iniciativas legislativas na Assembleia da República.

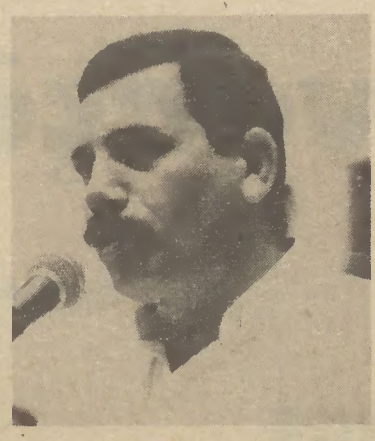
Também no Parlamento Europeu foi dada atenção às questões ambientais através de intervenções e de perguntas à Comissão e ao Conselho sobre, nomeadamente, os desastres marítimos no litoral alentejano e em Porto Santo, o processo da Via do Infante, a tentativa de colocação de resíduos nucleares em Aldeiadávila. Foi recentemente apresentada uma Resolução sobre o Campo de Tiro de Alcochete.

No entanto, há que reconhecer que é necessário aprofundar o trabalho desenvolvido, a que foi já dado um novo impulso com o Grupo de Estudos de Política do Ambiente, que funciona junto da Comissão Política do Comité Central e que foi criado na sequência do XII Congresso. É neste quadro que está a ser preparada a realização, no Outono, de um Seminário Nacional do PCP sobre a Política de Ambiente.

É que os problemas do ambiente são hoje tão importantes nas suas diferentes vertentes a nível nacional, regional e local que exigem uma redobrada atenção de todo o Partido na luta por uma verdadeira política de ambiente, o que pressupõe a elaboração de estudos sérios com o objectivo de defender o interesse nacional e o esclarecimento da opinião pública, reforçando a participação das populações na defesa dos seus interesses.

ANTÓNIO ORCINHA

Questões das organizações do Partido



Camaradas:

Se é justo valorizar a força do Partido, a sua capacidade organizativa e o seu elevado nível de intervenção, se é justo valorizar também os passos dados na concretização das orientações do XII Congresso no sentido do fortalecimento da organização, é indispensável reconhecer a existência de sérias deficiências, problemas e dificuldades, não só de carácter objectivo, que se colocam na actual situação e que necessitam de medidas concretas de organização e de quadros para o reforço do Partido, da sua influência e da sua acção.

Entre as questões que mais nos devem preocupar queremos dar particular saliência às seguintes.

Em primeiro lugar, é necessário ter em relação aos problemas de organização e de quadros uma visão mais correcta da sua importância.

A organização não é uma frente de trabalho, não é uma tarefa que se entregue a um organismo ou se responsabilizem simplesmente alguns quadros. É preciso, como se afirma no Projecto de Resolução Política, «passar a considerar o trabalho de organização uma preocupação fundamental de toda a estrutura partidária e como atribuição de todos os organismos».

Esta é uma batalha que tem vindo a ser travada ao longo dos tempos mas dificilmente tem sido compreendida. Impõem-se ganhar particularmente os organismos dirigentes para a importância e o papel da organização como arma fundamental de toda a nossa acção partidária.

Em segundo lugar, tal como foi resolvido já no XII Congresso, eliminar da contagem como membros do Partido aqueles que, por variadas razões, se desligaram há vários anos da vida partidária.

Sem prejuízo para o avanço de tais medidas cabe aqui, no entanto, chamar à atenção para o cuidado que deve haver em tal decisão. Continua a haver exemplos de falta de atenção. Mesmo em relação a este Congresso foi eleito para delegado um militante que tinha sido dado como falecido e um outro que tinha sido dado como demitido.

Isto mostra que tem que haver maior cuidado em todos os aspectos para que se possa ter dos efectivos do Partido uma ideia mais real e verdadeira.

Em terceiro lugar, coloca-se a necessidade de melhorar o enquadramento dos membros do Partido.

As dificuldades objectivas para a resolução desta questão são muito grandes. Será necessário, por um lado, dar prioridade ao enquadramento dos militantes que têm, normalmente uma resposta activa às solicitações dos organismos dirigentes. Por outro lado, há que chegar também aos outros membros do Partido. A flexibilização das formas orgânicas e um melhor acompanhamento das organizações de base, quer das células de empresa ou local de trabalho que tão importantes são na estrutura do Partido, quer das células por local de residência e outras, podem contribuir significativamente para um melhor enquadramento dos militantes. E, para além disso, há que encontrar, com criatividade, formas mais simples, iniciativas diversificadas, para conseguir a presença e a participação de outros militantes que se encontram desligados e desmotivados.

Em quarto lugar, cada vez se torna mais necessário descentralizar tarefas e responsabilizar novos quadros. Esta é uma direcção de trabalho organizativo a que, na situação actual, se tem que prestar maior atenção.

Tem de ser muito maior o número de militantes que assumem responsabilidades, que cumprem tarefas, que são envolvidos nos colectivos dirigentes.

É fácil de compreender que, sem isso, nem se resolvem muitas das tarefas que temos pela frente, nem se eleva o enquadramento dos membros do Partido, nem se consegue conhecer melhor os seus efectivos.

Em quinto lugar, a organização reforça-se com o aprofundamento da democraticidade em toda a sua vida política.

Cabe aos organismos dirigentes estimular todos os aspectos democráticos do funcionamento do Partido.

Uma expressão importante desse funcionamento democrático são as Assembleias das respectivas organizações. As Assembleias devem assegurar, com o auxílio da crítica e da autocrítica, uma linha de amplo debate colectivo, aberto e fraterno que permita aferir o trabalho realizado e corrigir erros de estilo e formas de funcionamento negativos. Devem também incentivar o envolvimento dos membros da organização e melhorar o conhecimento das realidades em que elas actuam.

A eleição regular dos organismos dirigentes, a sua renovação e crescente responsabilização, é um caminho importante para aprofundar a democraticidade da vida interna do Partido e elevar o nosso nível de trabalho.

Em sexto lugar, é indispensável ter presente que a renovação, rejuvenescimento, reforço e continuação do Partido, passa pelo recrutamento de novos membros.

É dever do Partido, das suas organizações e de cada membro não esperar pela iniciativa própria da inscrição no Partido como ainda hoje acontece na maioria dos casos.

Embora se viva um período mais difícil e por isso seja necessário um nível político e ideológico mais elevado para aderir ao Partido, é uma altura muito importante para o enriquecer com o prestígio e a determinação de muitos democratas operários, empregados, camponeses, intelectuais, quadros técnicos e de outras camadas laboriosas.

Deve-se intensificar a acção junto da juventude mas também o seu recrutamento para o Partido e estimular a sua adesão à JCP, espaço de ampla participação dos jovens e da sua formação comunista.

Atenção particular deve ser dada também ao recrutamento de mulheres tendo em conta a importância da sua participação não só na vida partidária como nas frentes de massas.

Por último, é necessário mais uma vez afirmar que a principal origem da força do Partido é a sua ligação às massas, à luta da classe operária, dos trabalhadores, às aspirações das massas populares.

A ligação às massas é fundamental para o nosso Partido e para qualquer das suas organizações.

Sem negar a importância e a atenção necessária à vida interna do Partido, os organismos e as organizações devem estar permanentemente voltados para fora, para os trabalhadores, para as massas populares mobilizando-as para a luta.

É com a ligação às massas que se dinamiza a luta, se prestigia e se fortalece o Partido.

É com a ligação às massas que aumenta a influência social e eleitoral do Partido.

É com as massas populares e com um envolvimento cada vez mais amplo dos militantes na vida, na acção e na luta, que o Partido reforça as suas fileiras, intensifica a sua acção e contribui decididamente para concretizar as tarefas e os objectivos decididos neste Congresso.

JORGE LOUVEIRA MOREIRA

O trabalho autárquico

Camaradas

A realização deste nosso Congresso coincide com o início de um novo mandato das autarquias portuguesas em condições políticas diferentes, sobre as quais convém reflectir.

1. A perda de posições da direita não fez abrandar a ofensiva centralista do Governo contra o Poder Local, agravando as contradições entre a política «oficial» do PSD no Governo e na Assembleia da República e os interesses e aspirações de muitos eleitos do PSD nos órgãos autárquicos. A condenação unânime da política do Governo pelos Congressos da ANMP e da ANAFRE são claros exemplos disso.

2. O reforço das posições do Partido Socialista introduziu novas correlações de forças em muitas autarquias do País. Em vastas regiões do norte e centro o nosso trabalho nas autarquias tem de ter em conta esses novos dados, afirmar o PCP e a CDU e combater tenazmente a bipolarização. A busca prioritária de entendimento com os eleitos socialistas não nos pode fazer perder de vista duas linhas de acção essenciais:

-- Primeira, a de que a unidade não é um fim em si mesma e que, portanto, só fazemos acordos que sirvam os interesses das populações e, nessa base, não enjeitamos entendimentos com eleitos de nenhuma força política.

— Segunda, a de que deve prosseguir a denúncia firme e pública de quaisquer alianças do PS com a direita e da prática do PS quando é lesiva dos interesses das populações.

Este mandato é também caracterizado pela proeminência de alguns problemas que, não sendo novos, adquiriram uma especial relevância:

— O papel dos Municípios no desenvolvimento integrado exige o conhecimento rigoroso e o planeamento democrático, por forma a definir com clareza quais as áreas em que as autarquias podem e devem intervir directamente, e quais aquelas outras em que podem e devem constituir-se em importantes meios de luta pelo desenvolvimento das suas regiões. Impõe a melhor coordenação da nossa acção, especialmente quando se trata de grandes projectos que abrangem múltiplos concelhos, por vezes de vários distritos e regiões.

— A intervenção dos Municípios na gestão de importantes fundos da CEE, aproveitando todos os órgãos e mecanismos existentes para fazer reverter os financiamentos em benefício das populações e para combater a governamentalização discricionária da gestão desses fundos.

— A crescente importância da prevenção, controlo e correcção dos problemas ambientais, impõe que desmascaremos o falso discurso ecológico do Governo, intervenhamos mais e mais nestes problemas e dinamizemos o associativismo de defesa do ambiente.

— Há também questões novas que se põem ao associativismo das Autarquias como a criação de novas associações de Municípios, o seu pleno e racional aproveitamento em apoio concreto à acção das Câmaras, a reivindicação do direito das Freguesias se associarem livremente para a resolução de problemas comuns.

— O reforço da luta pela regionalização deve estar presente em toda a nossa acção nestes domínios, onde a transferência de poderes para as Regiões é absolutamente necessária ao desenvolvimento.

A consideração especial destas áreas de intervenção não pode fazer diminuir a importância do trabalho pela satisfação das necessidades básicas da população, nem a necessidade de um melhor trabalho, mais planificado e participado nos domínios do desporto, da cultura, da juventude.

Camaradas

A dimensão e a importância da discussão que hoje se trava em torno das características do poder político e da démocracia que defendemos, leva-me a analisar com maior detalhe alguns traços essenciais da nossa orientação para o trabalho nas Autarquias e que têm muito a ver com este tema.

O que principalmente nos distingue dos outros partidos é, desde logo, a concepção e a prática do Poder Local como um instrumento de participação activa e directa de todos os cidadãos na vida política.

— A nossa acção no Poder Local não se reduz nem se esgota nos órgãos das Autarquias. Deve estimular a luta das populações, a sua organização e associativismo. Quando no exercício do poder, os eleitos do PCP não devem substituir nem abafar o associativismo popular.

— Os órgãos autárquicos devem prestar contas às populações da sua actividade, através de informação regular pelos mais diversos meios.

— A auscultação das populações pode e deve ser feita quer de forma organizada através das suas associações representativas, quer directamente através do diálogo aberto entre eleitos e cidadãos. Esta auscultação deve ser uma prática normal e é especialmente importante e frutífera na elaboração de grandes decisões, planos de actividades, planos directores, etc.. Planear bem implica fazer intervir o maior número de estruturas e de pessoas.

— Os direitos dos cidadãos face à Administração constam de um Projecto de Lei do PCP que visa garantilos como direitos fundamentais. Lembramos aqui que, nesta linha de luta por uma administração aberta, transparente e participada, os eleitos da CDU assumiram o compromisso de, independentemente da aprovação do Projecto de Lei, respeitarem e darem execução prática a esse conjunto de direitos dos cidadãos.

A superioridade do nosso trabalho nas Autarquias não é uma mera questão técnica ou de gestão. Outros partidos têm, como o nosso, bons gestores e bons técnicos. Comprovadamente, nenhum como o PCP imprime ao seu trabalho este estilo profundamente democrático e o orienta com o fundamental objectivo de melhor servir as populações.

Daí que seja absolutamente decisivo o papel de direcção do Partido aos vários níveis para que esta orientação fundamental se cumpra.

O trabalho de direcção deve ser feito em colectivo, discutindo as realidades e as perspectivas de desenvolvimento do concelho ou da freguesia, definindo prioridades políticas na actuação dos órgãos.

Sabemos que surgem muitas vezes dificuldades de acompanhamento, designadamente em distinguir entre questões políticas e outras questões de gestão corrente, que não devem absorver as reuniões do Partido. Ou, noutros casos, em discutir questões que só aparentemente são técnicas mas que, na realidade, envolvem opções políticas de fundo.

Importa sobretudo trabalhar afincadamente para corrigir situações incorrectas de sobreposição de funções: como, por exemplo, o Presi-

➔

Intervenções

dente da Câmara ser simultaneamente o responsável pelo trabalho autárquico, ou o executivo da concelhia ser exclusivamente composto pelo presidente e vereadores do Município.

Nomeadamente em órgãos onde os camaradas estão eleitos há muitos anos, verificam-se tendências para abrandar o trabalho de massas, cair em métodos administrativos distantes dos trabalhadores e das populações, exacerbar individualismos presidencialistas.

São erros que é necessário corrigir, com fraternidade mas com firmeza.

O nosso Partido orgulha-se justamente das suas tradições de trabalho colectivo, que neste caso deve envolver o conjunto dos eleitos e também os camaradas que são trabalhadores da Autarquia.

Centenas de milhares de portugueses vêem no nosso trabalho nas Autarquias o exemplo vivo de um Partido actuante, inovador, transformador da realidade, um verdadeiro Partido para o nosso tempo, apostado em construir em Portugal uma democracia avançada.

Temos plenas condições para estar à altura dessa confiança.

JOAQUIM MIRANDA

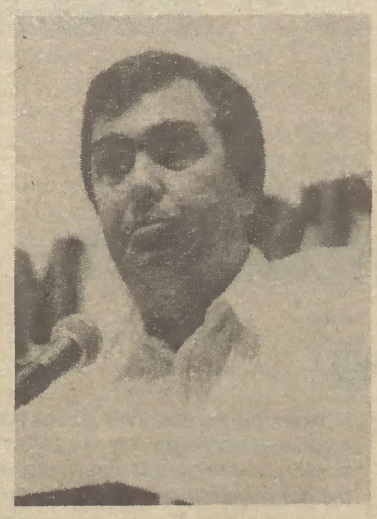
As reformas e a evolução recente na CEE

Camaradas

Ao salto qualitativo que constituiu, a aprovação do Acto Único Europeu e, por via dele, a concretização do mercado interno até finais de 1992, juntam-se agora uma aceleração no sentido da implementação da integração monetária e uma renovada e reforçada intenção de acelerar o passo no caminho da integração política; ao mesmo tempo que na ordem do dia aparece com particular insistência a ideia globalizante de espaço europeu.

Tal evolução, exije da nossa parte uma análise e um acompanhamento permanentes, que permitam, a cada passo, uma avaliação coerente e consistente do que de fundamental está em causa, que possibilite um claro equacionamento das implicações globais, para o nosso país e para os trabalhadores e, enfim, que determine as posições políticas do nosso partido em cada momento e sobre cada novo dado e oriente e nossa acção neste domínio e neste contexto.

O quadro global está longe de estar concluído e é mesmo difícil antever os contornos definitivos que assumirá, dada a sua complexidade e também pelas contradições que o atravessam.



Porém, alguns aspectos podem e devem desde já ser apreciados.

Desde logo quanto à orientação dominante no processo de concretização do mercado interno.

Quanto a esta importará sublinhar, antes de mais, a predominância dos «princípios» neo-liberais.

Efectivamente no processo de concretização do mercado interno o fundamental reside, no livre funcionamento do mercado, na desregulação - e, assim, numa clara subalternização das vertentes social, cultural, ambiental e outras - do que inevitavelmente resultará um crescente domíñio, no campo económico, dos países e empresas mais fortes.

Situação que um eventual crescimento mais acentuado nos países de menor desenvolvimento não contradiz, mas que o seu afastamento relativamente aos mais poderosos confirma; e confirmará cada vez mais no futuro, a manter-se tal orientação.

Esta é, entretanto, agravada pela errada acção do Governo aos níveis interno e comunitário. Aqui porque não mobiliza e impede a participação dos agentes económicos, sociais e culturais e trata as questões europeias como coutada própria; porque se mostra incapaz de dotar o país de um projecto de desenvolvimento; porque aplica incorrectamente os fundos comunitários.

Na CEE porque reduz o complexo processo negocial a pontuais acréscimos financeiros, sem curar de intervir activamente nas orientações fundamentais.

ANTÓNIO ABREU

A luta ideológica e a política de informação

Camaradas

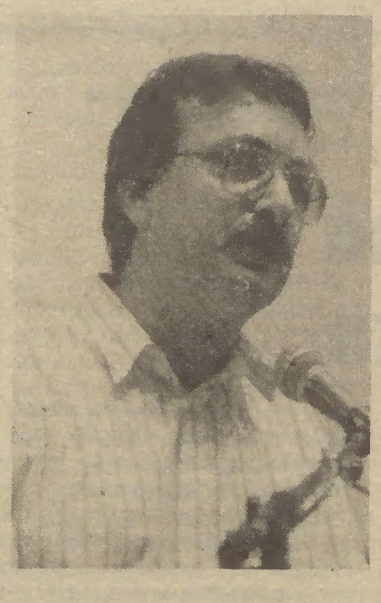
O XII Congresso do Partido deu uma atenção especial às questões ideológicas, reservando-lhe um capítulo da sua Resolução Política e contemplando um conjunto de medidas quanto ao trabalho ideológico e à nossa política de informação.

Essas apreciações e medidas **mantêm a sua actualidade**. Até porque apesar do aumento da nossa iniciativa política que se sucedeu a esse Congresso há que salientar — e o Projecto de Resolução Política de hoje consagra-o — que, **não se registaram nesse período progressos** que poderiam ter decorrido da concretização das medidas mas não foram realizadas, começando logo pela própria divulgação do Programa do Partido então aprovado. E porque não tomámos essas medidas camaradas? Por um lado não o fizemos em resultado das dificuldades de trabalho a nível de direcção e do conjunto do Partido. E por outro devido ao facto de se nos ter imposto concentrar esforços em duas batalhas eleitorais de 89 — batalhas que, pela nossa intervenção e pelos seus resultados, deram por si importante contributo à luta ideológica.

Acresce, camaradas, que os **novos acontecimentos internacionais e nacionais ocorridos** desde o XII Congresso agravaram a luta das ideias. Os acontecimentos nos países socialistas e no novo fôlego na campanha anti-comunista em Portugal — de que esses acontecimentos foram pretexto — estimularam os propósitos de inimigos e adversários de desorientar e desmobilizar a base de apoio do PCP, de reduzir seriamente a sua influência social, política e eleitoral e de deturpar a imagem que dele tem a opinião pública. No decurso desses acontecimentos, a comunicação social, especialmente a audiovisual, continuou a trabalhar à base de técnicas informativas de espectáculo, de apelo à emoção e à sensibilidade para uniformizar reacções, em prejuízo de reflexão, da análise crítica, da compreensão dos fenó-menos e do debate político. Daí a eficácia da manipulação, eficácia também facilitada pelo mais completo domínio que à escala universal o imperialismo passou a ter dos processos de feitura e difusão da informação e das ideias. Assim se confirmou o papel dos meios de comunicação de massas não só como veículo mas também como elemento estruturante das sociedades contemporâneas, nos seus sistemas políticos e na sua actividade política, nos comportamentos e nas concepções e valores dominantes.

Camaradas

Quais de nós não sentem insatisfação pelo desequilíbrio de meios em presença nesta luta? Qual de nós não



sente insatisfação pela intervenção que temos?

São das questões mais discutidas no Partido.

As condições em que lutamos não são fáceis mas também importa salientar que não absolutizamos a comunicação social no poder dos seus efeitos. **A luta dos povos e as políticas justas adquirem uma força própria** que criou contradições e impôs mudanças pontuais de orientação informativa e reduziu a eficácia do combate por parte dos que nele tiveram mais recursos.

A luta anti-*apartheid* é disso exemplo e a resistência palestiniana, em menor grau, também.

Mas não só também disso exemplo as condições em que se realizou o debate prepartório deste nosso XIII Congresso Extraordinário e como isso influenciou o PCP.

A qualidade da informação sobre o PCP é em geral má. Numa época de transparência, a informação baseada em fontes anónimas que se propaga de forma requentada, a informação confundida com fonte de informação, assumem uma reverência oficiosa, profissionalmente inaceitável.

Diremos tantas vezes quanto fôr necessário que não temos uma concepção da comunicação social que sobre nós só diga o que nós queremos, que deixe de ter no PCP um objecto de interesse jornalístico, de comentário e de critíca. Continuamos a não meter no mesmo saco todos os profissionais de informação por cujos direitos, ameaçados pela política de direita, temos combatido. Mas isso não nos impede de considerar que o PCP é vitíma de ataques em que tudo parece valer. Desde a saúde dos dirigentes do Partido, às pretensas perseguições a alguns militantes pelas suas ideias. Desde as conivências que o Partido teria com situações mal conhecidas ou desconhecidas em países do leste europeu, aos projectos antidemocráticos de que seríamos, por isso, portadores. Tudo valeu. E valeu também esconder o PCP como partido de projecto, esconder as concepções do PCP sobre a democracia e os direitos individuais, esconder os seus projectos de desenvolvimento. Tudo isto para alimentar a ideia, que alguns querem fazer passar, de partido antidemocrático, virado para o passado em queda contínua de influência por desadaptação da realidade. Ainda há dias, a propósito do 25 de Abril, houve quem retomasse a falsidade histórica, mil vezes demonstrada, da responsabilidade do PCP nos acontecimentos do *República* e da *Rádio Renascença* em 1975!

Qual é o militante do Partido que — como o conjunto da sociedade — não consome mais a informação e as ideias veículadas por meios que nos são estranhos e adversos do que as dos meios do Partido? Houve algum camarada que não fosse massivamente contemplado com os slogans e ideias, que legitamente consideramos ataques contra o PCP?

Só quem não conhece o PCP ou quem cede perante mistificações pode ainda hoje brandir o sofisma que no PCP as ideias não circulam ou as ideias alternativas de tal ou tal camarada não são conhecidas ou discutidas. Não foi o contrário disso que fizemos durante mais de 3 meses até aqui chegarmos?

A diferença entre os meios usados contra nós e o resultado do debate e das eleições de delegados na fase preparatóra do Congresso são eloquentes sinais do que quer este Partido. De como ele se quer renovar para enfrentar exigências acrescidas.

Tal como os resultados de eleições sindicais e de outros organismos ou as sondagens de intenção de voto são também eloquentes sinais de como o nosso povo quer um Partido forte e renovado sem perda dos referenciais — que o tornam único na sociedade portuguesa — e em que deposita confiança para defender os seus interesses essenciais, para viabilizar uma alternativa democrática à direita e projectar uma sociedade mais justa. Deste facto todos deveríamos tirar conclusões, apesar do abalo das convicções e de confiança que alguns acontecimentos provocaram nas fileiras do Partido.

O atraso já referido na aplicação da orientação decididas no XII Congresso, as rotinas e o nível insuficiente de actividade na áreas que intervêm na luta das ideias, bem como as exigências acrescidas que hoje se colocam ao Partido, impõem que ganhemos **consciência** das consequências negativas que a pesistência desta desfazagem terá para o Partido, não apenas a curto e a médio prazo mas numa perspectiva mais larga.

O **projecto de Resolução Política** que está em debate neste nosso Congresso Extraordinário salienta que, sem criarmos expectativas exageradas de alterar de um dia para outro ou completamente esta situação, devemos iniciar um processo de viragem no trabalho ideológico e na política de informação.

No trabalho ideológico tomando medidas de direcção, de mobilização de energias, de estímulo ao trabalho criador, para o estudo e aprofundamento contínuos da realidade, criando para tal estruturas e divulgando o estudo e reflexão que se realizar.

E na política de informação sendo mais pronto na intervenção e divulgação das posições do Partido, mais flexíveis e dinâmicos nas relações com a comunicação social, com maior intervenção dos dirigentes, e tomando medidas para coordenar e rentabilizar da eficácia dos nosso meios.

Camaradas

Com a noção clara da importância destas frentes de trabalho para o potenciar de toda a nossa actividade, saibamos tomar medidas correspondentes.

Mas tal orientação é também agravada pela falta de democraticidade de que enferma o processo de decisão nas Comunidades.

Falta de democraticidade que se revela quer pelas importantes competências que são atribuídas a instituições nascidas de processos enviesados, quer pela ausência de controlo das suas acções: é o que acontece com a Comissão das Comunidades; falta de democraticidade ainda pela ausência de poderes efectivos de fiscalização sobre a principal instituição com poderes legislativos, o Conselho, o qual no plano comunitário não é controlado com a eficácia necessária, nomeadamente por falta de poderes do PE e porque, ao nível de cada Estado, os governos impedem um controlo efectivo da sua acção comunitária por parte dos parlamentos nacionais - o que é particularmente confirmado pela prática do Governo de Cavaco Silva relativamente à Assembleia da República.

Tais situações ganham nova e redobrada amplitude quando está em causa um processo de aprofundamento do processo de integração, para mais elevado ao nível da integração política e alargado aos domínios da política externa e da segurança (incluindo a vertente militar) e marcado ainda com novas e complexas situações como as que decorrerão da unificação alemã, ou do alargamento, a curto prazo, do espaço económico europeu à zona da EFTA, através de acordos de cooperação, como vem sendo anunciado.

A concretização da União Económica e Monetária, e a redução de capacidade de decisão autónoma dos Estados membros que lhe está subjacente, podem traduzir-se neste contexto em perigos acrescidos aos níveis da coesão económica e social e da dimensão social do desenvolvimento - questões fundamentais para um país como o nosso - a par com o decorrente de um reforço dos interesses dos países que são já hoje preponderantes na CEE - particularmente a RFA - e das transnacionais.

A definição de uma estratégia nacional de intervenção nas instituições comunitárias e de um projecto de desenvolvimento do país que tenham em conta o processo de integração nesta nova fase, que tenham na base um amplo e profundo debate nacional e que apontem para a defesa, nas comunidades, dos grandes objectivos e dos interesses de Portugal, apresentam-se, assim, não só como imprescendíveis, como urgentes.

A proximidade da realização da(s) conferência(s) intergovernamental(is) e, bem assim, de outras que a antecedem, exigem que, ao nível interno, se lance desde já um tal debate e que, definitivamente, termine a governamentalização de tão relevantes questões.

Por seu lado, a perspectiva de um avanço no sentido da União Política reclama, antes de mais, uma clarificação prévia e rigorosa da sua natureza, exige a supressão do «défice democrático» de que enfermam as instituições da CEE, nomedamente através de um reforço do poder de iniciativa legislativa e de controlo por parte do PE (em detrimento do poder concentrado noutras instituições comunitárias, em particular na Comissão) e impõe uma inequivoca defesa dos poderes dos Parlamentos nacionais.

Estas questões ganham, entretanto, maior relevância e exigem a maior ponderação num momento em que são dados passos no sentido da unificação alemã e em que é visivel o particular interesse com que a RFA «acompanha» a evolução nos restantes países de leste.

De tais situações e particularmente da unificação alemã resulta já uma concentração das atenções no norte e centro da Europa que pode traduzir-se também, a curto prazo, num desvio de meios para aquela região, para além dum significativo reforço do papel político e económico da RFA, o qual mais se fará sentir ainda com a integração monetária, dado o poder do marco.

Estes factos que tendem a romper um certo equilíbrio entre os países mais poderosos e mais desenvolvidos da Comunidade em benefício da RFA apontam, entretanto, para uma maior subalternização dos países do Sul e dos seus interesses, o que, no que nos respeita, se poderá traduzir quer numa acentuação da perificidade do país, quer mesmo numa pressão sobre as transferências financeiras previstas, face a uma repartição dos fundos rigidamente préfixados até 1993 por um mais alargado número de beneficiários.

Situação esta que exige a garantia expressa por parte da Comunidade de que não serão afectadas as transferências financeiras previstas para Portugal até finais de 1992 e, bem assim, uma rápida definição das perspectivas financeiras comunitárias a partir dessa data, que assegurem a satisfação dos nossos interesses como país periférico e de menor desenvolvimento; o que implica, por um lado, a necessidade de um forte poder negocial do Estado português e, por outro, e para além do mais, um reforço do Orçamento da Comunidade.

Na nossa actividade no Parlamento Europeu temos procurado acompanhar e intervir sobre todas estas questões, de forma permanente e consequente, orientados, antes de mais pela defesa intransigente dos interesses do nosso país e dos trabalhadores, mas sem que tal signifique uma menor atenção ao sentido das profundas alterações que vêm ocorrendo ou que se perspectivam e que ali têm sido objecto de debate permanente.

É fácil constatar, de resto, a nossa intervenção em praticamente todos os grandes debates que têm tido lugar no PE; intervenção que, em muitos casos se tem traduzido em resultados que podemos considerar positivos.

É este o caminho que continuaremos a trilhar, com o maior empenho, ligado à realidade do nosso país, procurando uma maior conjugação de esforços das forças políticas e sociais democráticas e progressistas dos Estados membros da CEE, que contrarie uma integração ao serviço das transnacionais e pugne por uma integração assente na coesão económica e social, no progresso social e na defesa do ambiente.

DOMINGOS LOPES

Problemas da paz e da guerra

Camaradas

O mundo dos nossos dias é simultaneamente **um todo único** e **contraditório** nas suas diferentes formações. É um mundo muito melhor do que era no início do século. Se é certo que o homem da Grécia Antiga se preocupava em se diferenciar dos Bárbaros por estudar filosofia, matemática e por fazer ginástica; se esses problemas são ainda hoje centro do universo humano, não é menos verdade que só por via da memória colectiva, alçamos do fundo do tempo os gemidos dos escravos e dos servos da gleba, os gritos dos homens e mulheres queimados nas fogueiras da inquisição. Este próprio século XX, em que vivemos, fica marcado por revoluções socialistas e pelo fim do sistema colonial. A marcha do homem é ascendente; o que não significa ser linear; é feita de saltos, de solavancos, de tragédias e de venturas. Essa marcha fez surgir novos problemas que exigem respostas novas. O planeta tornou-se mais pequeno e o homem abraçou-o, tornando-o casa sua.

A corrida aos armamentos e a ameaça que ela comporta de destruição da civilização humana, os riscos de uma catástrofe ecológica decorrentes de um desenvolvimento tecnológico selvagem, ou de uma exploração irracional dos recursos naturais, o endividamento e a miséria crescente do 3º Mundo particularmente na vertente das consequências económicas, sociais e demográficas, exigem soluções que não podem ser encontradas por cada sistema por si.

A interdependência é um dado da nossa civilização, inscreve-se na lógica da chamada mundialização da economia e do desenvolvimento prodigiosos da ciência e da técnica e dos meios modernos da comunicação e da informação.

A interacção actual e futura entre as diferentes formações, dentro do todo único que é o mundo, deverá contribuir para estabelecer um quadro dentro do qual actuará a luta dos contrários. E sendo absolutamente certo que são os homens que fazem a história, não é menos certo que ela é feita em circunstâncias muito concretas, daí que a sua acção deva ser lúcida e não cega, o que significa ser artífice de outras condições mais favoráveis à luta dos trabalhadores e dos povos.

Defender a paz é um objectivo supremo para defender a Humanidade. Na luta por este objectivo desaparecem as fronteiras. Mas não lutamos nem defendemos a paz num qualquer local etéreo, onde só os pássaros cantam... Vivemos em sociedades onde as relações sociais estão minadas por antagonismos de classes. Então não haverá contradição entre lutar pela defesa da humanidade, aliar-se a todas as classes interessadas, e combater no próprio país classes dessa coligação mais vasta? A contradição é meramente aparente, na medida em que o quadro das lutas em cada país sendo determinado pela correlação a nível mundial, é também um elemento que influencia essa correlação a nível mundial. A paz é o resultado das grandes vitórias dos trabalhadores e dos povos ao longo deste século, e muitas destas vitórias assentam também em avanços no clima de desanuviamento e da paz.

A classe operária e o conjunto dos trabalhadores ao libertarem-se da exploração capitalista, criam condições para a libertação de toda a Humanidade. Os interesses da burguesia, baseados no lucro e na extracção da mais valia, são egoístas e mesquinhos e não visam a libertação do homem.

A sobrevivência da Humanidade está ameaçada porque a louca e absurda corrida aos armamentos nucleares desencadeada pelo imperialismo, de que é exemplo actual e gritante a militarização do Cosmos, levou o nosso Planeta à beira do precipício nuclear. Para reduzir e mais tarde anular este perigo é necessário **combater, negociar, alcançar** compromissos. Simplesmente o avanço por este **caminho depende em grande medida da correlação de forças entre os sistemas sociais e dentro de cada país.**

Este caminho exige porém consciência clara de onde provêm os perigos. Eles resultam da natureza agressiva e expansionista do imperialismo. Resultam do imperialismo não respeitar as opções soberanas dos povos como o atestam a criminosa invasão do Panamá, o vergonhoso apoio à UNITA em Angola, aos «contras» na Nicarágua, aos contra-revolucionários do Afeganistão desrespeitando os Acordos de Genebra entre os EUA a URSS e o Paquistão. Resultam de tentativas de querer tirar partido da situação de crise nos países socialistas ingerindo-se nos assuntos internos; querendo alargar a área de influência da NATO à RDA e opondo-se a ideia da gradual dissolução dos dois blocos político-militares.

O **peso do imperialismno** vai inteiro para o lado da pior reacção no Afeganistão, em Angola, na África Austral, na América Central, na Península da Coreia e no Médio Oriente. Lutamos por soluções políticas dos conflitos regionais necessariamente implicando compromissos que respeitem a livre opção dos povos, que mantenham perspectivas libertadoras, e que não enterrem décadas de luta. No mundo do capitalismo este continua a nutrir-se de uma obsessiva paixão pela engenharia da morte e pelo militarismo. Ainda é actual a célebre expressão do socialista francês Jean Jaurès que o capitalismo transporta a guerra como a nuvem a chuva. As leis económicas do capitalismo não mudaram no essencial; o que mudou em luta tenaz contra o capitalismo foi o mundo. Sem dúvida que não há simbiose total entre o Estado capitalista e os complexos militares-industriais. Diferentes grupos monopolistas rivalizam entre si; o que faz com que a política possa ser variada permitindo chegar a acordos e compromissos no plano da defesa da paz.

A existência de países socialistas e a conquista da paridade político-militar foi a garantia maior nestas décadas para a salvaguarda da paz.

Valorizamos altamente as propostas da URSS particularmente a que foi apresentada por Mikaíl Gorbachov de liquidação das armas nucleares até ao ano 2000. Valorizamos o contributo da perestroika para sanear o clima mundial. E valorizamos o contributo de todas as forças políticas, comunistas, socialistas, sociais-democratas, democratas, liberais, verdes, de inspiração religiosa, que se insiram nessa grandiosa luta pela defesa da paz. Valorizamos a luta dos trabalhadores e povos como contribuição para este nobre objectivo.

Sendo o Partido que mais se tem batido ao longo de toda a sua existência pela paz e contra a guerra, tem também consciência que há ainda muito mais a fazer. **Devemos, temos** de dar maior atenção à luta pela defesa da paz.

Aproveitamos o Congresso para lançar um apelo aos delegados para por seu intermédio mobilizarem o Partido e mobilizarem o povo português na luta pela defesa da paz, que equivale a dizer mobilizar contra a política de cego seguidismo do governo em relação ao imperialismo dos EUA. **Portugal deve ser dos portugueses para servir o povo e os portugueses.**

Queremos um mundo limpo, equilibrado, saudável. Compreendemos que se anuncie o céu depois da morte; mas nós queremos que a Terra se torne céu, que ao homem seja dado viver melhor, que à Natureza se reserve o seu fim natural.

O buraco do ozono que se formou por sobre o Antártico, os danos incalculáveis que podem provocar as radiações espaciais, a delapidação dos recursos naturais são problemas de toda a Humanidade. Como afirmamos nas Teses não podemos deixar às gerações vindouras um Planeta exausto, falido e a caminho da morte.

A poluição, os desequilíbrios gravíssimos na relação homem natureza, são problemas que mobilizam hoje a generosidade dos jovens, das mulheres e dos homens.

O partido da classe operária e dos trabalhadores tem de se empenhar mais no estudo desta problemática para que actue com lucidez, e para que das suas propostas **nasçam convergências, alianças, unidades que tornem acção todo o potencial que encerra o ataque a estes problemas.**

Devemos, nós comunistas, cuja cor é o vermelho, ser os mais verdes, nunca deixando de ser_vermelhos. Vermelho é vida, verde é esperança, e a vida sem esperança não é vida. Por isso somos comunistas, com todas as esperanças no amanhã. Um homem, sem esperança, é um homem morto, e um partido sem esperança não é o que deve ser um partido comunista. O PCP, partido dos trabalhadores, está pronto para lutar com todos as portuguesas e com todos os portugueses por um mundo de esperança, de paz, justo, mais equilibrado, onde os homens se relacionam entre si e com a natureza de modo harmonioso.

Pontos Cardeais

O namoro

O PSD mandou-lhe uma carta, num canto sim noutro canto não.
O PS disse que não. A proposta chumbou e a burla eleitoral vai andar perdida no monte até nova dança parlamentar. Sim, porque Cavaco não vai desistir de «aperfeiçoar» o nosso tão «injusto» sistema eleitoral, que o não era quando lhe deu a maioria, mas que agora deixou de poder expressar a «verdadeira» vontade popular, já que esta sem adjectivos o quer pôr no olho da rua.
Garantia na Assembleia da República o ministro da Administração Interna, ao explicar inocentemente as nobres razões da proposta de lei, que não foram feitas «contas» nem «estudos» e que eram injustíssimas as obscuras intenções de que a oposição acusa os proponentes. No fundo, para o ministro, tratou-se de um mal-entendido, que, como quem diz na volta cá te espero, arrematou aceitando prosaicamente que «o PS tenha alguma dificuldade em acompanhar esta inquietante busca de novos caminhos de aproximação e de serviço aos homens», lançando prontamente o engodo aos quadros que sabe aquele partido ter «suficientemente qualificados para compreender a justeza e a oportunidade» daquela proposta.
Contudo, como as fraquezas não fazem vitórias, o membro do Governo, terminaria qualificando as razões da rejeição de «teimosias pessoais» e *muito democraticamente* ameaçou não se quedar «enquanto não forem introduzidas as modificações necessárias». É claro, tudo ao serviço do Povo e da Pátria.

Policial à portuguesa

O caso «Ministério da Saúde» continua a dar que falar e cada vez se parece mais com um romance policial. Agora veio a «Público» mais uma achega: afinal, o principal alvo seria desde o início o ex-secretário de Estado da Saúde de Leonor Beleza, o seráfico Costa Freire. O cujo, segundo as mesmas fontes, utilizou na construção da sua *modesta* casinha de Cascais materiais de construção debitados nas despesas do Ministério da Saúde. A informação terá sido dada por um empreiteiro incluído no processo levantado pelo Ministério Público, que também já terá inscrito nos autos umas portas blindadas a débito dos aparentemente inesgotáveis fundos da Saúde para fins que não a dita, aos bons serviços do mano da ex-ministra.
O qual, por seu turno, continua em parte incerta mas sem a Interpol nos calcanhares porque a PJ portuguesa está convencida de que tal personagem ainda se encontra no País. Pelo meio deste intricado processo há ainda um jantar que senta à mesa Leonor Beleza e o director-geral da Polícia Judiciária encarregue do caso, ao que consta para falar de caça; desconhece-se de que espécies. O certo é que foi depois do repasto que se soube que o mano Beleza «levantou voo» para algures, o melhor lugar para se estar quando se anda a contas com a justiça. Tal e qual como nos romances. Só nos falta um inspector Maigret ou um Poirot para pôr tudo em pratos limpos.

São pedras e rolam

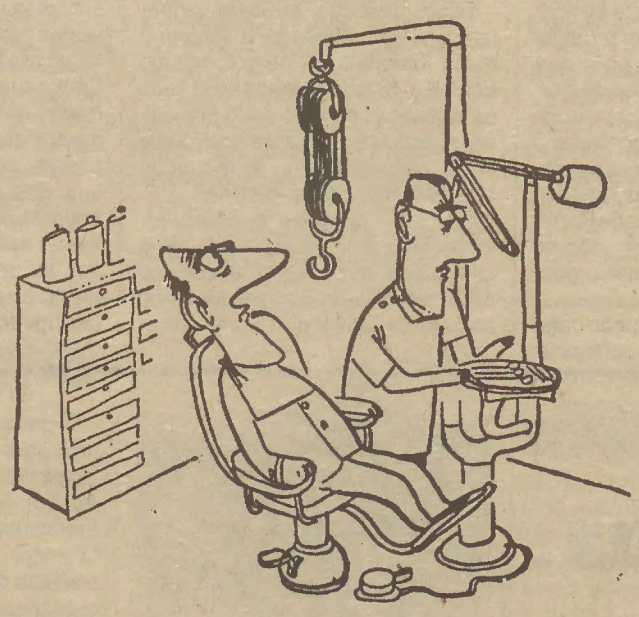
Uns dizem que são mal criados. Outros compram os bilhetes.

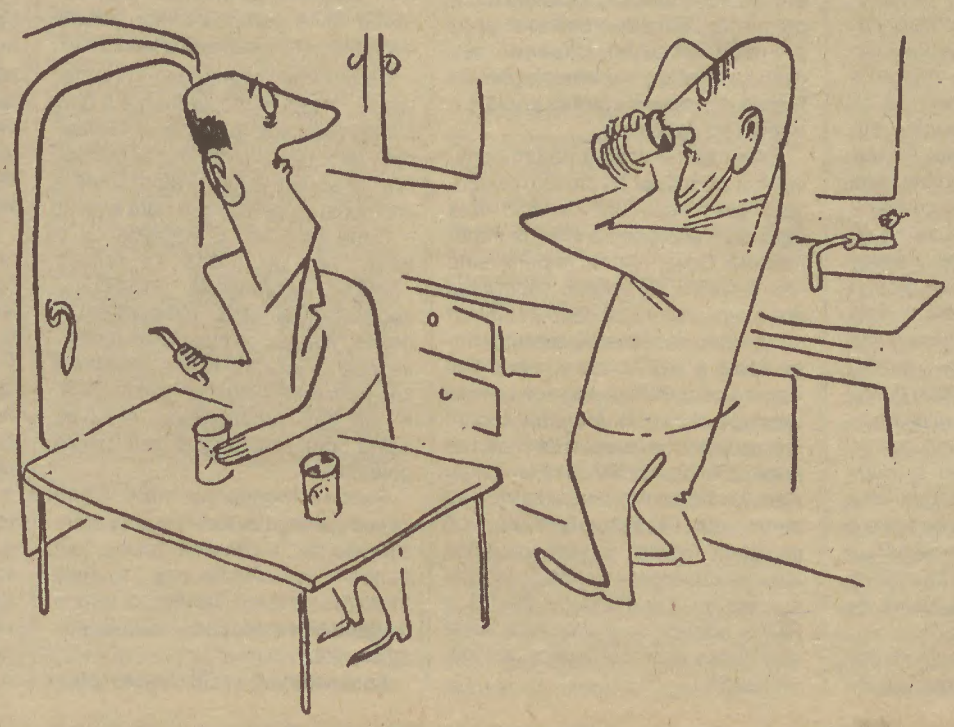
Aos contos de réis. E não se importam de serem apalpados e de esperarem longas horas antes de entrarem no recinto. Para ver a música. Mesmo sem saberem se a música vai tocar, já que a ameaça de não haver sequer uma nota para ninguém não impediu que milhares de bilhetes tenham sido avidamente comprados.
Antes do espectáculo, disse-se mais mal do que bem.
No entanto, os matutinos, os vespertinos e os semanários não deixarem de alinhar quase todos pela mesma pauta e escreverem a mesma música. Vêm aí os Rolling Stones.

Não tinham mais nada para escrever. O mundo parou em Portugal. Desde as vacas loucas, que a Inglaterra não nos tinha mandado nada de tão importante. Ou pelo menos de tão caro...

E rolando foram caindo

Cara, aliás, foi a produção do espectáculo, com a construção de camarins exoticamente *especiais*, de palmeiras, sofás às cores, mesas de bilhar, *jukeboxes* e muitos eteceteras que ao longo da semana a imprensa foi dando conta, como deu conta de um facto: os Stones progamaram 25 canções mais um **(único)** *encore* para o espectáculo de Domingo. Fazendo as contas ao *cachet* da banda, tal significaria cerca de 10 mil contos por canção, ou seja, quarenta mil escudos por segundo.
Talvez não fosse de mais (!?) para a *melhor banda de rock'n roll do mundo.*
Talvez...
Será até (ó ironia laranjinha!) um *cachet* digno de um país **realmente** europeu.
Poder ver um espectáculo dos Stones em Portugal foi um sonho alimentado durante bastante tempo.
Foi importante.
Para lá da importância da banda.
Por haver uma importância que **ultrapassa** a banda...
Tudo isto é verdade, mas...
O sonho passou! Se dão licença, deixem-nos lá perguntar: acham que valeu a pena?





Gazetilha

por Ignotus Sum

O soneto das vacas

Complicações na Europa não são poucas.
Gritam os sócios da Comunidade
e na refrega ardente da amizade
tombam calções, sapatos, luvas, toucas...

O problema real das «vacas loucas»
é, entre eles, a grande novidade.
A Inglaterra a pedir serenidade
e os outros a fazer orelhas moucas...

Na CEE, tão cheia de «barracas»
loucas, loucas não estão somente as vacas
pois os interesses não aceitam rolha.

Por que às vezes são gordas as vaquinhas
outras porque são loucas, coitadinhas,
tudo é motivo para andar à trolha...

Mas as crianças!

No Dia do Ambiente
o Cavaco sorridente
para esquecer desatinos
foi por aí passear
deixou-se fotografar
rodeado de meninos.

De Cavaco o ar feroz
que nos lixe a festa a nós
tirando o brilho e a cor
que às nossas almas se estende,
isso a nós inda se entende.
Mas às crianças, Senhor?...

Castigo?

O mal — ninguém se ilude —
é mais do que se pensa.
Viveu o Ministério da Saúde
na peste e na doença...

Tudo o que vem à corrupção
é peixe.
E quanto mais se mexe
mais a história cheira mal até mais não...

Tudo sob o manto
protector
do suave encanto
da Leonor
que desce no governo, já se vê,
para subir... no PSD...

De mim para mim digo
que a coisa só se entende por castigo...

Rico de podre

Vai um milhão para aqui
vai um milhão para ali
um milhão para a titi
um milhão para a Mimi
vai outro para o Bibi
outro pra quem faz cri-cri
outro para o javali

e o governo de Cavaco
milhão a milhão mais fraco
a fazer haraquiri...

Oxalá!

Os sete municípios da grande Lisboa
estão agora, finalmente, numa boa.

Agora vão os sete, de verdade,
tratar a sério do lixo da cidade.

A obra realmente é colossal.
Com tanta porcaria, até é natural.

Quem sabe se, para alegria nossa,
vai o governo de Cavaco na carroça...

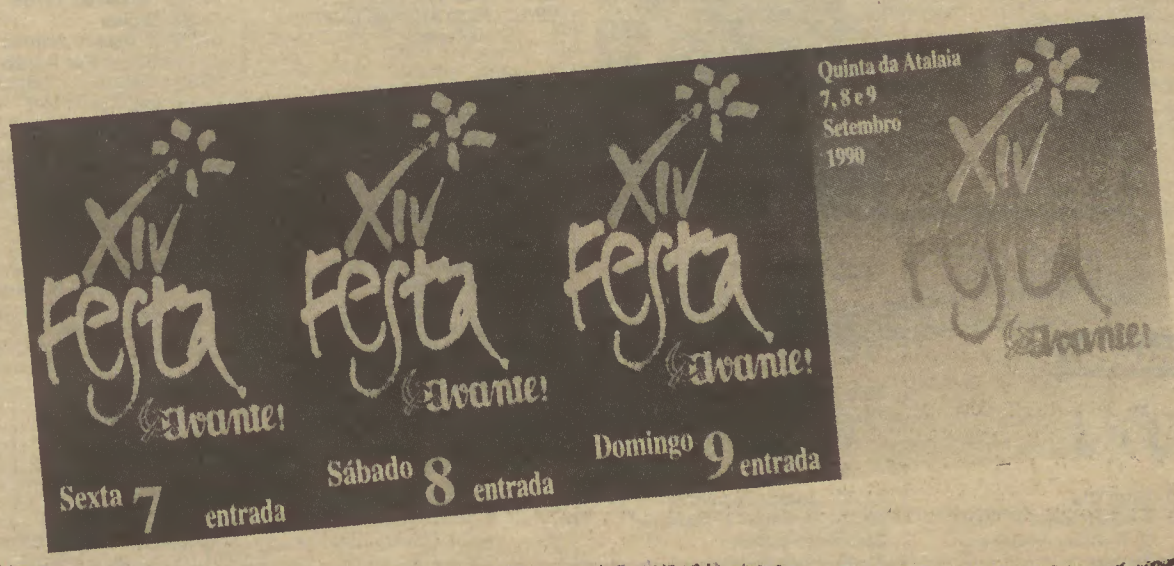
Agenda

Avante!

Ano 60 – Série VII
N.º 860
12 de Junho de 1990
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

XIV Festa Avante!

- **As jornadas de trabalho na Atalaia já começaram!**
- **Já atingimos 50 mil contos. A campanha continua!**
- **... e a EP já está à venda!**



TV O Programa

Terça 12

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**
12.05 - **A Gata Comeu**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Dallas**
14.15 - **O Mundo Animal**
14.45 - **Ponto Por Ponto**
15.45 - **Campeonato do Mundo de Futebol** - Bélgica-Coreia do Sul
17.50 - **Brinca Brincando**
18.35 - **O Sítio do Picapau Amarelo**
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Vale Tudo**
21.15 - **Crónica do Crime** (34º epis.)
22.15 - **Marchas Populares de Lisboa**
01.00 - **24 Horas**
01.35 - **Cartas de Humor**

RTP2

14.00 - **Primeiro Jornal**
14.15 - **Espaço Infantil**
14.30 - **Filhos e Filhas**
15.00 - **Agora,Escolha!**
16.20 - **Os Novos Caça-Fantasmas** (31º epis.)
16.45 - **O Mar e as Superstições**
17.10 - **O Homem na Margem** (10º epis.)
18.10 - **Telemercado**
18.25 - **O Meu Pé de Laranja Lima**
19.05 - **Espaço Infantil**
19.30 - **Via Rápida**
19.45 - **Campeonato do Mundo de Futebol** - Holanda-Egipto
22.00 - **Jornal das Nove**
22.30 - **Cinemagazine**
22.50 - **Cinemadois** - «O Caçador», real. Michael Cimino (EUA/1978, 183 min.)

Quarta 13

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**
12.05 - **A Gata Comeu**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Clínica Geral** (13º epis.)
14.20 - **O Mundo Animal**
14.45 - **O Carro da Estrela** - (Quem é) António Lopes Ribeiro
15.45 - **Campeonato do Mundo de Futebol** - Uruguai-Espanha
17.50 - **Brinca Brincando**
18.30 - **O Sítio do Picapau Amarelo**
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Vale Tudo**
21.15 - **Vamos Jogar no Totobola**
21.35 - **Lotação Esgotada** - «Class», real. Lewis John Carlino (EUA/1983, 94 min.)
23.40 - **24 Horas**
00.15 - **Remate**

RTP2

14.00 - **Primeiro Jornal**
14.15 - **Espaço Infantil**
14.35 - **Filhos e Filhas**
15.00 - **Agora, Escolha!**
16.35 - **O Liceu Degrassi** (9º epis.)
17.25 - **Os 3 Pastorinhos** (4º epis.)
18.15 - **Telemercado**
18.30 - **O Meu Pé de Laranja Lima**
19.05 - **Espaço Infantil**
19.30 - **Via Rápida**
19.45 - **Campeonato do Mundo de Futebol** - Argentina-URSS
22.00 - **Jornal das Nove**
22.30 - **Lenine...O Comboio** (2º epis.)
23.20 - **Auto de Santo António**
00.15 - **Tina Turner no Rio de Janeiro**

Quinta 14

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez** (inclui «O Sítio do Picapau Amarelo»)
11.00 - **Missa**
12.05 - **A Gata Comeu** (26º epis.)
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Um Anjo na Terra** (46º epis.)
14.15 - **O Mundo Animal** (77º epis.)
14.45 - **Ponto Por Ponto**
15.45 - **Campeonato do Mundo de Futebol** - Jugoslávia-Colômbia
17.50 - **Brinca Brincando**
18.30 - **O Sítio do Picapau Amarelo** (28º epis.)
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Vale Tudo** (134º epis.)
21.25 - **Um Espião no Purgatório** (3º epis.)
22.20 - **Os Soviéticos** (série, 1º epis.)
23.15 - **Murphy Brown** (9º epis.)
23.40 - **24 Horas**
00.15 - **Remate**

RTP2

14.00 - **Primeiro Jornal**
14.15 - **Espaço Infantil**
14.45 - **Filhos e Filhas** (490º epis.)
15.10 - **Agora, Escolha!**
16.30 - **Os Centuriões** (11º epis.)
17.10 - **Retratos da Madeira** (3º epis.)
17.25 - **Os Desafios da Lei** (11º epis.)
18.05 - **Telemercado**
18.20 - **Meu Pé de Laranja Lima** (111º epis.)
19.00 - **Espaço Infantil**
19.30 - **Via Rápida**
19.45 - **Campeonato do Mundo de Futebol** - Itália-EUA
22.00 - **Jornal das Nove**
22.30 - **Emoções** (21º. epis.)
23.00 - **Sinais do Tempo**
24.00 - **Quinta Dimensão** (27º epis.)

Sexta 15

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**
12.05 - **A Gata Comeu**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Gloss** (49º epis.)
14.20 - **O Mundo Animal**
14.45 - **Ponto Por Ponto**
15.45 - **Campeonato do Mundo de Futebol** - Áustria-Checoslováquia
17.50 - **Brinca Brincando**
18.30 - **O Sítio do Picapau Amarelo**
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Vale Tudo**
21.15 - **Miller e Mueller** (3º. epis.)
22.15 - **O Rosto da Notícia**
23.20 - **Chefe, Mas Pouco** (44º epis.)
23.50 - **24 Horas**
00.25 - **Remate**
00.40 - **Pela Noite Dentro** - «Os Caminhos da Liberdade», real. Ralph Nelson (GBr/1974, 101 min.)

RTP2

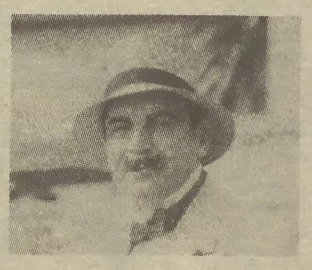
14.00 - **Primeiro Jornal**
14.15 - **Espaço Infantil**
14.45 - **Filhos e Filhas**
15.10 - **Agora, Escolha!**
16.35 - **Heróis** (7º epis.)

17.00 - **Bucha e Estica** (10º epis.)
17.25 - **Magazine Musical**
17.55 - **Telemercado**
18.20 - **O Meu Pé de Laranja Lima**
19.00 - **Espaço Infantil**
19.30 - **Via Rápida**
19.45 - **Campeonato do Mundo de Futebol** - RFA-Emir. Árabes
22.00 - **Jornal das Nove**
22.30 - **D. Beija** (37º epis.)
24.00 - **Rotações**
21.00 - **Haja Música**

Sábado 16

RTP1

09.00 - **TV Rural**
09.25 - **Meu Querido Sábado**
12.30 - **Grandes Tormentos** (19º epis.)
13.00 - **Notícias**
13.10 - **Saga da Canção Francesa** - George Brassens
14.05 - **Parlamento**
14.35 - **O Barco do Amor** (5º epis.)
15.30 - **Vivamúsica**
16.10 - **Sessão da Tarde** - «Um Homem e a sua História», real. Albert Finney (GBr/1967, 85 min.)
17.50 - **Viagem Infinita** (8º epis.)
19.00 . **Jornal de Sábado**
19.40 - **Totoloto**
19.50 - **Campeonato do Mundo de Futebol** - Inglaterra-Holanda



22.10 - **Poirot** (4º epis.)
23.15 - **Notícias**
23.20 - **Cinema da Meia Noite** - «Testemunha de um Crime», real. Brian de Palma (EUA/1984, 115 min.)

RTP2

09.00 - **Universidade Aberta**
10.55 - **Caminhos**
11.25 - **Zona Jazz**
12.25 - **Telemercado**
12.55 - **Tauromaquia**
13.30 - **Cine-Sábado** - «O Grande Golpe», real. Peter Yates (EUA, 101 min.)
15.20 - **Fora de Horas**
15.45 - **Campeonato do Mundo de Futebol** - Brasil-Costa Rica
18.00 - **A Terra da Relva Azul** (2º epis.)
19.00 - **Primeiro Jornal**
19.10 - **Arca de Noé**
20.00 - **A Sombra da Cobra** (série, 1º epis.)
21.30 - **Tourada**
23.00 - **Compacto «O Meu Pé de Laranja Lima»**

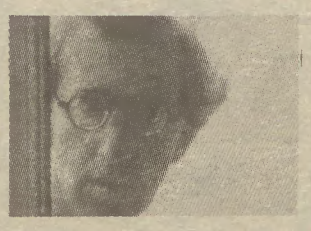
Domingo 17

RTP1

09.00 - **Domingão**
11.30 - **Missa**
13.00 - **Notícias**
13.10 - **Terra 90** -«As Crianças e o Meio Ambiente»
15.15 - **Primeira Matinée** - «Uma Mulher no Cimento», real. (EUA/1968, 89 min.)
16.55 - **Concurso 1, 2, 3**
18.50 - **McGyver** (38º epis.)
19.50 - **Campeonato do Mundo de Futebol** - Bélgica-Uruguai
22.05 - **Jornal de Domingo**
22.40 - **Querido John**
23.10 - **Para Além da Guerra** (12º epis.)

RTP2

09.00 - **Música n'América**
09.50 - **Sobrevivência** (8º epis.)
10.45 - **Novos Horizontes**
11.05 - **Zircus**
12.10 - **Espaço Infantil**
13.30 - **Simone/90**
15.45 - **Campeonato do Mundo de Futebol** - Irlanda-Egipto
18.00 - **Itália/90** (série)
19.00 - **Primeiro Jornal**
19.15 - **Em Busca da Memória** (10º epis.)
19.40 - **A Bela e o Monstro** (10º epis.)
20.25 - **Cineclube** - «Almas em Fúria», real. Anthony Mann (EUA/1950, 105 min.)



22.00 - **Artes e Letras** - «Woody Allen, o Sr. Manhattan»
23.00 - **Lusitânia Expresso**

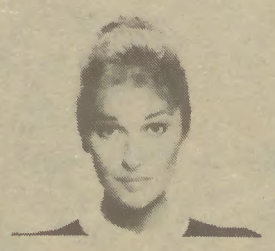
Segunda 18

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**
12.05 - **A Gata Comeu**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **A Rota de Howard**
14.20 - **O Mundo Animal**
14.45 - **Ponto Por Ponto**
15.45 - **Matinée** - «O Feiticeiro de Oz», real. Victor Fleming (EUA/1939, 99 min.)
17.25 - **Brinca Brincando**
18.25 - **O Sítio do Picapau Amarelo**
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
20.00 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Vale Tudo**
21.15 - **Clube dos Subscritores**
21.45 - **Da Rádio à TV**
22.15 - **Nos Bastidores da Notícia** (2º epis.)
23.10 - **24 Horas**
23.45 - **Remate**

RTP2

14.00 - **Primeiro Jornal**
14.15 - **Espaço Infantil**
14.45 - **Filhos e Filhas**
15.10 - **Agora, Escolha!**
16.30 - **Batalha pelo Planeta** (5º epis.)



17.00 - **A Irmã Kate** (3º epis.)
17.20 - **Ver ou não ver...Os Museus de Portugal** - O Museu da Água
18.20 - **Telemercado**
18.35 - **O Meu Pé de Laranja Lima**
19.05 - **Espaço Infantil**
19.45 - **Campeonato do Mundo de Futebol** - Argentina-Roménia
22.00 - **Jornal da Nove**
22.30 - **Ópera** - «A Voz Humana», versão para TV da peça de Jean Cocteau com música de Poulenc. Intérpretes: soprano Helena Vieira, actor Rui Mendes. Realização: Oliveira Costa.

Terça 19

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**
12.05 - **A Gata Comeu**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Dallas**
14.15 - **O Mundo Animal**
14.45 - **Ponto Por Ponto**
15.30 - **Matinée** - «A Batalha de Trafalgar», real. Alexander Korda (GBr/1941, 128 min)
17.30 - **Brinca Brincando**
18.30 - **O Sítio do Picapau Amarelo**
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
19.55 - **Campeonato do Mundo de Futebol** - Itália-Checoslováquia
21.45 - **Vale Tudo**
22.45 - **Crónica do Crime** (35º epis.)
23.40 - **24 Horas**
00.10 - **Remate**

RTP2

14.00 - **Primeiro Jornal**
14.15 - **Espaço Infantil**
14.45 - **Filhos e Filhas**
15.40 - **Campeonato do Mundo de Futebol** - RFA-Colômbia
18.20 - **Telemercado**
18.30 - **O Meu Pé de Laranja Lima**
19.10 - **Espaço Infantil**
19.50 - **Via Rápida**
20.00 - **Clássicos da TV** - «Kung Fu»
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **Cinemagazine**
22.00 - **Cinemadois** - «Ana e as suas Irmãs», real. Woody Allen (EUA/1986, 105 min.)

Quarta 20

RTP1

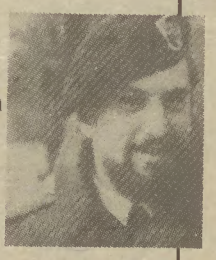
09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**
12.05 - **A Gata Comeu**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Clínica Geral** (14º epis.)
14.20 - **O Mundo Animal**
14.45 - **Ponto Por Ponto**
15.50 - **Matinée** - «Suprema Decisão», real. Fritz Lang (EUA/1944, 99 min.)
17.30 - **Brinca Brincando**
18.30 - **O Sítio do Picapau Amarelo**
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Vale Tudo**
21.15 - **Vamos Jogar no Totobola**
21.35 - **Lotação Esgotada** - «O Último Fôlego», real. Jim McBride (EUA/1983, 100 min.)
23.30 - **24 Horas**
00.00 - **Remate**

RTP2

14.00 - **Primeiro Jornal**
14.15 - **Espaço Infantil**
14.35 - **Filhos e Filhas**
15.00 - **Agora, Escolha!**
16.45 - **O Liceu Degrassi** (10º epis.)
17.15 - **O Menino Doutor** (5º epis.)
17.40 - **Os Três Pastorinhos** (6º epis.)
18.15 - **Telemercado**
18.30 - **O Meu Pé de Laranja Lima**
19.05 - **Espaço Infantil**
19.30 - **Via Rápida**
19.45 - **Campeonato do Mundo de Futebol** - Brasil-Escócia
22.00 - **Jornal das Nove**
22.30 - **Lenine...O Comboio** (3º epis.)
23.20 - **Os Alemães na 2ª Guerra Mundial** (últº epis.)

Campeonato do Mundo de Futebol Jogos na TV

Terça
15.45, RTP-1 - **Bélgica-Coreia do Sul**
19.50, RTP-2 - **Holanda-Egipto**
Quarta
15.45, RTP-1 - **Uruguai-Espanha**
19.50, RTP-2 - **Argentina-URSS**
Quinta
15.45, RTP-1 - **Jugoslávia-Colômbia**
19.50, RTP-2 - **Itália-EUA**
Sexta
15.45, RTP-1 - **Áustria-Checoslováquia**
19.50, RTP-2 - **RFA-Emiratos Árabes**
Sábado
15.45, RTP-2 - **Brasil-Costa Rica**
19.50, RTP-1 - **Inglaterra-Holanda**
Domingo
15.45, RTP-2 - **Irlanda-Egipto**
19.50, RTP-1 - **Bélgica-Uruguai**
Segunda
19.50, RTP-2 - **Argentina-Roménia**
Terça
15.45, RTP-2 - **RFA-Colômbia**
19.50, RTP-1 - **Itália-Checoslováquia**
Quarta
19.50, RTP-2 - **Brasil-Escócia**



Filmes

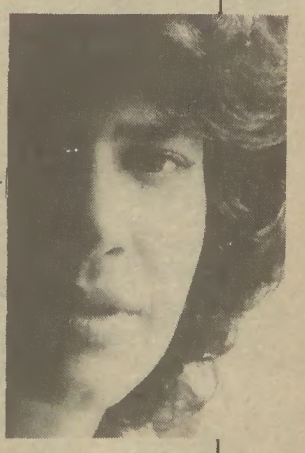
«O Caçador» - 3ª, 22.50, RTP-2
«Classe» - 4ª, 21.35, RTP-1
«Os Caminhos da Liberdade» - 6ª, 00.40, RTP-1
«Um Homem e a sua História» - sáb., 16.10, RTP-1
«Testemunha de um Crime» - sáb., 23.10, RTP-1
«Uma Mulher no Cimento» - dom., 15.15, RTP-1
«Almas em Fúria» - dom., 20.25, RTP-2
«Ana e as suas Irmãs» - 3ª, 22.00, RTP-2
«O Último Fôlego» - 4ª, 21.35,RTP-1

Ópera

«A Voz Humana» - 2ª, 22.30, RTP-2

Música

Terça
22.15, RTP-1: **Marchas Populares de Lisboa**
Quarta
00.15, RTP-2: **Tina Turner no Rio**
Quinta
19.30, RTP-2: **Via Rápida**
Sexta
17.25, RTP-2: **Magazine Musical**
19.30, RTP-2: **Via Rápida**
01.00, RTP-2: **Haja Música**
Sábado
11.25, RTP-2: **Zona Jazz**
13.10, RTP-1: **Canção Francesa** - George Brassens
15.25, RTP-1: **Vivamúsica**
Domingo
09.00, RTP-2: **Música n'América**
13.30, RTP-2: **Simone**
Terça
19.50, RTP-2: **Via Rápida**
Quarta
19.30, RTP-2: **Via Rápida**



Desporto

Remate - RTP-1, 5ª (00.15), 6ª (00.25), 2ª (23.45), 3ª (00.10), 4ª (00.00)
Domingo Desportivo - RTP-1, 19.50

Cinema

A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Caçador Branco, Coração Negro	—	—	—	★★★★
B	Cinema Paraíso	★★★	★★★	★★★	★★★
C	O Cozinheiro, o Ladrão, a Sua Mulher e o Amante Dela	★★★★	★★★★	★★★★	★★★
D	Crimes e Escapadelas	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
E	Sempre	—	★★★★	★★★	★★★
F	Sonhos	★★★★★	★★★★★	—	★★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Clint Eastwood – **Amoreiras/7** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) – **King Triplex/1** (14, 16.30, 19, 21.30) – **Nimas** (14, 16.30, 19, 21.30) – **Quarteto/1** (14.15, 16.30, 19, 21.45, 24) – **Terminal** (13, 15, 17, 19, 21.30) – **Lisboa**.

B — Real. Giuseppe Tornatore – **Plaza/1** (14.00, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45) – **Lisboa**.

C — Real. Peter Greenaway – **Forum/2** (14.00, 16.30, 19.15, 22.00); **Quarteto/4** (14.15, 16.30, 19.00, 21.45, 24.00) — **Lisboa**

D — Real. Woody Allen — **Quarteto/3** (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — **Lisboa.**

E — Real. Steven Spielberg — **Alfa/2** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); **Amoreiras/8** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24) — **Lisboa.**

F — Real. Akira Kurosawa — **Apolo 70** (14, 16.30, 19, 21.30) – **Londres**)14, 16.30, 19, 21.30) – **Quarteto/2** (14.30, 17, 19.30, 21.45, 24) — **Lisboa**.

Teatro

O Cartaz

LISBOA

Casa da Comédia, Rua S. Francisco Borja, 24. De 3ª a dom. às 21.30. **Teatro, Doce Teatro**, de Radzinsky, encen. Fernando Heitor.

Chapitô, Rua da Costa do Castelo, 7. 5ª, 6ª e sáb. às 21.30. **Klássikus Kabaret**, texto e encen. de Fernando Gomes.

Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a 6ª às 21.30. **O Baile**, encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

Clube Estefânia, R. Alexandre Braga, 24. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.30. **Inimigos**, de Nigel Williams, encen. José Wallenstein.

Comuna, Pr. de Espanha. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. *Sala Nova* - **O Estrangeiro em Casa**, de Richard Demarcy, encen. João Mota. *Sala Um* - **Um Eléctrico Chamado Desejo**, de Tennessee Williams, encen. João Mota.

Primeiro Acto, Rua Eduardo Augusto Pedroso (Algés). De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 17. **As Pulgas**, de Cunha de Leiradella, encen. Miguel Menezes, pelo Grupo Persona.

Teatro Aberto, Pç. Espanha. De 5ª a sáb. às 21.45, dom. às 16. **Na Solidão dos Campos de Algodão**, de Bernard-Marie Koltés, enc. João Lourenço, pelo Novo Grupo.

Teatro do Bairro Alto, Rua Tenente Raul Cascais. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Um Poeta Afinado**, de Manuel de Figueiredo (séc. XVIII), encen. Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro da Graça, Trav. S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16. **Cenas da Vida de Benilde**, de José Régio, encen. Jorge Listopad.

Teatro Ibérico, Rua de Xabregas, 54. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **O Fim**, de António Patrício, enc. Xosé Blanco Gil.

Teatro Maizum, R. Poiais de S. Bento, 75. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Rei e a Rosa**, de Filipe Petronilho, encen. Silvina Pereira.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 3ª a 5ª às 21, 6ª e sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 15 e às 18. **A Severa**, de Júlio Dantas, enc. Nicolau Breyner.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23. **Vitória! Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

Teatro Nacional D. Maria II, Rossio. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **A Terceira Margem do Rio**, adapt. do texto de João Guimarães, encen. João Brites.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Os Meninos à Roda da Mamã**, enc. Francisco Nicholson.

ALMADA

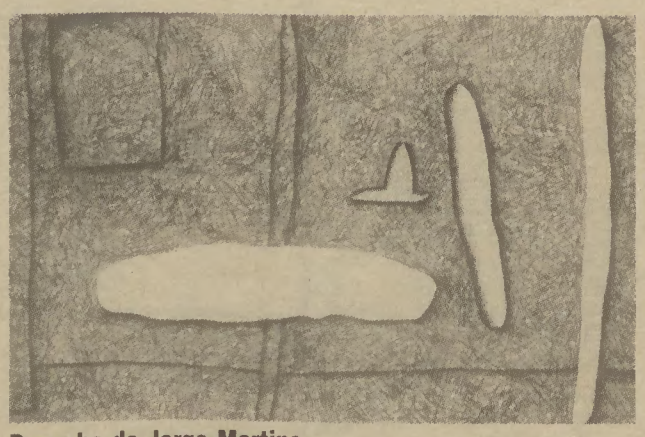
Teatro Municipal, Rua Conde Ferreira. De 3ª a dom. às 21.45, sáb. também às 16.00. **Felicidade e Erva Doce**, de Peter Shaffer, encenação de Joaquim Benite, pelo Teatro de Almada/Grupo de Campolide.

Para crianças

LISBOA

TIL, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16. **Feliz Aniversário**, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL.

Exposições



Desenho de Jorge Martins

LISBOA

Abílio Febra - Escultura. Galeria de Santa Justa, Rua de Santa Justa, 93, 2º. De 2ª a 6ª das 15 às 20 (até 29/6)

Arte Contemporânea de Moçambique - colectiva. Galeria Barata, Av. de Roma, 11-A

Artistas Contemporâneos de Macau - Pintura. Fundação Gulbenkian, Av. Berna. Das 10.00 às 17; à 4ª e sáb. das 14.00 às 19.30; encerra à 2ª (até 17/6)

No Centenário da Morte de D. Luís - A sua vida e a sua época, em exposição evocativa de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as jóias da Coroa e obras de arte da colecção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até Setembro)

Colectiva de Gravura - Gravuras e serigrafias de 150 autores. Espaço Ditec, Av. Igreja, 46-A. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30

Eduardo Nery - Pintura. Galeria Ygrego, Av. António Augusto de Aguiar, 13. De 2ª a 6ª das 9.30 às 20, sáb. das 9.30 às 13 (até 30/6)

Espiga Pinto - Escultura e pintura. Galeria Triângulo 48, Av. D. Vasco da Gama, 48-A. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 12/6)

Filomena Coquenão (Angola) - Pintura. Sala de Arte do Escorial, R. Portas de Santo Antão, 45

Geraldine Zwanikken - Pintura. Galeria João Hogan, R. da Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 22/6)

Gonçalo Duarte - Pintura. Espaço Alliance, Rua Braamcamp, 13, 1º,. Das 10 às 19.30 (até 29/6)

Guilherme Parente - Pintura. Galeria Holly, Largo da Trindade, 17. 2ª das 15 às 19.30; de 3ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30 (até 23/6)

Jorge Guimarães - Pintura. Galeria de S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2ª a 6ª das 9 às 13 e das 15 às 19.30 (até 19/6)

Jorge Martins - Desenhos recentes. Galeria EMI-Valentim de Carvalho, Rua da Cruz dos Poiais, 111. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 19 (até 23/6)

Jorge Varanda - Pintura. Galeria Bertrand, R. Anchieta, 23. De 2ª a 6ª das 10 às 18, sáb. das 10 às 13 (até 30/6)

José Luís Tinoco - Pintura. SNBA, Rua Barata Salgueiro. De 3ª a dom. das 14 às 20 (até 20/6)

Luís Palma e A. Cerveira Pinto - Pintura. Galeria Graça Fonseca, R. da Emenda, 26, c/v. De 3ª a sáb. das 15 às 20 (até 16/6)

Manuel Gantes - Pintura. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. Das 16 às 20 (até 16/6)

Mena Brito - Pintura. Galeria Miron, Rua do Mirante, 14. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 18/6)

«90 Anos de Arte Moderna Portuguesa» (colectiva). Galeria de S. Bento, Rua do Machadinho, 1. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20.

Paula Rego - Gravuras. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 16/6)

Paulo Cardoso - Pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. 2ª das 15 às 19.30, 3ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30.

Pintura soviética no tempo da Perestroika. Galeria Liberdade 190, Av. da Liberdade, 190, s/c Esq. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 15/6)

Rui Filipe - Pintura. Biblioteca Nacional Campo Grande. De 2ª a sáb. das 14 às 19 (até 16/6)

Um Século de Electricidade. Central Tejo, Av. Brasília (Belém). De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 19 (ao sáb. até às 22, ao dom. até às 18)

Tapeçaria do Séc. XVI - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17

Tiago Manuel - Desenho. Galeria Pedro e o Lobo, Rua do Salitre, 169. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 30/6).

«Traje - Um Objecto de Arte?» - Colectiva de artistas plásticos de Brasil, Estados Unidos, Itália, Alemanha, Portugal. Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian-piso 0 (até 24/6)

Vítor Ribeiro - Aguarelas. Mãe d'Água das Amoreiras, Praça das Amoreiras, 10

PORTO

Antão Almada - Pintura (óleos e aguarelas). Galeria Inter-Atrium, Av. da Boavista, 1471 (até 30/6)

António Areal - «Retrospectiva I», pintura. Casa de Serralves, R. de Serralves, 977. De 3ª a dom. das 14 às 20 (até 17/6)

Carlos Mesquita - Pintura. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo Albuquerque, 1. De 2ª a 6ª das 9 às 23.30, sáb. das 15 às 19 e das 21.30 às 23.30

Colectiva de serigrafias. Cineclube do Porto, Rua do Rosário, 5 (até 23/6)

Lucio Muñoz - Pintura. Galeria Nasoni, Rua Galeria Paris, 80. De 2ª a 6ª das 10 às 12.30 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.30

Maria Camila - Pintura. Rua Santos Pousada, 668 (até 23/6)

Marta Wengorovius - Pintura e desenho. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 28/6)

Paula Rego - Gravuras. Galeria Zen, R. D. Manuel II, 246. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 16/6)

Pedro Tudela - Pintura. Galeria Atlântica, Rua Galeria Paris, 67. De 2ª a sáb. das 15 às 19.30

Xana - Esculturas pintadas. Coop. Árvore (até 12/6)

OUTRAS LOCALIDADES

Vítor Alves - Pintura e desenho. Galeria dos Patudos ALPIARÇA

V Salão da Primavera - Colectiva de pintura, escultura e desenho. Galeria de Arte do Casino Estoril. Das 15 às 24 (até 25/6) ESTORIL

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea) — Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 QUELUZ

Pintores de Macau na Gulbenkian

...e ainda

Música, debates, etc.

Wagner no Coliseu

Estreada na sexta-feira no Teatro Nacional de S. Carlos, a encenação de Pet Halmen da ópera «**Lohemgrin**» de Wagner vai ser ainda apresentada no **Coliseu dos Recreios** — um espectáculo único na próxima segunda-feira a partir das 19.30.

A direcção musical é do maestro **Jan Latham-Koenig**.

Festival de Sintra

Começa na próxima quinta-feira, às 21.30 no Palácio Nacional de Queluz, com um concerto preenchido com sonatas para piano e violino de Brahms, Beethoven, Mozart e Debussy executadas por **Maria João Pires** e **Auguste Dumay.**

Na segunda e quarta-feira (dias 18 e 20, às 18.00), no Palácio Nacional da Pena, mais dois concertos — pelos pianistas **Ian Foutain** e **Catherine Collard**, respectivamente.

Gulbenkian

Um único concerto programado para o Grande Auditório no decurso da semana: integralmente preenchido com composições de **Honneger** («Le Cri du Monde» e «Cântique de Pâcques»), são seus intérpretes cantores solistas e o Coro e a Orquestra Gulbenkian sob a direcção do maestro **Michel Corboz.**

Ainda na Fundação Gulbenkian mas na **Sala Polivalente** vai decorrer de 19 de Junho a 14 de Julho uma nova série de **Concertos à Hora do Almoço** — com início às 13 horas e com entrada livre como habitualmente.

No concerto inaugural — terça-feira, dia 19 - participam, na 1ª parte **António Rosado** (piano) e **Vera Lucia Morais** (flauta) e na 2ª **Armando Vidal** (piano) e **Carlos Guilherme** (canto).

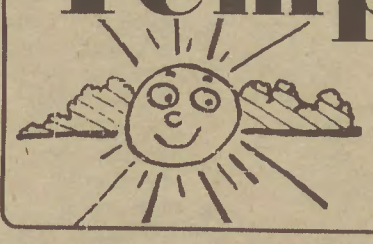
Jazz

Integrado nas **Festas de Lisboa** tem lugar na próxima quinta-feira no **Tivoli** um concerto pelo saxofonista **David Liebman**. Acompanham-no (em baixo, oboé e bateria) Ronan Guifoyle, Caris Visentin e o «nosso» Mário Barreiros.

Mas o programa de «animação de rua» também inclui no mesmo dia um outro concerto de jazz: às 22 horas, na Praça da Alegria, frente ao Hot, estará o **Sexteto de Tomás Pimentel**, que volta a apresentar-se no mesmo local e à mesma hora na sexta, no sábado e no domingo.

Tempo

Fim de Semana



Tendência para céu muito nublado, vento fraco ou moderado de Sudoeste. Aguaceiros.

(*Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica*)

a TV

O ministro não foi lá...

A última edição de **A hora da verdade** foi dedicada ao parque Nacional do Gerez.

Só mesmo vendo para se compreender o desprezo que o governo dedica (de todo o seu coração...) ao nosso único parque Nacional. São as verbas que não há, os projectos que não se realizam, os sonhos que se deixam morrer, as agressões que impunemente se praticam, os desmandos a que não se põe cobro, etc., etc. Tudo existe - e em catadupa. O governo encolhe os ombros. E entretanto a fauna preciosa vai desaparecendo, a flora vai-se queimando (ou sendo substituída por espécies de má vizinhança) e os povos (com sua riquíssima cultura e experiência histórica) vão morrendo ou vão fugindo...

Não nos venham, depois disto, com histórias de defesa do património, etc. e tal. Por parte do governo, são histórias da carochinha. Ficou dito, redito e provado por um enorme acervo de informações: **a sobrevivência do parque está ameaçada**.

Não invento nada. Tais palavras foram as exactamente proferidas. Ficaram no ar como um sinal de alarme. O governo, se quisesse, podia refutá-las. Só que...

Só que o ministro, convidado para o programa, não apareceu. Não tem a consciência nada tranquila...

Mínimo: chapa três

Lá, para se expor ao julgamento, o ministro não foi. Mas ministros é coisa que não falta no **Telejornal** e demais blocos informativos da RTP.

Aparecem aos enxames. Cada qual mais sedento de imagem do que o colega. Todos numa dança frenética de propaganda. Mais do que qualquer outro, Secretariado Nacional de Propaganda talvez fosse o nome que melhor coubesse ao governo de Cavaco Silva.

O qual, como facilmente se compreende, detém o recorde das presenças. A sério: não me recordo de nenhum telejornal onde o primeiro-ministro não apareça - e por vezes com **bis** ou **tris**! Uma presença obsessiva. Autêntica lavagem ao cérebro da audência.

Olho para os meus apontamentos e verifico a peste ministral que ataca a informação na RTP. São raras as emissões do **Telejornal** que descem abaixo da **chapa três**. A partir daí, vale tudo.

A RTP tem os olhos postos nas próximas eleições e cada vez mais se comporta como engrenagem no aparelho do PSD. Como se não bastasse a presença dos seus dirigentes (a pretexto de tudo e de nada), a televisão recusa-se a organizar debates políticos, a ouvir equitativamente as forças políticas e sociais, inclusivamente sonega informações de interesse público e de irrecusável impacteopolítico — como sejam a fuga do irmão da ex-ministra Leonor Beleza e a recusa desta a estar presente como testemunha no processo do arquitecto Taveira...

A pouca-vergonha tem de ter um fim. O Presidente da República e a Assembleia da República não podem alhear-de de um processo ruinoso para a democracia.

De mãos dadas

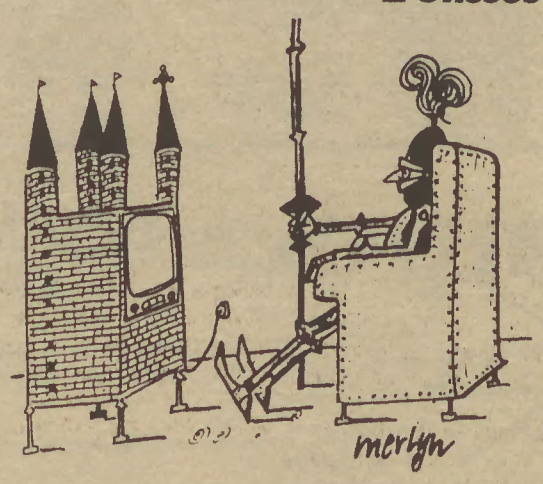
Primeira Parte - No programa sobre o Gerez a que já fiz referência foi dito que as preciosas espécies vegetais do Parque Nacional do Gerez correm perigo não só por causa do fogo (ficámos a saber que já este ano as chamas por lá andaram e ficámos igualmente a saber que há apenas **1** vigilante por cada 35 quilómetros de território...) mas por causa da invasão doutras espécies estranhas. O eucalipto, por exemplo. Já existem manchas dele no espaço do Gerez...

Segunda Parte - Sei através da televisão que o governo está interessado em proteger a produção vinícola portuguesa, na qual se iria inverter importantes verbas provenientes da CEE. No entanto...

Terceira Parte - No entanto é do domínio público que as matas do eucalipto já devoram largas extensões incluídas na zona de produção do vinho do Porto, uma das grandes riquezas do nosso país, de que incluso se faz a propaganda no filme de apresentação da nossa canção ao festival europeu...

Ou seja: o governo faz a propaganda de um bem e deixa que tanto o ofendam? **Conclusão** - A inépcia, o descuido criminoso. a hipocrisia, os interesses obscuros andarão por aí de mãos dadas...

■ **Ulisses**



Síntese semanal da IMPRENSA

Política Pacheco Pereira

Entrevistado pelo «Independente», José Pacheco Pereira, actualmente deputado e dirigente do PSD, autarca nas horas livres e nos momentos dos fígados acres, sentou-se na poltrona e falou de política.

Político pisca-pisca

«Eu já fui várias coisas, sem que isso signifique que mudasse muitas vezes de ideias, porque de ideias mudei muito pouco na vida e de sentimentos então acho que nunca mudei. Tenho a mesma atitude e a mesma percepção sentimental face à vida que tinha na adolescência. Mudei de ideias uma ou duas vezes mas também não mudei tanto como isso. Votei em 1984 quando se criou o Clube da Esquerda Liberal, contra a designação do nome de Esquerda Liberal porque já achava que o que tinha futuro na designação do Clube era o Liberal e não a Esquerda.

Penso que hoje é útil aproximarmo-nos dos problemas em termos de esquerda e de direita. Admito que os termos esquerda e direita têm sentido quando se referem ao passado e a tradições. Por exemplo, há atitudes e posições minhas que sei que são tradicionalmente de esquerda e outras que sei que são tradicionalmente de direita. Penso que é completamente inútil pensar a realidade de hoje em termos de esquerda e de direita.»

Partido plástico

...« a relativa indefinição ideológica do PSD tornou-o um partido no qual coexistem diferentes correntes político-ideológicas: sociais-democratas, liberais, humanistas cristãos, etc. Estas são moldadas não propriamente por uma definição ideológica comum mas por um sistema de valores e por uma postura face à sociedade. Existe um conjunto de valores que é comum a estas correntes, mas que por si só não constituiria factor de identidade partidária. E o que as molda é uma postura reformista de mudança. Este é que é o cimento do PSD, um cimento que foi sem dúvida dado por Sá Carneiro.

I: Está-me dizer que a indefinição ideológica do PSD é boa porque isso é o que o povo quer...

PP: Não. Penso que os partidos que constituíram a sua unidade na base de uma formulação ideológica muito clara, como os comunistas e socialistas têm vindo a perder. Não afirmo que haja um fim das ideologias, mas é óbvio que há uma crise das ideologias tradicionais. A crise do Marxismo, a crise do Socialismo, a crise do Comunismo são crises de ideologias tradicionais. Ora essas crises não são apenas dos modelos ideológicos, mas também dos modelos partidários como PS e o PCP que se pretendiam constituídos a partir do molde dos partidos "sociais", de trabalhadores.

Quer este modelo ideológico, quer este modelo partidário estão em crise.

O PSD escapa a essa crise porque é mais plástico no domínio ideológico e agrega várias tradições ideológicas»...

Táctica: «não-empurrão»

«Se o PSD recuperar como está a recuperar, quanto maior foi a sua recuperação, maior será a sua liberdade de acção. Vou-lhe dar um exemplo em relação às eleições presidenciais: muito provavelmente a nossa posição em relação às eleições presidenciais seria sempre a de não apresentar um candidato contra o dr. Mário Soares pelo julgamento que fazemos da sua actual presidência. Mas a circunstância de termos tomado essa atitude num momento em que o partido se encontrava numa posição difícil fez com que fosse interpretada como uma atitude de fraqueza. Se no momento em que as eleições presidenciais começarem, o PSD se encontrar numa situação mais forte, as mesmas posições não serão entendidas como atitudes de fraqueza.

Ver-se-á então como a atitude do PSD, para além do reconhecimento do papel do dr. Mário Soares na presidência, é a única medida que não permite que o PS utilize as eleições presidenciais como a antecâmara das legislativas. O PS precisa de partidarizar as eleições presidenciais. Ora, a atitude do PSD retirou-lhe esse «empurrão» porque não vai ser possível ler a eleição do dr. Mário Soares como uma vitória dos socialistas, apesar das afirmações alusivas que fizeram no último congresso.»

Visões

«I: Dizem que o dr. tem uma visão conspirativa da política...

PP: É falso. O que se passa é que muita gente tem uma visão ingénua da política.»

E dá-se bem consigo!...

«I: É católico?

PP: Não. Sou agnóstico.

I: Tem medo da morte?

PP: Há um salmo na Bília que traduz muito bem esse medo e que diz:

"Senhor alumia os meus olhos para que eu não tenha medo da morte".

Acho que medo não é a palavra correcta. Não gosto de ter de morrer.

I: José Magalhães é comunista ou não? e Vasco Pulido Valente reaccionário ou não?

PP: José Magalhães há muito tempo que não é comunista e Vasco Pulido Valente nunca foi reaccionário.

I: Um filme português bom.

PP: A «Canção de Lisboa»

I: Quem é que tem mais razão: o dr. que muda de opinião ou aqueles que sempre pensaram o que o sr. dr. pensa hoje.

PP: Quem tem mais razão? A razão tem que ser associada às ideias, às opiniões e aos tempos. Dou-me bem com o meu radicalismo de 1968 e com o que penso hoje. Não seria o que sou hoje se não tivesse sido o que fui antes.»

(«O Independente», 8 de Junho)

para os filhos dos homens que nunca foram meninos

ESTRIKOS

Soeiro Pereira Gomes

Uma das mais importantes obras do neo-realismo

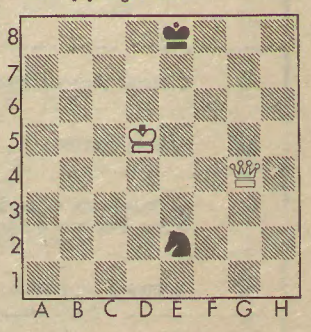
Agora em 4ª. edição, com introdução de Isabel Pires de Lima

Um livro indispensável na sua biblioteca

Xadrez

CCLVII — 12 de Junho de 1990
Proposição n.º 257/A
Por: M-Havel
«Bohemia», Janeiro de 1904

Pr.: [2] Cé2-Ré8
Br.: [2]: Dg4-Rd5

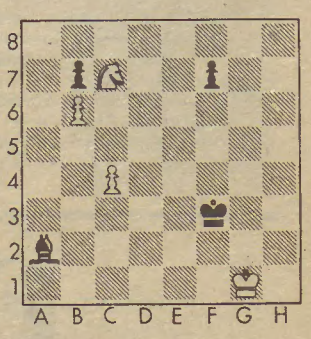


Mate em 3 lances

* * *

Proposição n.º 257/B
Por: J. Berger
«Théorie & Praxis», 1890

Pr.: [4]: Ps.b7, f7-Ba2-Rf3
Br.: [4]: Ps.b6, ç4-Cç7-Rg1



Brancas jogam e ganham

* * *

Soluções do N.º CCLVII

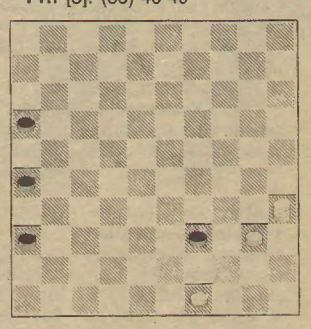
N.º 257/A - (M.H.): 1. Rée6!, Cd4+; 2. D:d4, Rf8; 3. Dh8++
1. ... , Cf4+; 2. D:f4, Rd8; é. Db8++
1. ..., Rd8; 2. Rd6, Ré8; 3. Dg8++
1. ..., Rf8; 2. Rf6, Ré8; 3. Dç8++
N.º 257/B (O.D.): 1. ç5, Bb1; 2. Cé6, P:é6; 3. ç6... e g.

A. de M.M.

Damas

CCLVI – 12 de Junho de 1990
Proposição n.º 257
Por: Barteling, 1920

Pr.: [4]: 16-26-36-39
Pr.: [3]: (35)-40-49

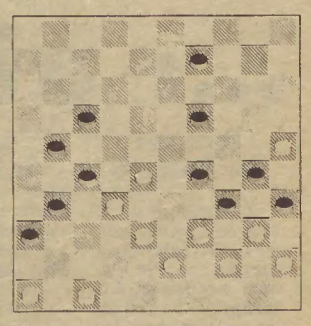


Brancas jogam e ganham

* * *

Golpe n.º 257
Por: A. Vermeulen
— Dunkerque, 1988

Pr.: [11]: -9-17-19-21-27-29-30--31-34-35-36
Br.: [11]: 25-28-32-38-39-40--43-44-45-46-47



Brancas jogam e ganham

* * *

Soluções do N.º CCLVII

N.º 257 (B.): 40-34 (39×30), 35×19 (26-31), 49-43 (16-21), 43--38 (21-27), 19-32 +
N.º 257 (A.V.): 47-41 (36×47), 46-41! (47×22), 41-36 (27×49), 36×16 (34×43), 25×3 (22×50), 3×26 (35×44), 26-48 e g.

A. de M.M.